



**UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E URBANO  
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL**

**JANAINA OLIVEIRA DE AZEVEDO LEAL**

**TURISMO EM ESPAÇOS ESPECIAIS  
AS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DE  
ATIVIDADES TURÍSTICAS EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA  
AGRÁRIA: CASO PANCADA GRANDE – ITACARÉ/BA**

Salvador  
2003

**JANAINA OLIVEIRA DE AZEVEDO LEAL**

**TURISMO EM ESPAÇOS ESPECIAIS: AS POSSIBILIDADES E  
LIMITAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES  
TURÍSTICAS EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA:  
CASO PANCADA GRANDE – ITACARÉ/BA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Análise Regional,  
Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva

Salvador  
2003

L433t

Leal, Janaina Oliveira de Azevedo,

Turismo em espaços especiais : as possibilidades e limitações do desenvolvimento de atividades turísticas em assentamentos de reforma agrária : o caso de Pancada Grande – Itacaré/BA / Janaina Oliveira de Azevedo Leal; orientador: Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva. – Salvador: UNIFACS, 2003.

177f. : il., tab.

Dissertação apresentada à Universidade Salvador, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Análise Regional, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, para a obtenção do título de Mestre.

1. Turismo -Bahia. 2 Itacaré – Bahia - Desenvolvimento sustentável.  
3. Assentamento agrário – Bahia 4. Reforma agrária - Bahia. I. Silva, Sylvio Bandeira de Mello e, orient. II. Universidade Salvador - UNIFACS. III.Título.

CDD: 338.4791098142

# TERMO DE APROVAÇÃO

JANAINA OLIVEIRA DE AZEVEDO LEAL

## TURISMO EM ESPAÇOS ESPECIAIS: AS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: CASO PANCADA GRANDE – ITACARÉ/BA

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Análise Regional, Universidade Salvador – UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Sylvio Bandeira De Mello E Silva –Orientador \_\_\_\_\_  
Doutor em Geografia, Université de Toulouse, França  
Universidade Salvador - UNIFACS

Regina Celeste de A. Souza \_\_\_\_\_  
Doutora em Geografia, Université de Rouen, França  
Universidade Salvador - UNIFACS

Guiomar Inez Germani \_\_\_\_\_  
Doutora em Geografia, Universidad de Barcelona  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Salvador, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2003

A Deus pela vida a mim concedida.

Aos meus pais pela dedicação e amor de uma vida inteira, dedicação esta que me fez chegar até aqui.

Aos meus irmãos Antônio Neto e Juliana por tanto amor.

Aos meus sobrinhos Rodrigo e Clara pela alegria em minha vida.

À minha avó Antonieta (*in memoriam*) pelo exemplo de força e determinação.

## **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos vão a todos aqueles que de alguma forma possibilitaram a conclusão deste trabalho, em especial, aos meus “companheiros” do Assentamento de Pancada Grande, razão de todo o meu empenho neste projeto e responsáveis pelo maior conhecimento adquirido em minha vida: o de ser uma eterna aprendiz.

## *A terra é naturá*

*[...] o vento, o só, a lua,  
A chuva e a terra também,  
Tudo é coisa minha e sua,  
Seu dotô conhece bem.  
Pra se sabê disso tudo  
Ninguém precisa de istudo;  
Eu , sem escrevê ne lê,  
Conheço dessa verdade,  
Seu dotô, tenha bondade  
De uvi o que vô dizê.*

*Não invejo seu tesouro,  
Sua mala de dinhêro,  
A sua prata, o seu ôro  
O seu boi, o seu carnêro  
Seu repôso, seu recreio,  
Seu bom carro de passeio,  
Sua casa de morá  
E a sua loja surtida.  
O que quero nesta vida  
È terra pra trabaiá.*

*Iscute o que tô dizendo,  
Seu dotô, seu coroné:  
De fome tão padecendo  
Meus fio e minha muié.  
Sem briga, questão nem guerra,  
Meça dessa grande terra  
Um tarefa pra eu!  
Tenha pena do agregado  
Não me dêxe deserdado  
Daquilo que Deus me deu.*

*Antônio Gonçalves da Silva  
Patativa do Assaré*

## RESUMO

A atividade turística vem despontando no cenário mundial como um promissor setor de geração de emprego, renda e de desenvolvimento. No entanto, percebemos que esta atividade não tem sido percebida pelos atores envolvidos na sua realização na plenitude da sua complexidade. O que se percebe muitas vezes é que se atribui ao turismo a capacidade de gerar desenvolvimento, mas o que se observa é que o paradigma desenvolvimentista no qual a atividade é comumente associada, prioriza as questões econômicas, fazendo com que se mantenha uma instituição secular de exploração irresponsável de recursos (naturais, culturais) sem que haja a inserção da comunidade local neste processo de desenvolvimento. A busca por locais pouco visitados e que mantêm preservados de alguma forma os seus hábitos e costumes, tem sido a tendência do turismo moderno. A busca pelo exótico, faz do turismo uma atividade econômica cada vez mais próxima das mais heterogêneas realidades (os espaços especiais), sem que haja uma mensuração dos impactos causados. Dentro desta perspectiva, estaremos avaliando algumas das possibilidades da adoção de uma atividade de turismo por um espaço singular – neste caso um assentamento de reforma agrária – pela sua peculiar composição social e política no contexto histórico brasileiro, assim como demonstrando as limitações encontradas na tentativa de se fazer esta relação entre uma atividade extremamente competitiva com uma comunidade em formação. O Projeto de Assentamento de Pancada Grande, escolhido para este estudo, está localizado no município de Itacaré e possui uma série de singularidades que transcendem o entendimento deste espaço como um simples *play ground* destinado à visitação turística e sim um lugar detentor de uma história de vidas que buscam um futuro melhor diante de inúmeras adversidades.

**Palavras-chaves:** Turismo, reforma agrária, assentamentos rurais, desenvolvimento sustentável.



## ABSTRACT

The Tourism activities have been developing in the world scenario as a new and promissory sector to generate work and development of its activity. Now we do understand that this Tourism Activity has not been succeeded by its principal people involved in its tourism realization with its full potential and complexity. Generally we understand and agree that the Tourism Activity have the capacity to generate new job opportunities and growth. This is indeed a new source to place a new enterprise in development. All enterprises originated by the tourism activity, its associations with the development of this primary activity (The Tourism Itself), has been maintain by its secular institution of exploration without responsibilities of the cultural and social values, without taken in consideration the real necessity to maintain the values and it's way of life and the land itself. To look for this new kind of Tourism Activity (find unexplored place, wild places, old social costumes and people native of it's land) are an reality and a pure tendency of this new kind of Tourism in the new world. They are looking for the exotic without taken the precaution to maintain and preserve the way of life and the culture of the people. (It's natural and genuine inhabitants) The looking for the new tourism segment (very few visit places, unknown places) are certainly the most promissory activity of the new world tourism these day.

On this topic (The new form of the tourism development in secular areas, underdeveloped areas in Brazil due to the Government Land Reform Act), we are trying to make a study of its implications inclusive how this new form of Tourism and its Activity could affect the social and political implications inside the Brazilian context (historical and social). Showing the changes that will affect it's people, culture and the economics with the relations and co-relations of this new form of Tourism.

The Assentamento da Pancada Grande Project, herewith on this study, is located in the County (Municipality of Itacaré, Bahia, Brazil) have its all necessaries grounds for studies originated within its own space and changes. It will not be understood as only a visitation place to the Tourism Industries but will be seen as a new form of study with its full compatibilities to make the right change in order to develop this new kind of economical and tourism activity. Bringing to this Tourism Site a new beginning to solve and expand it's own Tourism Activity always looking for the best way to improve the quality of life of its people and the land.

**Key Words:** Tourism, Government Land Reform Act, Development of the site.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Áreas de Relação Disciplinar com o Turismo	p. 54
Figura 2 – Foto aérea da Favela Baianão – Porto Seguro/BA	p. 79
Figura 3 – Divisão turística da Bahia por regiões	p. 82
Figura 4 – PRODETUR – Pólos turísticos baianos - 2001	p. 84
Figura 5 – Investimentos de recursos públicos	p. 85
Figura 6 – Investimentos do setor privado e dos setores públicos e privados	p. 86
Figura 7 – Distribuição dos investimentos	p. 86
Figura 8 - Zona Turística Costa do Cacau	p. 90
Figura 9 – Cidade de Ilhéus	p. 91
Figura 10 – Represa povoado Serra Grande	p. 93
Figura 11 – Ecoparque de Una	p. 94
Figura 12 – Cais de Canavieiras	p. 95
Figura 13 – Itacaré	p. 96
Figura 14 – A realidade dos acampados (Acampamentos na BR-101)	p. 107
Figura 15 – Mapa de assentamentos do Sul da Bahia e assentamento de Pancada Grande	p. 112
Figura 16 – Cachoeira do Rio Pinheiro	p. 113
Figura 17 – Acesso ao assentamento de Pancada Grande	p. 115
Figura 18 – Queimadas – Problemas no manejo do solo	p. 117
Figura 19 – Extração ilegal de madeira	p. 118
Figura 20 – Uma casa do assentamento	p. 119
Figura 21 – Escola do Projeto Pancada Grande	p. 120
Figura 22 – Barcaça de secagem de cacau	p. 120
Figura 23 – Prensa da Casa de Farinha	p. 121
Figura 24 – A chegada da energia elétrica na área	p. 122
Figura 25 – Vista da vila	p. 123
Figura 26 – A chegada da feira	p. 126

Figura 27 – O local de encontro - a “bica”	p. 130
Figura 28 – O trabalho na casa de farinha	p. 131
Figura 29 – O trabalho da mulher na horta	p. 132
Figura 30 – A hospitalidade na área	p. 134
Figura 31 – O homem da terra	p. 136
Figura 32 – A infância da terra	p. 139
Figura 33 – Salas de Aula do Projeto Pancada Grande	p. 143
Figura 34 – O que se come	p. 145
Figura 35 – Nova vista da vila: o antes e o depois da chegada da energia elétrica	p. 146
Figura 36 – O lazer dos assentados da área	p. 148
Figura 37 – Os jogos da área	p. 149
Figura 38 – O campo de futebol	p. 150
Figura 39 – O carro do Mascate	p. 151
Figura 40 – Os poderes (assembléia da associação)	p. 154
Figura 41 – O caminhão	p. 156
Figura 42 – Os meios de produção	p. 158
Figura 43 – Relações de troca entre os visitantes e os assentados (tecnologia)	p. 163

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente por sexo, localização do domicílio, área e densidade demográfica, município de Itacaré-BA	p. 97
Tabela 2 – Educação fundamental – Número de estabelecimento que ministram o ensino Fundamental por município, localização e dependência administrativa, Bahia 2001	p. 97
Tabela 3 – Educação média – Número de estabelecimento que ministram o ensino médio por município, localização e dependência administrativa, Bahia 2001	p. 98
Tabela 4 – Turistas, segundo a residência permanente	p. 100
Tabela 5 – Projetos de assentamento	p. 103
Tabela 6 – Cronologia dos fatos relevantes para o assentamento	p. 110

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APEX	Agência de Promoção das Exportações
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CRA	Centro de Recursos Ambientais
CBTS	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
COOPAEL	Cooperativa de Produção Agropecuária
COOPAN	Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita
COOPAT	Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes
COPAC	Cooperativa de Proteção Agropecuária de Charqueadas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IECLB	Igreja Evangélica e Confissão Luterana no Brasil
IESB	Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRGA	Instituto Riograndense do Arroz
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
MASTER	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCPS	Programa de Certificação de Turismo Sustentável
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDRS	Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável
PME	Pequenas e Médias Empresas
PRODETUR/BA	Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado da Bahia
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura familiar
SEI	Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia
ULTABs	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## SUMARIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	16
2	<b>A FORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO</b>	31
2.1	AS REALIDADES AGRÁRIAS DO NOVO RURAL BRASILEIRO	31
2.2	REFORMA AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA	39
2.3	ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL	46
2.4	ESPECIFICIDADES NO ESTUDO DO ESPAÇO DE UM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA.	49
3	<b>A ATIVIDADE TURÍSTICA E A SUA COMPLEXIDADE</b>	52
3.1	A PRODUÇÃO DE UM SABER TURÍSTICO – UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR	52
3.2	TIPOLOGIAS E MODALIDADES DE TURISMO: TENDÊNCIAS PARA O SÉCULO XXI	61
3.3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO	64
4	<b>UM OLHAR REGIONAL SOBRE O OBJETO DE ESTUDO</b>	68
4.1	DIMENSÃO REGIONAL DO OBJETO DE ESTUDO	68
4.2	PROCESSO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO	70
4.3	PERFIL DA ECONOMIA REGIONAL	73
4.3.1	<b>Agricultura e Pecuária</b>	<b>73</b>
4.3.2	<b>Produção Industrial</b>	<b>74</b>
4.3.3	<b>Comércio e Serviços</b>	<b>76</b>
4.3.4	<b>Infra-estrutura Física e Social</b>	<b>76</b>
4.3.5	<b>Habitação</b>	<b>77</b>
4.4	O TURISMO REGIONAL	78
4.4.1	Evolução Dos Investimentos Turísticos No Estado Da Bahia	80
4.4.1.1	<b>Infra-estrutura</b>	<b>83</b>
4.5	O MAPA DE ATRATIVOS TURÍSTICOS DO LITORAL SUL DA BAHIA	87
4.5.1	<b>A Zona Turística Costa Do Cacau</b>	<b>87</b>
4.5.1.1	Ilhéus	87
4.5.1.2	Uruçuca	91
4.5.1.3	Una	92
4.5.1.4	Canavieiras	93
4.5.2	<b>Itacaré</b>	<b>94</b>
5	<b>ENTENDIMENTOS E PERCEPÇÕES SOBRE O ASSENTAMENTO DE PANCADA GRANDE</b>	<b>102</b>
5.1	A BUSCA POR UM PEDAÇO DE TERRA, UMA IDENTIDADE UMA VIDA.	104
5.2	DA LONA AO CIMENTO: A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO ASSENTAMENTO	109
5.3	DE DENTRO PRA FORA, DE FORA PRA DENTRO – AS RELAÇÕES NO ASSENTAMENTO E COM O SEU ENTORNO	123
5.3.1	<b>Como Se Vive: As Relações Sociais Na Nova Terra</b>	<b>126</b>
5.3.2	<b>O Ventre Da Terra - Ser Mulher No Assentamento De Pancada Grande</b>	<b>128</b>
5.3.3	<b>O Pulsar Da Terra – O Ser Homem No Assentamento De Pancada Grande</b>	<b>135</b>

<b>5.3.4 Os Filhos Da Terra – A Infância E A Adolescência No Assentamento De Pancada Grande</b>	<b>137</b>
<b>5.3.5 A Saúde Da Terra – A Manutenção Da Vida No Assentamento De Pancada Grande</b>	<b>139</b>
<b>5.3.6 Os Saberes Da Terra – A Educação No Assentamento De Pancada Grande</b>	<b>141</b>
<b>5.3.7 Os Hábitos Da Terra – O Que Se Come, Se Ouve, Se Vê E Se Vive</b>	<b>144</b>
<b>5.4 O REGULAMENTO DA TERRA - RELAÇÕES POLÍTICAS E DE PODER NO ASSENTAMENTO DE PANCADA GRANDE</b>	<b>152</b>
<b>5.5 O CIO DA TERRA – AS PRÁTICAS ECONÔMICAS E DE PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO DE PANCADA GRANDE</b>	<b>156</b>
<b>5.6 TERRA À VISTA – O TURISMO DO ASSENTAMENTO DE PANCADA GRANDE</b>	<b>158</b>
<b>5.6.1 Assentamento 30 de Maio</b>	<b>162</b>
<b>5.6.2 Assentamento Lagoa do Junco</b>	<b>163</b>
<b>5.6.3 Assentamento Integração Gaúcha</b>	<b>163</b>
<b>5.6.4 Fazenda Anoni</b>	<b>164</b>
<b>5.6.5 Assentamento Capela de Santana</b>	<b>164</b>
<b>5.6.6 ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.</b>	<b>165</b>
<b>6 CONCLUSÃO</b>	<b>167</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>172</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente a atividade turística é vista como sendo a atividade econômica que mais vem se expandindo em todo o mundo. No entanto o que podemos observar é que dos diversos olhares que recaem sobre esta atividade, poucos a entendem na sua complexidade.

Porém, não se pode deixar de perceber também, que a sua exploração meramente comercial, tem causado alguns impactos ainda pouco estudados em determinadas localidades, dos quais ainda não é possível mensurar totalmente as suas dimensões.

Consideramos a atividade turística a soma de complexas relações envolvendo diversos atores em um determinado espaço e tempo. Estas relações, também sociais, trazem para as ciências sociais uma dificuldade em entender e delimitar o campo científico que trata do turismo uma vez que não se consegue definir o turismo enquanto ciência ou técnica. Um outro aspecto relevante se dá ao fato de que a atividade turística necessita de uma gama de outras ciências para a sua compreensão e existência. Tal interdisciplinaridade faz com que o turismo seja hoje uma das atividades mais importantes mundialmente, economicamente não se pode negar, mas que por outro lado não se conhece muito profundamente as consequências social e cultural causadas às comunidades receptoras.

Quando entendemos o turismo como mera atividade econômica, nos atemos em percebe-la de uma forma simplista que não nos oferece a visão da sua complexidade e importância decisiva nas relações sociais modernas. No entanto, percebemos que os estudos e análises desenvolvidas sobre o turismo ainda são bastante superficiais no que dizem respeito aos aspectos sociais, e atribuímos isso ao fato de que a atividade ainda é vista e tratada como uma prática econômica baseada na exploração de atrativos em busca de lucro em curto prazo.

Neste trabalho, estaremos levantando alguns aspectos desta forma de desenvolvimento da atividade turística, que tem seguido o paradigma de desenvolvimento dominante que

associa desenvolvimento a crescimento econômico, e para isso estaremos trazendo alguns aspectos de reflexão acerca dos possíveis danos que podem ser causados em espaços destinados à prática do turismo.

Seguindo essa linha apresentada anteriormente, percebemos que a atividade turística dentro desta perspectiva econômica, tem sido vista como o fenômeno que veio para solucionar os problemas econômicos do mundo subdesenvolvido. Isso se deve ao fato de que se acredita que a realização da atividade turística se dá mediante a existência de um atrativo em um determinado local que seja capaz de trazer fluxo de visitantes para esta localidade. Os danos resultantes deste pensamento equivocado são muitas vezes irreparáveis uma vez que muitos desses atrativos são explorados de forma irresponsável até a sua extinção.

Dentro desta perspectiva, veremos que o turismo atual tende à utilização de lugares cada vez mais desconhecidos e exóticos para a prática das suas atividades sem que sejam percebidos os impactos e as limitações inerentes a cada área especificamente. Neste estudo particularmente, estaremos analisando esta problemática do desenvolvimento da atividade turística, em determinadas áreas que aqui denominamos especiais.

O termo especial é aqui utilizado para denotar as especificidades de áreas onde o desenvolvimento de práticas turísticas ainda se encontra em um processo inicial e ainda por se tratarem de áreas que possuem uma dinâmica social diferenciada, por este motivo, ainda mais vulneráveis às ações exógenas do turismo.

Escolhemos como o espaço especial deste trabalho, um Projeto de Assentamento de Reforma Agrária, localizado em uma região turística do sul do Estado da Bahia, onde percebemos existir por parte dos órgãos públicos de fomento um interesse em agregar o turismo às práticas econômicas do assentamento. No entanto entendemos ser mister aqui neste trabalho duas análises distintas: a primeira acerca do entendimento da formação da estrutura agrária brasileira e o seu contexto atual e a segunda acerca do desenvolvimento de práticas

turísticas nestes espaços.

A problemática fundiária das terras brasileiras possui raízes históricas, pois como se sabe, a concentração de terra existe desde a época de Brasil Colônia, com as Sesmarias e Capitânicas Hereditárias, e permanece ainda durante os ciclos do açúcar, do algodão e do café, contribuindo desta forma com um forte problema nas estruturas social, econômica e política do país. No Brasil, desde a sua colonização, observamos a inexistência de uma política voltada para o desenvolvimento de Reforma Agrária até o ano de 1985, em que é apresentado à sociedade o *Plano Nacional de Reforma Agrária*. A partir daí verificamos diversas falhas na projeção e implementação deste Plano, onde em quatro anos menos de 10% do previsto foi realizado, sem que fossem medidos os resultados e impactos dos programas propostos, fazendo com que o Brasil não conseguisse, até os dias atuais, uma resolução efetiva deste problema, comprometendo assim o desempenho do seu setor agrícola. (FERNANDES, 1999, p.6)

Entre as décadas de 1960 e 1980, o setor agrícola brasileiro obteve um desempenho satisfatório na produção, apesar das deficiências estruturais, devido basicamente a três fatores: a expansão da fronteira agrícola, as condições favoráveis no mercado internacional para os produtos agrícolas brasileiros durante a década de setenta e a grande disponibilidade de crédito rural subsidiado.

Verificamos que o processo de modernização do setor agrícola brasileiro se iniciou desde a década de 1950, com uma incipiente participação do Estado, sendo que apenas a partir da década de 1960 até o final da década de 1970 é que podemos observar transformações significativas e a consolidação da modernização neste setor.

Em 1965, é criado o Sistema Nacional de Crédito Rural, que aliado à disponibilidade de crédito a juros subsidiados na década de 1970, contribuem para a consolidação da agricultura capitalista no País além da implantação de um parque industrial de insumos e

máquinas agrícolas.

O crescimento da produção agrícola se estende até final da década de 1970, como consequência da expansão da área cultivada, através da incorporação de terras pertencentes à fronteira agrícola (possibilidade de incorporar novas áreas produtivas).

Devido à expansão da economia brasileira durante a década de 1970, a agricultura também apresentou um crescimento relevante, especialmente das culturas de produtos para exportação. É nesse momento que se observa a segmentação da produção agrícola brasileira em produtos de consumo (doméstico) e produtos tipo exportação.

Porém, no início da década de 1980, há um aumento significativo das taxas de inflação, uma redução da disponibilidade do crédito rural e a elevação das taxas de juros, por parte do Estado. Neste momento, surge o sistema de apólice de garantia de preços mínimos, que se torna o principal instrumento de política agrícola brasileira feita pelo Estado, que termina por consolidar a produção capitalista na agricultura brasileira.

Ainda, mais propriamente por volta da década de 1970, com fenômeno da *revolução verde*, responsável por uma modificação em toda a estrutura agrícola brasileira, houve um agravamento destes problemas referentes à posse de terra, uma vez que essa nova estrutura causou um aumento das dificuldades e pobreza entre os trabalhadores rurais assalariados, devido à implementação de técnicas agrícolas baseadas em novas tecnologias, gerando um aumento significativo do desemprego rural, e conseqüentemente um forte êxodo destes trabalhadores para os grandes centros urbanos em busca de oportunidades, em função do desenvolvimento industrial.

Percebemos, porém, que a urbanização brasileira é dada sem uma transformação estrutural das economias em desenvolvimento, que neste caso específico, com o êxodo rural, criou centros urbanos inchados, com altas taxas de desemprego e aumento de concentração de renda, acarretando para as cidades um grave problema a ser resolvido: a falta de infra-

estrutura social.

Esta situação ocasionou a perda prematura da participação da agricultura neste processo, uma vez que esta urbanização ocorreu rápida e cedo demais em relação ao nível de renda que possuía o país, acarretando sérios problemas de cunho social, desde desemprego, fome, violência, conseqüências de uma grande concentração de renda.

Em meados da década de 1980, com o declínio do paradigma de desenvolvimento urbano-industrial que no Brasil se encontrava, houve uma diminuição relativa dos empregos gerados pela indústria. Associados a isto existiam fortes limitações por parte da política agrícola vigente neste período, o que acarretou o aumento do número de famílias com cada vez menos terra, quando não sem nenhuma. É neste momento, que emergem movimentos organizados de agricultores Sem-Terra e a urgência da realização da reforma agrária.

Nos anos de 1990, a crise do desemprego alcança índices altíssimos o que proporciona o fortalecimento destes agricultores em movimentos que passam a exercer uma forte pressão política e social. Com isso, surge a necessidade de se rever as políticas em prol de um desenvolvimento rural que tornasse possível o assentamento desses trabalhadores no campo, e mais do que isso, os mantivesse nas terras através de programas e projetos de geração de renda e utilização produtiva do solo.

A partir daí, podemos dizer que a reforma agrária passou a ser mais do que uma coleção de leis ultrapassadas e sim um instrumento de controle das pressões sociais, melhor dizendo, teve que ser revista em função dos diversos movimentos sociais que passaram a fazer “Reforma Agrária com as próprias mãos”, pressionando a desapropriação de terras e a criação de Projetos de Assentamentos Rurais, ainda que de forma insatisfatória.

Para se ter uma idéia melhor, os dados do **I Censo da Reforma Agrária do Brasil** realizado pelo INCRA em 1997 apontam que, de 1985 a 1997, foram assentadas 320 mil famílias em aproximadamente 1.500 assentamentos no país. As estimativas oficiais mostram

ainda que existiam 50 mil famílias acampadas à espera de suas terras. Apesar disso, ainda existe uma grande quantidade de famílias a serem assentadas e um árduo e complexo trabalho de não apenas se criar esses assentamentos, como também manter essas famílias de forma digna e produtiva nos mesmos. Dados mais recentes de 2003 apontam o crescimento deste número para mais de 200.000 famílias, onde só no Estado da Bahia, temos o quantitativo de 20.000 famílias acampadas. No entanto, ressaltamos que esses números tratam de uma estimativa oficial, cujas suas variáveis sofrem algumas críticas:

O Relatório de Atividades do INCRA, exercício 1995, relata que, das 42.912 famílias tidas como assentadas naquele ano, 23.8% trataram-se de famílias objeto de ações de consolidação de projetos antigos. Da meta declarada como realizada em 1996 (62.044 famílias), 32% referem-se a famílias beneficiárias de ações em projetos anteriores, de acordo com o Relatório Incra/96. Da mesma forma, o Relatório anual da Autarquia informa que em 1997, das 81.944 anunciadas como assentadas, 26.3% são famílias já assentadas em projetos anteriores. (TEIXEIRA e HACKBART, 1998, p. 3).

Percebemos então que o Relatório mostra que dessas famílias computadas como assentadas no exercício de 1995, 1996 e 1997, não são na realidade, assentadas em programas de Reforma Agrária.

A criação destes projetos de assentamentos familiares é uma alternativa de geração de emprego e renda frente a uma economia globalizada, mas seu êxito está diretamente associado ao sucesso da agricultura familiar (baseada na utilização de técnicas mais modernas adaptadas ao mercado, diferente da agricultura camponesa que visa o uso e não a troca) como um todo, assim como a perspectiva de se criar novas alternativas economicamente viáveis. Este estudo se propõe a analisar a atividade turística dentro desta complexa organização social, de um Assentamento de Reforma Agrária.

Partindo deste pressuposto, foram surgindo novas alternativas para o que se convencionou chamar *novo padrão agrícola brasileiro* e com isso a necessidade da criação de novas bases de integração do campo.

Na atualidade, muitas são as atividades não agrícolas que estão surgindo no meio rural. Porém, não é de hoje a discussão em torno de termos como **agricultor em tempo parcial** (pessoas que trabalham apenas uma fração do tempo de trabalho anual de uma pessoa empregada a tempo integral), **empregos múltiplos**, **fonte de renda diversificada**, **pluratividade** (este conceito surge na década de 1980, e se refere a emprego em outros estabelecimentos agrícolas, por exemplo, trabalhos assalariados, atividades pára-agrícolas como o processamento de alimentos e bebidas; atividades não-agrícolas como o turismo e o alojamento), dentre outros. (SILVA e DEL GROSSI, 1997, p. 943)

Alguns autores consideram que estas atividades não agrícolas estão surgindo paralelas às atividades cotidianas do meio rural, causando um forte impacto na realidade do campo. O fenômeno da redução do peso das atividades agrícolas no emprego e renda das pessoas, famílias e regiões rurais dando lugar a estas alternativas econômicas, tem sido referido na literatura sem muita distinção, gerando debates sobre a utilização dos termos “novo padrão agrícola” e “as novas atividades do espaço rural”. (KAGEYAMA, *apud* SILVA 2000).

Foram encontrados diversos estudos onde percebemos a demonstração de que o meio rural brasileiro possui novas funções, que não mais se limitam a atividades agropecuárias e agro-industriais, mas sim a um complexo de relações e ações que envolvem diferentes atores sociais. Porém, aqui provocamos uma reflexão sobre as disparidades encontradas no desenvolvimento destas atividades não-agrícolas no mundo e nas diversas regiões do Brasil, como veremos mais adiante.

Estas novas atividades do espaço rural brasileiro surgem como uma fonte adicional e por isso alternativa na geração de emprego e renda para as famílias residentes no campo, sendo que se destacam as atividades do setor terciário, que dizem respeito à prestação de serviços agregados às atividades agrícolas.

Dentro desta perspectiva, encontramos o turismo, reconhecido como uma possibilidade

de geração de emprego e renda, como atividade não-agrícola para o meio rural.

Assim, estaremos verificando neste estudo, a utilização do turismo como atividade agregada do sistema produtivo do meio rural, tendo como objetivo fim a análise das possibilidades e limitações da realização da atividade turística em Projetos de Assentamentos Rurais.

Após este breve levantamento da situação agrária brasileira nas últimas décadas, se faz necessária uma abordagem desta mesma evolução com relação ao desenvolvimento da atividade turística.

Nas últimas décadas, as diversas mudanças ocorridas nos cenários sócio-econômico em todo mundo, exigiram uma reestruturação de alguns conceitos principalmente no que diz respeito às definições existentes sobre desenvolvimento. Os conceitos tradicionais restringiam a questão do desenvolvimento, apenas ao sentido de crescimento econômico.

Discussões sobre o tema desenvolvimento econômico no Brasil podem ser encontradas desde o ano de 1949, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas (CEPAL). Neste momento (1949), a economia brasileira atravessa uma situação delicada em função da presença de resquícios ainda visíveis de duas guerras mundiais e da crise de 1929. A economia dos países latino-americanos se encontrava, então, transitando entre um modelo voltado ao mercado externo (primário-exportador) e iniciando o processo de urbanização-industrial que se voltava ao mercado interno. Neste contexto verificamos que o conceito de desenvolvimento econômico da CEPAL estava baseado, fundamentalmente, na teoria centro-periferia. Desta forma, percebemos a desigualdade tanto na difusão dos avanços tecnológicos, quanto na distribuição dos resultados proporcionados por estes avanços.

No centro, a difusão do progresso técnico teria sido mais rápida e homogênea, atingindo a produtividade de todos os setores da economia, já na periferia, o progresso técnico só teria atingido setores ligados à exportação de insumos ao centro, formando economias duais, isto é, ilhas de



produtividade em meio ao atraso do restante do sistema produtivo. Segundo Prebisch: o progresso técnico afeta, apenas, pequenos setores da vasta população da periferia, pois se implanta, como regra geral, tão somente onde se torna essencial a produção de gêneros alimentícios e matérias-primas a baixo custo, sendo estas mercadorias destinadas aos ditos grandes centros industriais. (FUESFELD, 2001, p. 293)

Assim, em função dos grandes avanços principalmente no âmbito tecnológico – muito significativos durante a década de 1970 – emerge mundialmente um maior interesse pelas questões ambientais, gerando uma diferenciação entre desenvolvimento calcado em retornos econômicos a curto e médio prazo, assim como demonstra o paradigma do desenvolvimento industrial pós-guerra e surgem questões que permeia discussões acerca do desenvolvimento responsável.

Até o final desta mesma década (1970), o fator desenvolvimento estava ainda muito relacionado à exploração do meio ambiente natural como sendo uma fonte inesgotável de recursos utilizados pelo homem, com o intuito de aumentar a oferta de bens e serviços. As teorias econômicas do pós-guerra tinham como base a racionalidade econômica e a mobilização de capital para aumentar a capacidade de produção das nações, utilizando-se assim de energia e da transformação dos recursos naturais, sem a menor preocupação com esta sensível relação de troca entre a economia e a natureza. Podemos observar que a teoria da racionalidade econômica já previa em suas raízes, a possibilidade de esgotamento de recursos naturais.

Percebemos que até a década de 1950 no Brasil, as preocupações referentes ao meio ambiente natural, se restringiam aos aspectos relacionados com o saneamento, conservação e a preservação do patrimônio natural, histórico e artístico, e à solução de problemas provocados por secas e enchentes. Houve porém a criação de algumas legislações específicas em virtude do processo de industrialização desencadeado a partir de 1930, como a criação do Código de Águas (1934), Departamento Nacional de Obras de Saneamento, Departamento Nacional de Obras contra a Seca, Patrulha Costeira e o Serviço Especial de Saúde Pública.

Em 1968, acontece uma Conferência Internacional promovida pela UNESCO, sobre a Utilização Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera, onde o Brasil se compromete com a preservação e conservação do meio ambiente. Porém, percebeu-se na década de 1970 o agravamento da situação ecológica mundial, resultado, dentre outras coisas, do manejo inadequado dos recursos naturais.

No ano de 1972, é elaborado o primeiro relatório do Clube de Roma (associação internacional formada por intelectuais, cientistas e empresários, fundada em 1968 pelo italiano Aurelio Peccei), denominado de “Os limites do Crescimento”, onde são expostos os impactos ambientais e políticos provenientes do crescimento populacional descontrolado. Este relatório proporcionou a inserção das questões ambientais na pauta de discussões mundiais, juntamente com as demais questões dignas da preocupação da humanidade. (MEADOWS e outros, *apud* BUARQUE, 1996).

Neste mesmo ano (1972) acontece uma das mais significativas ações de controle do uso dos recursos da biosfera, a Conferência Mundial do Meio Ambiente, em Estocolmo – Suécia, que conseguiu reunir aproximadamente 113 nações dentre as quais 90% pertenciam ao grupo de países em desenvolvimento.

É em meio e este contexto, que novos conceitos emergem no meio acadêmico, como por exemplo, o de ecodesenvolvimento onde as questões ambientais são vistas como alicerce para qualquer planejamento em desenvolvimento futuro. É também neste momento que surgem em todo o mundo, partidos verdes e movimentos ambientalistas. (SACHS, 1986 *apud* BUARQUE, 1996).

Cria-se a partir daí uma nova consciência em todo o mundo, onde a preocupação ambiental, aliada à crise do petróleo se torna o fator determinante na criação de novas propostas de desenvolvimento, apesar da visão econômica dominar o cenário político e estratégico em todo o mundo.

No final da década de 1980, é publicado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland), um relatório intitulado **Nosso Futuro Comum**. Neste relatório, é difundido um conceito de desenvolvimento sustentável, como sendo “aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMDA, *apud* BUARQUE, 1996).

Mais do que um conceito estritamente ambiental, essa definição de sustentabilidade demonstra a necessidade da criação de uma nova mentalidade puramente solidária, onde o mundo passa a ser tratado como um bem comum da humanidade, onde todos se tornam responsáveis pela manutenção da ordem ambiental – aqui chamamos a atenção para a utilização do termo ambiental, como sendo não apenas entendido enquanto meio ambiente natural e sim como o meio onde acontecem as relações humanas.

Dentro desse contexto, o turismo enquanto atividade econômica é visto, principalmente nas regiões em desenvolvimento, como uma alternativa de dinamizar a economia destes locais. Para a maioria, trata-se de uma panacéia, um *milagre econômico*, uma vez que, de forma equivocada, se acredita que a atividade necessita apenas da existência e exploração de singularidades naturais, culturais, históricas, de uma determinada região, permanecendo aqui o conceito de desenvolvimento calcado no crescimento econômico. Por este motivo a atividade vem sendo realizada de maneira desordenada, em que a falta de planejamento acarreta em um desfecho catastrófico, onde o turismo deixa de ser a solução dos problemas e se torna uma atividade altamente predatória e de exclusão.

Deste modo, torna-se relevante o equilíbrio entre os interesses econômicos gerados pelo turismo e o seu desenvolvimento planejado, para não se esgotarem os recursos naturais, culturais e sociais – aspectos *sine qua non* para o desenvolvimento do turismo – e distanciarem o lugar de uma perspectiva da implantação de propostas para o desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto anteriormente, tentaremos neste trabalho, estabelecer alguns parâmetros de comparação do desenvolvimento da atividade turística em áreas rurais, tendo como objetivo fim a análise das possibilidades e limitações da realização desta atividade em Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, que aqui consideramos ser um espaço especial como veremos a seguir.

Como veremos mais adiante, a dificuldade do fomento de ações mais eficazes para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, aliada a alguns equívocos, resultado do despreparo da maioria das famílias que são fixadas nessas áreas muitas vezes sem a menor infra-estrutura, gera a necessidade de que sejam criadas novas alternativas que venham minimizar os impactos gerados não só na economia, como também na sociedade e no próprio espaço físico.

Problemas como o mau aproveitamento e manejo do solo, escassez de materiais, dificuldades de acesso fazem com que essas famílias fiquem totalmente à margem das evoluções tecnológicas pelas quais o mundo vem vivenciando e desta forma isoladas, cada vez mais pobres e sem perspectiva de um desenvolvimento local sustentável.

Para delimitar a área de abrangência do estudo, irei aqui me ater ao Projeto de Assentamento de Reforma Agrária de Pancada Grande, localizado no município de Itacaré, no Estado da Bahia como o objeto de estudo deste trabalho.

O título deste trabalho nos remete ao tratamento do assentamento como sendo um espaço especial. Nesta perspectiva, entendemos este espaço como “especial” pela peculiaridade da sua formação e devido às bases em que se organiza.

Este trabalho teve o seu início em um primeiro contato com o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária de Pancada Grande, no ano de 2000, quando em visita ao local, percebemos uma demanda por parte dos órgãos públicos de fomento para a exploração turística da área. Esta necessidade deu origem à coordenação de um curso de capacitação em

turismo voltado para guias de turismo locais para a área, que realizamos em dezembro deste mesmo ano de 2000, por intermédio da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura – FETAG/BA. Neste curso trabalhamos com a sensibilização para o turismo através da demonstração de alguns conceitos, a importância da história, geografia e da cultura local para a atividade, e uma pequena inserção de conteúdos sobre primeiros socorros para acidentes em trilhas. A experiência foi positiva e conseguimos reunir cerca de cinquenta pessoas durante três dias, onde trabalhamos o turismo como uma realidade um pouco diferenciada do senso comum que remete à idéia de acúmulo e prosperidade. Trabalhamos com questões como desenvolvimento sustentável e a importância da conservação da Mata Atlântica e os demais componentes do meio ambiente local para a sobrevivência como um todo e da continuidade do próprio turismo. Neste momento, sentimos que nascia ali a oportunidade de canalizar algumas experiências já realizadas em turismo, sobretudo no que tange o planejamento turístico, para uma realidade diferenciada, complexa, como um assentamento de reforma agrária, no intuito de demonstrar a necessidade da criação de modelos teórico-metodológicos pautados na realidade local e não mais a utilização de modelo fechados, acabados e padronizados que algumas vertentes do turismo costumam trabalhar como parâmetro para planejamento em turismo.

Sentimos, que havia um desejo por parte dos assentados de agregar a atividade turística às suas atividades econômicas tradicionais, por acreditarem que o local possui potencial turístico, por conter reservas de Mata Atlântica, além de cachoeiras significativas para a região. No entanto percebemos ainda que a preocupação maior estava relacionada ao fato da realização de visitas turísticas por pessoas que se encontram na sede do município de Itacaré, na maioria das vezes levadas por agências de turismo desta cidade, deixando a comunidade da área excluída de participação neste processo.

Iniciaremos este trabalho fazendo uma breve análise por meio de levantamento

bibliográfico da formação da estrutura agrária brasileira, assim como dos seus desdobramentos nas últimas décadas em diversas regiões do Brasil e do mundo, dos movimentos sociais de luta pela terra, e ainda no Capítulo 2, trataremos das realidades agrárias do ‘novo rural’ brasileiro, das especificidades dos estudos desenvolvidos em áreas de Assentamentos de Reforma Agrária e voltaremos à discussão do desenvolvimento de atividades não-agrícolas no meio rural, mais especificamente tratando da atividade turística.

No Capítulo 3, trataremos da atividade turística e seus desdobramentos teóricos, das tipologias e classificações em turismo, das tendências atuais associadas às motivações de viagem humana, e por fim, faremos algumas considerações relacionadas à apropriação dos espaços pelo turismo, utilizando como parâmetro de comparação alguns programas que visam o desenvolvimento sustentável da atividade.

Posteriormente, iniciaremos um reconhecimento da região Sul do Estado da Bahia, onde está localizado o objeto de estudo deste trabalho, utilizando para esta abordagem a subdivisão regional utilizada pelo Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – (PDRS) do Sul da Bahia. Trataremos ainda, de forma um pouco mais aprofundada, do município de Itacaré, onde está localizado o Assentamento de Reforma Agrária de Pancada Grande, no Capítulo 4.

O quinto capítulo será dedicado ao Projeto de Assentamento de Pancada Grande, com sua história, características geoambientais, dados da sua formação, estrutura política e econômica, infra-estrutura física e composição social, considerando os atrativos potenciais e as limitações encontradas para o desenvolvimento de atividades turísticas. Para a realização deste trabalho, optamos pela pesquisa qualitativa utilizando a técnica da observação e entrevistas estruturadas à comunidade local, através de períodos de convivência entre os anos de 2000 e 2003 com o intuito de observar as possibilidades e limitações, ou seja, a viabilidade da implementação turística na área do assentamento de reforma agrária de Pancada Grande,

através da análise do cotidiano da sua gente.

## 2 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

*“Vocês que fazem parte dessa massa, que passa nos  
projetos do futuro  
É duro tanto ter que caminhar e dar muito mais do  
que receber e ter que demonstrar sua coragem à  
margem do que possa parecer  
E ver que toda essa engrenagem já sente a ferrugem  
te comer  
Ê, ô ô, vida de gado, povo marcado, ê, povo feliz”  
(Admirável Gado Novo – Zé Ramalho)*

### 2.1 AS REALIDADES AGRÁRIAS DO “NOVO RURAL” BRASILEIRO

Ao realizarmos uma retrospectiva no processo histórico brasileiro de ocupação e uso do solo, percebemos a existência de ciclos bem definidos de produção que tiveram como base um modelo de apropriação e exploração colonial e o regime de formação latifundiária.

Iniciamos a nossa abordagem histórica, ressaltando que as primeiras atividades econômicas brasileiras – de exploração do Brasil – eram calcadas na extração madeireira do pau-brasil, e que as relações mantidas com os índios brasileiros inicialmente estavam baseadas no escambo. Esta atividade de extrativismo persistiu inclusive durante o período colonial, porém neste momento tendo os índios na posição de escravos, posteriormente “substituídos” por africanos, mais especificamente no período de expansão da produção açucareira.

É neste período, entre 1530-1822, que nos deparamos com o processo de ocupação propriamente dita do território brasileiro, através do regime das Sesmarias, que consistia na



doação de grandes quantidades de terra sob a condição de que seria necessário mantê-las e cultivá-las. Originalmente, esse regime de sesmarias tinha como objetivo principal a utilização produtiva da terra, para socorrer a crise de abastecimento que a Coroa Portuguesa atravessava neste período, tendo aqui já definida a produção açucareira como sendo a monocultura principal instalada na colônia. Porém o que percebemos é que esta condição para a doação não impediu a formação de inúmeros latifúndios improdutivos. Isto acontecia em função de que o modelo agrícola utilizado (*plantations*) gerava um esgotamento rápido do solo, e os proprietários das sesmarias mantinham essas grandes extensões de terra para a exploração futura. (SILVA, 1997)

Em síntese o que podemos perceber aqui, é que a formação fundiária brasileira é consequência de um equivocado sistema de colonização e produção da terra, que gerou a formação de grandes propriedades, que mesmo possuindo uma legislação – que servia apenas para causar indisposições entre colonos e autoridades representativas da metrópole, pois não foi cumprida – que tentava coibir a formação de propriedades improdutivas, não conseguiu conter a expansão latifundiária.

A primeira Lei de Terras do Brasil, a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, estabeleceu o final do sistema de posses. Definiu-se que as terras devolutas do Império só poderiam ser adquiridas por compra e venda; a necessidade de revalidação das sesmarias que não atendessem às condições legais; as terras possuídas por simples título de posse mansa e pacífica fossem regularizadas. A proibição da aquisição de terras devolutas por outra forma que não fosse a compra, apenas serviu aos grandes proprietários, dificultando o acesso da população rural desprovida de recursos à propriedade da terra. (SILVA e MENDES, 1998)

Esta lei de 1850, dentre outras coisas, proibia as aquisições de terras por outro meio que não a compra, extinguindo assim o regime de posses; elevou o preço das terras dificultando sua aquisição; destinava o produto das vendas de terras a importação de mão de obra imigrante (uma vez que em 07 de novembro de 1831 foi promulgada a lei que proibia a importação de escravos, mas o tráfico só é realmente controlado com a aprovação da lei

Eusébio de Queirós, que proíbe o tráfico negreiro no Brasil); regulamentava o tamanho das posses (terras adquiridas através da ocupação); determinava que toda terra não utilizada ou ocupada deveria voltar para o Estado como terra pública.

Porém esta lei de 1850, não consegue sanar os problemas de demarcação de posse das terras brasileiras, uma vez que a delimitação estava a cargo dos seus ocupantes, que eram os responsáveis por medir e demarcar a área que utilizavam, para que depois o Estado deduzisse o que seria destinado para promoção da colonização e por não ter claramente definida a proibição da posse, já que a interpretação da maioria dos seus artigos supunha que a garantia de permanência estava relacionada ao cultivo e moradia habitual. (SILVA, 1997)

O que percebemos na verdade é que esta lei beneficia os grandes latifundiários e mantém o problema de democratização do acesso à terra, já que em posse do Estado, as terras devolutas continuavam sem uma legislação específica para a sua colonização, ficando desta forma expostas à apropriação e perpetuação de latifúndios. Como reflexo deste processo, registra-se um aumento significativo de *grilos* (posse de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade), culminado em um retrocesso das terras devolutas para o domínio privado. É neste momento que percebemos a aparição do “coronelismo”, devido à venda de postos militares sob a condição de que os compradores fossem pessoas de posse principalmente de terra. Esses *coronéis*, então, mantinham um sistema de poder político no qual lhe eram instituídas funções de controle e até de polícia nas áreas onde estavam localizadas as suas propriedades, sistema este que vai marcar decisivamente todo o processo de divisão social das terras em especial na região Nordeste do Brasil, onde se pode observar os seus reflexos até os dias atuais.

Durante muito tempo a questão fundiária brasileira se limitou a uma discussão exclusivamente associada à responsabilidade e delimitação das terras entre privada e devoluta (públicas), o que percebemos ter de certa forma contribuído para a legitimação do latifúndio

brasileiro. Como uma alternativa para a regularização desta concentração de terras, surge a discussão sobre a desapropriação por parte do Estado das terras improdutivas, mas que só será realmente discutida nos anos de 1950-1960.

A Lei de 1850 teve a sua vigência encerrada após a Revolução de 1930, onde a partir de diversos decretos lei é proibido o usucapião das terras públicas, ficando sob a responsabilidade da justiça comum a emissão de títulos de propriedades.

No ano de 1934 a Constituição prevê, ainda tendo como forma normatizadora a Lei de 1850 apesar de estar extinta, o usucapião limitando-o a 10 hectares, adquirindo uma função social e econômica à colonização das terras brasileiras e não mais individualizada, o que ficou conhecido como a “doutrina da função social da propriedade”. (SILVA e MENDES, 1998)

No período do Estado Novo (1937-1945) houve um grande incentivo com relação à colonização do norte e centro-oeste brasileiros, a também conhecida **marcha para o oeste**, com o intuito de equilibrar o processo de exploração econômica das terras brasileiras, ainda bastante concentrado no litoral.

Na realidade, a região dos “espaços vazios” (o Oeste) não se encontrava tão vazia assim. Estava ocupada por usinas de açúcar, plantações de mate, fazendas de gado, regiões de garimpo de ouro e diamante, exploração da borracha ou de drogas do sertão etc., o que reforça a idéia de que a ocupação de terras devolutas continuava a ocorrer ali desenfreadamente apesar dos inúmeros decretos reiteradamente proibindo o usucapião nas terras públicas. (SILVA, 1997)

Em 1937 percebemos uma regressão na Constituição que se limita a tratar a questão fundiária brasileira comentando apenas que o direito à propriedade deverá estar calcado no benefício da coletividade, o que permite mais outras tantas interpretações e a ausência de uma legislação efetiva de controle ao uso e abuso das terras brasileiras.

A seguir encontramos na Constituição de 1946 determinações a respeito do estabelecimento de desapropriações, que não consegue sanar os problemas, em função de que o pagamento das indenizações deveria, segundo esta Constituição, ser efetuado

antecipadamente e em dinheiro, emperrando assim mais uma vez, o processo de redistribuição agrária do Brasil. É neste mesmo ano que surge no Congresso Brasileiro as primeiras discussões a respeito de Projetos de Reforma Agrária.

A política de reforma agrária brasileira é um processo recente, quando comparado ao processo da formação do latifúndio e da luta pela terra no Brasil. Desta forma, o processo de organização política camponesa está intrinsecamente ligado ao crescimento das Ligas Camponesas na década de 50. No entanto, a questão de luta pela terra existe concomitante à existência do latifúndio e se diferencia da luta por reforma agrária, uma vez que na primeira situação existe o envolvimento dos excluídos do acesso à terra e na segunda a intervenção de diversas outras instituições. (FERNANDES, 1999, p. 1).

Essas questões voltariam à tona com maior força a partir das décadas de 1950 e 1960, principalmente nesta última, onde já pode ser percebida a formação de movimentos sociais de reivindicação para um Reforma Agrária do território brasileiro. O ano de 1964 é marcado por significativas mudanças políticas com o golpe militar, onde em 30 de novembro é criado, pelo governo militar, o Estatuto da Terra que prevê dentre outras coisas a execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola no Brasil. Apesar disso, as ações observadas após a criação deste estatuto foram mínimas.

Este Estatuto, porém, surge em decorrência de pressões internacionais, mais precisamente norte-americanas, e está baseado em alguns princípios estabelecidos na Carta de Punta del Este de 1961, com o objetivo de afastar e controlar as pressões sociais ou as revoluções camponesas, que já afloravam por toda a América Latina, tendo como um bom exemplo deste processo Cuba. Mais uma vez observamos que os interesses voltados à reforma agrária brasileira estavam calcados em diversos outros objetivos que não o de inclusão e justiça social, uma vez que neste caso específico o que percebemos é o distanciamento dos principais interessados neste processo e a permanência de uma instituição onde o manejo do

território brasileiro está sob a responsabilidade internacional.

Com o advento da industrialização, essa reformulação das estruturas de posse de terra no Brasil, é vista agora como um processo de transformação mais abrangente, uma vez que visa o fim da dominação no campo, a melhor distribuição de renda, com o intuito de impulsionar este processo de industrialização através da ativação do mercado interno.

Este novo cenário então, faz com que a Reforma Agrária seja tratada agora como um tema importante não apenas do ponto de vista usualmente tratado (o de delimitação e divisão de terras), mas sim como um fator determinante para o processo de desenvolvimento econômico, principalmente industrial, do Brasil. Para os teóricos do governo militar, o atraso do país era atribuído ao atraso do campo e assim todos os esforços foram voltados para a modernização do campo, inclusive com um forte apoio político e financeiro.

Aliadas a esta questão legal, ainda na década de 1960, transformações significativas começaram a ocorrer no espaço rural brasileiro. A implementação de novas tecnologias, o que se denominou de modernização do campo, fez com que houvesse uma expansão da produtividade tanto agrícola quanto na pecuária. Este modelo é denominado o **modelo prussiano** caracterizado pela “transição da grande propriedade improdutiva para a grande empresa capitalista e pela exclusão da maioria das pequenas e médias propriedades”. (CARDIM; VIEIRA; VIEGAS, 1999, p. 2). Esta ação, porém, continua utilizando o latifúndio, incrementando as grandes propriedades com sistemas agrícolas baseados em adubação e mecanização, o que faz com que as grandes propriedades se adaptem às exigências do mercado e tracem, desta forma, um novo perfil do rural brasileiro com base neste sistema de modernização-conservadora.

O modelo de modernização-conservadora de agricultura que tem como objetivo uma mudança na base técnica de produção, que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada. Este processo foi estimulado pelo programa denominado “Revolução Verde” que se propunha a estimular a produção e a produtividade agrícola no mundo, visando o desenvolvimento de

experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. (LAZZARETTI e SABOURIN, 1999)

Este processo gerou uma grande transformação na dinâmica social brasileira, onde destacamos o grande êxodo rural ocorrido entre as décadas de 70 e 80, em função de que as médias e pequenas propriedades ficaram excluídas desta modernização e, desta forma, sem condições de concorrência e participação neste novo cenário rural brasileiro. Este processo de modernização em grandes propriedades necessita de mão-de-obra mais qualificada e apenas em determinados períodos de tempo, transformando muitas vezes o trabalhador rural, que agora habita a zona urbana e não possui os seus próprios meios de produção, em bóia-fria, reafirmando a relação outrora descrita de manutenção da prática de desenvolvimento agrícola, calcado na acumulação de capital através da exploração da força de trabalho pelos detentores das terras, latifúndios. A partir deste processo se instaura no campo o desenvolvimento de relações sociais capitalistas que surgem para atender as demandas do processo urbano-industrial atravessado pela economia brasileira.

Neste mesmo período, ocorre uma grande especulação fundiária principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde grandes extensões de terras são ocupadas por grandes grupos econômicos que não possuíam as suas atividades vinculadas à atividade agrícola, aumentando mais ainda o êxodo rural.

Todo este sistema de modernização-conservadora acarretou um processo de aumento dos problemas sociais no meio urbano. O êxodo rural provoca, então, um inchaço nas estruturas sociais das grandes cidades e é neste momento que as discussões sobre uma reforma agrária ressurgem com uma certa força, gerando aos poucos, uma grande pressão social que irá mudar decisivamente os cenários político e social brasileiro.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz consigo mais alguns

equivocos no que tange às leis de Reforma Agrária. O que percebemos é que os artigos destinados a este tema (184 e 186) são transplantados da legislação que vigorava até então, com agravante de que houve alguns retrocessos como o de permitir o questionamento das desapropriações (baseadas no Estatuto da Terra) realizadas pelo poder público, caso o expropriado se sentisse injustiçado. Estas leis ainda esbarravam no fato de que só puderam ser realizadas totalmente com a aprovação da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que regulamentava as disposições sobre Reforma Agrária e a aprovação de leis complementares.

Uma outra polêmica que acompanha as leis da Constituição de 1988 está relacionada à definição do conceito de propriedade produtiva:

[...] esta é a que cumpre a sua função social e, como tal, é, junto com as pequenas e médias propriedades, insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária. Trata-se de um conceito polêmico e até hoje pouco claro, embora uma lei de 1993 (nº8.629 de 25/2) tenha definido a produtividade dos imóveis rurais. No artigo 6º são classificados produtivos os imóveis que tenham grau de utilização da área aproveitável igual ou superior a 80% e grau de eficiência na exploração da terra superior a 100%. Os índices de eficiência nas atividades agropecuárias são estabelecidos pelo governo. As áreas consideradas produtivas pagam menos ITR (Imposto Territorial Rural) que as improdutivas. Mas sempre sobram formas de escapulir da definição legal. (SILVA, 1997)

Atualmente, o que percebemos é que os interesses dos latifundiários continuam claramente representados pela política de Reforma Agrária instituída pelo Estado, fazendo com que o processo de acesso à terra se torne cada vez mais uma utopia, se julgarmos como essência para tal, a diminuição da desigualdade social do país.

Desta forma, podemos observar que o sistema fundiário brasileiro foi se desenvolvendo em meio a um complexo processo de divisão das terras baseado nas relações de exploração da força de trabalho e acúmulo de riquezas, sempre mantidas sob a relação explorador (latifundiários) e explorado (índios, escravos africanos, trabalhador rural).

## 2.2 REFORMA AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA

“Centenas de propriedades rurais de vários Estados, consideradas ociosas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, serão invadidas de uma vez só no início de novembro, em protesto contra a morosidade do governo em aplicar a reforma agrária.

A ameaça não é atual. Perfeitamente publicável nos dias de hoje, o trecho acima abria uma reportagem do Jornal do Brasil em 8 de outubro de 1985, um ano depois da fundação do MST. Às vésperas de completar 20 anos, o movimento conquistou uma projeção internacional jamais sonhada pelos agricultores que testemunharam o nascimento da explosiva sigla num congresso, realizado na cidade paranaense de Cascavel, entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984”.

Iniciamos esta parte com esta citação retirada do *site* oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, para demonstrar que em se tratando de Reforma Agrária no Brasil, fatos ocorridos há vinte anos ainda permanecem atuais se publicados nos dias de hoje.

Como vimos anteriormente, todas as tentativas de se realizar Reforma Agrária nas terras brasileiras, se deparavam com uma série de obstáculos, todos calcados na relação entre a defesa dos interesses dos grandes proprietários de terra e a forma de condução, por parte do Estado, das legislações criadas até hoje.

Acreditamos que o processo de Reforma Agrária brasileiro, dentre outros fatores, não obteve êxito por ter ocorrido no âmbito de preservação dos interesses de uma minoria dominante, deixando excluídos do processo os principais interessados pela divisão das terras, interessados estes que estaremos tratando a seguir.

Neste momento, iremos relatar o surgimento dos movimentos de luta pela terra e desta forma tentaremos justificar o novo panorama agrícola e estrutura fundiária que se instalou no Brasil, baseando-nos no seu processo histórico de formação.

Percebemos que as lutas de resistência acontecem desde a colonização brasileira dos povos indígenas, ao escravo vindo da África contra o cativo e cativo da terra, até as lutas mais tarde dos imigrantes ao final do século XIX, pela terra. (FERNANDES, 1999, p.2)

Os índios brasileiros lutavam desde o início em resistência da tomada de suas terras e



os africanos escravizados a partir do século XVI, já formavam territórios de resistência denominados de quilombos.

Percebemos aí que, historicamente, a formação territorial brasileira é marcada pela luta pela terra, modificando apenas o objetivo que vai desde a liberdade, à sobrevivência nos sistemas produtivos e econômicos vigentes como no caso do capitalismo atual.

Fernandes faz um paralelo entre a mudança de condição do escravo para trabalhador livre, onde ele deixa de ser vendido enquanto mercadoria e passa a vender a sua força de trabalho no sistema capitalista. Percebemos que, ainda assim, os trabalhadores permanecem longe dos meios de produção e os escravos de ontem, agora livres, e sem terra.

Nesse momento, inicia-se o processo de grilagem das terras pelos ex-senhores escravistas, agora senhores de terra, que exploravam os trabalhadores para a formação de fazendas dentro das florestas que eram derrubadas para a criação de fazendas de café ou de gado, e posteriormente, por meio de mecanismos ilícitos, os camponeses eram expropriados quando não assassinados. É a partir desse processo, que no final do século XX, a sociedade brasileira se depara com o prolongamento desta formação histórica de luta pela terra, na representação simbólica dos índios, escravos e demais explorados, através de uma organização social composta pelos agora Sem-Terra. Este ator social não apenas representa uma classe desprovida de terra e sim pessoas ávidas por mudanças nas bases da realidade agrícola vigente.

Esses movimentos tiveram raízes históricas importantes de serem citadas, uma vez que, se faz necessário para o entendimento de todo o processo que desencadeou a atual formação agrária brasileira.

Podemos citar como um dos grandes movimentos de luta pela terra, o episódio de Canudos, no Estado da Bahia, onde camponeses lutavam contra coronéis latifundiários e após longa peregrinação alcançaram o arraial de Canudos onde formaram um movimento social

messiânico e foram declarados inimigos de guerra. Fernandes (1999, p. 3), considera Canudos um dos mais importantes e pioneiros movimentos organizados de luta pela terra, onde em 1893 camponeses sem-terra acampam em uma determinada área, que mais tarde recebe o nome de Belo Monte. Criou-se nesta área um sistema de agricultura familiar de cooperação, onde todos possuíam direito à terra e os desvalidos eram ajudados pelo restante da comunidade através de um fundo comum. Na verdade, Canudos se tornou motivo de disputa de poder político entre os coronéis e o governo, sendo caracterizada como uma das mais violentas guerras do Brasil.

Canudos não de rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo [...] caiu no dia 5 de outubro de 1896, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados (FERNANDES, 1999, p. 3).

Um outro movimento relevante, tido como reflexo do processo de formação social brasileiro foi o cangaço que se caracterizou pelo movimento nordestino contra as perseguições aos camponeses, sob forma de banditismo social, como única alternativa de se criar uma lei de sobrevivência longe da lei absoluta imposta pelos coronéis. Dessa forma, os cangaceiros atacavam fazendas e vilas e de maneira agressiva se vingavam da sua situação de expulsos da terra, assassinando membros da família dos coronéis.

Apesar de estes dois movimentos citados terem como cenário o Nordeste brasileiro, percebemos que essa realidade de exclusão se refletia por todo o território nacional. A exemplo disso, temos um outro importante movimento de luta pela terra, que é o Contestado.

O Contestado reproduz no sul do Brasil a saga de Canudos. Neste conflito estavam de um lado as forças do governo federal e dos estados do Paraná e Santa Catarina e, do outro, milhares de camponeses.

Este movimento, que deu nome à região, se caracterizou como um dos mais importantes movimentos sociais ocorridos em território brasileiro entre os anos de 1912 a

1916.

Este violento conflito de terra envolveu posseiros pobres, negros, mestiços e indígenas, numa área de 25 mil quilômetros quadrados, disputada pelas províncias do Paraná e Santa Catarina.

O Contestado teve origem a partir da soma de diversos fatores: o *Brazil Railway Company* – companhia vinculada ao “Sindicato Farquhar”, truste formado por capitais canadenses e norte-americanos – foi incumbido da construção de trechos da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande. Para isso recebeu do governo, como parte do pagamento, a concessão do direito de aproveitamento de uma faixa de nove quilômetros de cada lado do eixo principal da ferrovia para realizar projetos de colonização e a extração de madeira numa faixa de quinze quilômetros a partir do mesmo eixo, através da então fundada *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Essa empresa deveria colonizar a área com imigrantes, mas o seu principal interesse era a exploração da floresta nativa, rica em pinheiros e imbuías. Esta empresa foi se apoderando, mais tarde, das outras empresas concessionárias responsáveis por outros trechos da estrada de ferro, dominando desta forma todo o trecho e monopolizando o transporte no sul do País. Com isso, a população residente nesta área como posseiros foi expulsa, e resolveram se unir aos: quase 8 mil trabalhadores que ficaram desempregados depois da conclusão da obra da estrada de ferro; os madeireiros da região que também se sentiram prejudicados pela concorrência de uma empresa que chegou a ser identificada como o maior complexo industrial de exploração de madeira da América Latina, e que exportava a madeira para os Estados Unidos. Essa insatisfação geral uniu essas pessoas dando início a mais um movimento de luta por terras no território nacional.

Percebemos aqui, assim como em Canudos, a presença de princípios religiosos nas bases da organização do movimento, através da presença de beatos, que se ocupavam das questões religiosas do povo. Há registros de monges que viviam nesta região e que foram os

responsáveis pela organização das lutas, a exemplo de José Maria, que em 1912, liderou a primeira revolta cujo objeto era a luta pela posse da terra, uma sociedade mais justa, com base em preceitos religiosos.

O conflito mais sério aconteceu em 1914 em um confronto em Taquaruçu que resultou na morte de muitas pessoas. Os confrontos continuaram até fins de 1915, onde pela primeira vez o governo brasileiro utilizou aviões de bombardeio e no vale do rio Santa Maria, os remanescentes do movimento foram dizimados por 6 mil soldados do Exército e da Polícia dos dois estados Paraná e Santa Catarina, além de mais mil homens fornecidos pelos coronéis da região. Percebemos também a participação neste movimento de indígenas Kaingang e Xokleng, sendo que até hoje os Kaingang de Santa Catarina realizam o batismo de São João Maria. Ainda são encontrados os remanescentes do Contestado, chamados de cafusos, que vivem em Santa Catarina, mantendo uma organização comunitária.

Após estas marcantes e trágicas lutas pela terra, o camponês passa a se organizar de forma política, e ganha o apoio e o interesse de instituições como o Partido Comunista Brasileiro – PCB e a igreja Católica como simpatizantes da causa. Aliás, percebemos que nos diversos movimentos sociais de luta pela terra existe uma presença religiosa marcante.

Neste momento foram surgindo nos diversos espaços brasileiros de norte a sul, movimentos de organização como as Ligas Camponesas, que em 1945 criaram uma resistência à expropriação e expulsão da terra. Podemos considerar o surgimento das ligas camponesas como a gênese de todo o movimento de organização e articulação política e social de luta pela terra.

O surgimento das ligas camponesas se dá no Engenho Galiléia, município de Vitória do Santo Antão, Pernambuco, em 1955 através da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, mais tarde denominada Liga Camponesa da Galiléia. O objetivo inicial era o de se formar uma associação de auxílio mútuo, porém se transformou

rapidamente, em uma entidade representativa, que lutava pelos direitos dos posseiros do Engenho, adquirindo desta forma o caráter de associação de luta pela terra. Este modelo de organização social foi rapidamente adotado por diversas partes do Nordeste e outras regiões do país, que marcou de forma decisiva o processo de reforma agrária brasileiro antes do golpe militar.

Entre 1950 e 1964, o movimento camponês organizou-se enquanto classe, surgindo as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master). Esses movimentos foram esmagados pela ditadura militar, após 1964, e seus líderes foram assassinados, presos ou exilados. O latifúndio derrotou a reforma agrária. (FERNANDES, 1999)

Anos depois, emerge na Igreja Católica uma pequena facção denominada "progressista", que passa a comandar a Igreja "de baixo" e, por causa disto, começa a exercer significativa influência sobre os trabalhadores rurais, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), distribuídas pelas mais remotas regiões interioranas do país. É neste cenário que os trabalhadores rurais percebem a possibilidade de organização para a lutar por seus direitos, diante da repressão contra o movimento sindical urbano e camponês. Esse movimento era tolerado pela Igreja Católica, uma vez que via nessas comunidades uma ferramenta de controle das pressões sociais, como por exemplo, o avanço das Ligas Camponesas laicas, e formavam dirigentes camponeses obedientes à orientação e hierarquia eclesiástica.

No ano de 1975, surge o que talvez podemos chamar de semente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST: a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A Comissão Pastoral da Terra surgiu com o objetivo de colaborar com as ações das Igrejas Católica e pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), atuando em conjunto com dioceses, paróquias e comunidades eclesiais, na assessoria a sindicatos e trabalhadores rurais no Brasil até os dias atuais.

É neste momento, entre as décadas de 1970 e 1980, que começam a surgir diversos

movimentos localizados de conflitos de terra, que terão um papel decisivo para a formação do principal movimento de luta pela terra no Brasil: o MST. Podemos destacar alguns dos mais importantes destes acontecimentos:

“Em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em setembro de 1979, 110 famílias ocuparam as glebas Macali e Brilhante; em Campo Erê, Santa Catarina, em 1980, ocorre a ocupação da fazenda Burro Branco; no Paraná, mais de dez mil famílias, que teriam suas terras inundadas pela construção da barragem de Itaipu, organizavam-se contra o Estado; em São Paulo, ocorria a luta dos posseiros da fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência; no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários lutavam pela permanência na terra.”(COLETTI)

A articulação das lideranças desses movimentos pela CPT através de diversos encontros regionais dará origem a um Encontro Nacional ocorrido em janeiro de 1984, em Cascavel, município do Paraná, onde é fundado o MST. Os objetivos que norteiam este movimento são a terra, a reforma agrária e a justiça social.

Como foi exposto anteriormente, a formação fundiária brasileira foi calcada em diversos fatores de desordenamento do espaço rural, que fizeram emergir um sentimento de necessidade de realização de uma reforma na estrutura agrária brasileira, não só por uma questão econômica, mas principalmente por uma urgência social. Quando nos referimos a uma urgência social, queremos evidenciar questões como o grande êxodo rural, que provoca como conseqüência, uma mudança desordenada nas estruturas sociais urbanas, em que as cidades não conseguem atender às necessidades da população e a sua ocupação territorial vai sendo feita de forma precária, comprometendo desta forma, a qualidade de vida de todos os que aí vivem.

Diante desta situação, se faz mister pensar a necessidade de uma política de reforma agrária que não esteja apenas baseada na criação de assentamentos rurais com intuito de reduzir as pressões sociais e sim a formulação de metas baseadas em diagnósticos prévios por região, respeitando suas singularidades e necessidades, para que desta forma, se possa fazer

uma reforma agrária baseada na mudança de uma realidade social desigual e de exclusão evitando assim a repetição de um modelo que já provou ser equivocado e ineficaz.

Podemos dizer que o que existe atualmente na realidade brasileira, não é um processo de reforma agrária, e sim, um processo de intensificação de luta pela terra, que pressionam a formação de assentamentos por parte dos setores federais e estaduais em resposta a estas ações.

### 2.3 ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL

Todo esse processo histórico de formação do meio rural brasileiro fez dele um espaço de profundas transformações sociais e políticas que atualmente se refletem em um novo mundo rural.

Ainda nesse processo de luta pela terra e de modernização do campo, surge um novo fenômeno, que não mais atribui às atividades não-agrícolas uma localização exclusivamente urbana. É cada vez mais crescente a participação de atividades, principalmente dos setores de indústria e serviços, na economia do meio rural trazendo para a população rural residente uma maior estabilidade econômica e social. Porém cabe aqui salientar que esta realidade ainda é bastante restrita e pontual, e percebemos uma maior incidência destas atividades não-agrícolas em pequenas e médias propriedades localizadas, majoritariamente, nas regiões sul e sudeste do Brasil.

Segundo Silva e Campanhola (1999, p. 1), em 1997 de 14,1 milhões de pessoas residentes no meio rural, cerca de 4 milhões delas atuavam em atividades não-agrícolas. Destas atividades podemos destacar maior incidência das indústrias de transformação, o comércio de mercadorias, os serviços sociais e a indústria da construção civil.

Diante do exposto, não podemos deixar de perceber que para qualquer tipo de

planejamento no meio rural se faz estritamente necessário que haja uma preocupação em analisar essa nova tendência do meio rural brasileiro e buscar em cima disso traçar metas de desenvolvimento não apenas no setor agrícola, mas no fomento à essas atividades não – agrícolas.

No entanto, como já foi citado anteriormente, o desenvolvimento dessas atividades não-agrícolas no meio rural, não acontece de forma homogênea em todas as regiões do Brasil. Por isso se faz necessária uma análise da sua aplicabilidade nas diferentes realidades do Brasil. Um exemplo disso pode ser observado nas diferentes formas de desenvolvimento destas atividades não-agrícolas nas regiões Nordeste e Sul do país. Percebemos que nos diversos estudos que tratam deste tema, a maioria dos exemplos citados de assentamentos bem sucedidos dentro desta perspectiva estão localizados na região Sul e Sudeste do país.

De fato, o Nordeste ainda é a mais rural das regiões brasileiras, e o peso das atividades não-agrícolas é um dos menores encontrados no Brasil. No entanto, já tive a oportunidade de ver, pessoalmente, algumas experiências muito interessantes. Uma delas, de turismo rural, numa área de assentamento na Zona da Mata de Pernambuco. Este assentamento, originalmente de cana-de-açúcar - cultivo que está se tornando inviável, pelo fechamento das usinas -, conseguiu um apoio para recuperar a casa grande e o engenho morto para fins de atividades de turismo e está gerando uma série de rendas não-agrícolas com a visitação. Há, também, no Rio Grande do Norte, um assentamento que ainda não conseguiu expandir suas áreas irrigadas, mas está servindo para os assentados construírem suas casas e alugarem o pátio ou um cômodo para outros trabalhadores, migrantes da região. O assentamento, na verdade, está se tornando um pequeno povoado, uma pequena vila, com atividades de comércio e outras ligadas à hotelaria, que estão muito longe das atividades agrícolas tradicionais normalmente encontradas numa agrovila. Mas, de fato, o Nordeste tem menos atividades deste tipo. A explicação para isto está no fato de que não se desenvolveram, nesta região, ainda, as principais forças que levam à inserção das atividades não-agrícolas no meio rural. Uma dessas forças é a liberação de um ou mais membros da família da atividade agrícola para que ele vá trabalhar na pequena cidade mais próxima, em um supermercado, em um banco ou, até mesmo, como empregado doméstico, contribuindo com uma renda não-agrícola importante para a sua manutenção e de sua família. Isto, no Nordeste, é difícil, porque se tem menos oferta de trabalhos não-agrícolas nessas pequenas cidades e povoados do interior. Logo, a articulação destas atividades com o trabalho agrícola é mais difícil. Além disso, nesta região, há uma tradição de grandes propriedades, o que impede o florescimento de atividades não-agrícolas entre os pequenos produtores no meio rural. As áreas de minifúndio são mais favoráveis ao surgimento de atividades não-



agrícolas, pois um membro da família faz um bico aqui, outro ali, trabalha para fora etc. Isto é mais comum do que na região de latifúndios, onde é mais difícil haver essa articulação do urbano com o rural, pois o trabalhador fica preso às atividades da fazenda. (SILVA, 1997)

Dentro desta perspectiva, neste estudo, estaremos trabalhando com a atividade do turismo enquanto uma ação de desenvolvimento local não-agrícola para o meio rural. Por isso, estaremos demonstrando a seguir algumas diretrizes traçadas por Silva e Campanhola (1999, p. 3-12), no sentido de facilitar o entendimento do objetivo fim deste trabalho que é o levantamento de possibilidades de realização da atividade turística em Projetos de Assentamentos Rurais.

A primeira diretriz que os autores tratam é a de desenvolvimento local, onde eles destacam que o processo de descentralização das políticas públicas brasileiras têm fortalecido as iniciativas locais. Isso tem feito com que as diversas camadas sociais estejam se organizando no sentido de terem uma representação mais forte no processo de desenvolvimento local. Ainda neste sentido, para o planejamento local, descentralizado e participativo, se faz mister a “caracterização sócio-econômica e ambiental dos recursos disponíveis e pelo zoneamento territorial de modo a que se tenha uma ocupação territorial organizada aos níveis locais e regionais, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável” (SILVA e CAMPANHOLA, 1999, p. 5). No entanto esta descentralização é bastante relativa, uma vez que observamos que nem sempre são dadas às comunidades locais, condições para que possam ser auto-gestoras do seu desenvolvimento, dependendo sempre de uma atuação marcante do setor público no processo. Na verdade, este conceito de sustentabilidade está bastante associado ao planejamento local, uma vez que este último levanta uma série de questões e necessidades que de certa forma, fazem com que se conheça a área onde se está realizando o planejamento e que assim, os impactos negativos de qualquer atividade possam ser minimizados com o intuito de não causar danos consideráveis ao meio ambiente como um todo.

Entretanto, é impossível tratarmos de desenvolvimento local no meio rural sem que tratemos da pobreza rural. É necessário que dentro deste planejamento estejam incluídas medidas de apoio à infra-estrutura básica como saúde, educação, habitação, alimentação, para que a população local tenha o mínimo de qualidade de vida e que as atividades possam ser realizadas principalmente no que tange o turismo.

Ainda dentro das diretrizes de desenvolvimento local, os autores destacam a importância de uma ação que vise o fomento à pesquisa e extensão rural, para que as atividades não-agrícolas possam ser agregadas a diversas realidades rurais das famílias que vivem no campo.

Uma outra proposta, é a organização da população rural em sistemas de cooperativismo e associativismo, uma vez que desta forma é facilitado o acesso aos programas de fomento ao desenvolvimento local.

No caso do assentamento de Pancada Grande, o desenvolvimento começa a ser traçado dentro destas vertentes, uma vez que o processo está se organizando de baixo para cima, tendo a participação de toda a comunidade, proposta que pretendemos alcançar no assentamento, que é o fortalecimento das famílias assentadas enquanto representação social, para que assim elas possam gerir seus recursos e agregar outras atividades que não só o turismo à produção agrícola tradicional.

#### 2.4 ESPECIFICIDADES NO ESTUDO DO ESPAÇO DE UM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA.

Acreditamos que a dinâmica da organização de um assentamento de reforma agrária faz deste espaço um objeto de estudo fascinante, mas que ao mesmo tempo requer uma série e cuidados e esclarecimentos acerca dos métodos e variáveis utilizadas nas pesquisas realizadas nestes espaços. Por este motivo, resolvemos tratar do objeto de estudo deste trabalho como sendo um espaço especial.

Quando tratamos de assentamentos de reforma agrária acreditamos que é preciso ter o entendimento de todo o contexto no qual ele se organiza e, além disso, perceber as bases em que são calcadas as relações sociais e de organização do homem dentro de um espaço heterogêneo. Utilizamos aqui o conceito de espaço como sendo as formas (paisagens) associadas à vida que anima essas formas. (SANTOS, 1996a, p.83). Ou seja, entendemos ser impossível a interpretação de uma determinada área, isolada do contexto que a circunda, das relações sociais que deram origem à sua formação e que mantêm as suas configurações e a sua identidade.

Dentro desta perspectiva, daremos neste trabalho um enfoque na organização espacial do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária de Pancada Grande baseado nas relações sociais que foram instituídas nos diferentes momentos da formação deste espaço: antes, durante e depois da sua concepção.

Um dos fatores de maior complexidade no nosso entendimento, e ao mesmo tempo o mais fascinante, é a questão da identidade coletiva de um espaço formado por atores de diferentes realidades e procedências, que tiveram de criar regras sociais de convivência a partir das necessidades demandadas do processo de formação espacial.

Por este motivo, entendemos que o desenvolvimento de práticas sejam elas econômicas ou de qualquer outra espécie, não podem desconsiderar essa particularidade.

Segundo Azevedo, Bourdieu

compreende que os atores sociais estão inseridos espacialmente em determinados campos sociais, onde a posse de grandezas de certos capitais (cultural, social, econômico, político, artístico, esportivo etc.) e o *habitus* de cada ator social condiciona seu posicionamento espacial e, na luta social, identifica-se com sua classe social. Bourdieu afirma que para o ator social tentar ocupar um espaço é necessário que ele conheça as regras do jogo dentro do campo social e que esteja disposto a lutar (jogar). (BOURDIEU *apud* AZEVEDO).

Percebemos que a maioria dos estudos que tratam das dinâmicas sociais no interior dos assentamentos rurais, nos remete ao fato de que se trata de um espaço de (re) criação social, onde as regras de convívio, as relações de poder e a organização social interna são construídas dentro de uma identidade heterogênea que tem como objetivo comum o acesso à terra.

Utilizaremos aqui como parâmetro de comparação dos diversos papéis sociais vividos pelos atores deste processo, a luta pela terra determinada na fase de acampamento e a conquista da terra representada na fase do assentamento.

A fase do acampamento constitui-se para a autora como o momento da utopia, no qual os sem-terra descobrem-se como iguais e procuram construir um sentido de identidade coletiva, por isso, Ingressar na luta pela conquista da terra faz parte do reconhecimento de uma situação de vida, da afirmação de um direito negado historicamente, é uma luta que entra na história dos camponeses, como forma de tornar possível o sonho de produzir e viver da **minha terra** (SCHWENDLER *apud* ROS, 2002, p. 68).

A afirmação deste direito mobiliza estes trabalhadores em torno de uma bandeira comum que é assumida pela coletividade.

A fase do assentamento é caracterizada pelo momento da reconstrução social do espaço do assentamento, onde operam elementos de continuidade e descontinuidade.

É um momento em que as diferentes concepções de valores, de anseios, de significados em relação à terra e ao trabalho, que estiveram latentes na fase do acampamento, manifestam-se nas relações cotidianas, sendo bases de divergências quanto a organização do seu novo espaço social (SCHWENDLER *apud* ROS, 2002).

É dentro desta perspectiva que estaremos tratando mais adiante do nosso objeto de estudo, calcado na sua formação e na revelação das três fases: o lutar, o viver e o buscar permanecer na terra. (FERRANTE *apud* ROS, 2002).

A seguir, trataremos um pouco da atividade turística, no intuito de conhecermos melhor este fenômeno e suas implicações nos diversos setores da organização social de uma determinada localidade.

### 3 A ATIVIDADE TURÍSTICA E A SUA COMPLEXIDADE

*O ato ou efeito de viajar transcende as dimensões do tempo e espaço, quando o que verdadeiramente se almeja, é viver outras vidas, outros espaços, outro tempo. (Janaina Leal)*

#### 3.1 A PRODUÇÃO DE UM SABER TURÍSTICO – UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR

Uma das maiores dificuldades que encontramos em definir um marco conceitual para a atividade turística, talvez se deva ao fato de que para o entendimento da sua complexidade, se faz necessário recorrer a uma série de ciências outras, caracterizando assim a interdisciplinaridade deste fenômeno. Além desta dificuldade, nos esbarramos no fato de que o saber turístico é produzido em um conjunto de iniciativas operacionais dos setores envolvidos na sua realização.

Em se tratando de uma atividade compreendida na ciência social, a missão de conceituarmos a atividade turística, assim como toda e qualquer ciência social, se faz um tanto complexa e diria que até impossível fazê-la de forma estática e definitiva.

Jafari identificou dezesseis áreas e disciplinas diferentes, das quais o estudo de turismo derivou suas características. (JAFARI *apud* ANSARAH, 2002) Através desta representação gráfica na FIGURA 1, podemos perceber as inúmeras relações existentes entre o turismo e as demais áreas do conhecimento.

Portanto, aqui utilizaremos um trabalho realizado por uma cientista social chamada Marutschka Martini Moesch (2000), onde ela realiza um estudo em que propõe a criação de

uma teoria particular, dinâmica, baseada nos princípios da interdisciplinaridade e que acreditamos ser a mais adequada para este estudo, e que de certa forma nos fará sair um pouco do lugar comum das definições turísticas.

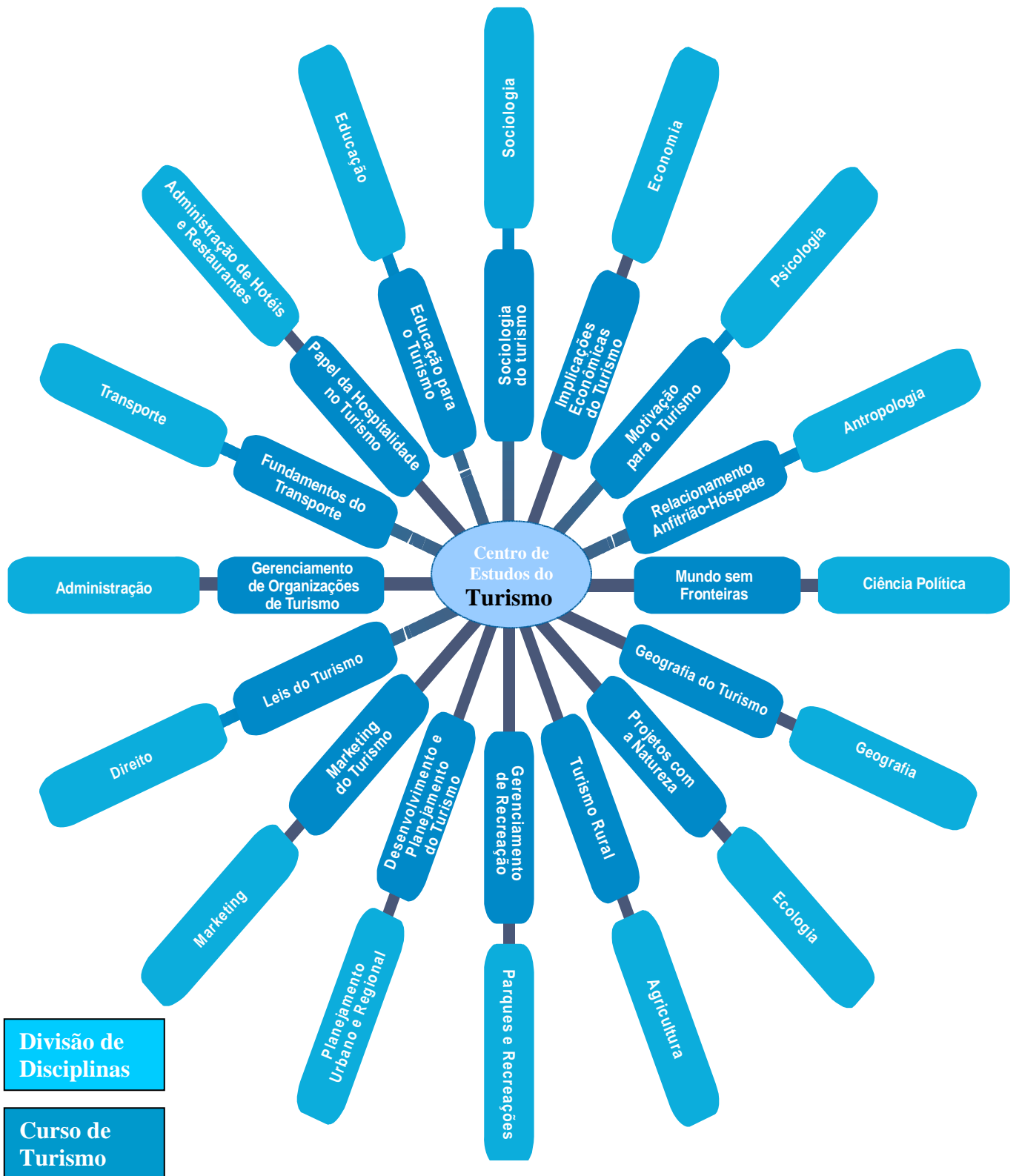
Moesch inicia seu trabalho utilizando a epistemologia como apoio na criação da teoria do turismo. Dentro desta visão, demonstra que duas teorias são as mais utilizadas para uma aproximação da teoria do turismo que são o funcionalismo e a fenomenologia. Segundo a autora, a primeira abordagem se fundamenta em

[...] uma análise comparativa e analogias, em que um único elemento pode ter várias funções, existindo equivalentes ou substitutos funcionais. Os aspectos revelados na pesquisa turística limitam-se a mostrar por que um fato turístico é útil, não explicando sua origem ou constituição. (MOESCH, 2000, p. 20).

Para a autora, neste paradigma existem limitações no que se refere aos questionamentos dos fundamentos e não dos resultados, já que no funcionalismo, há a tendência de associar a vida social e a vida orgânica, onde cada instituição tem uma função para a sobrevivência de um determinado sistema.

Dentro desta perspectiva, encontramos diversos conceitos de economia, sociologia, psicologia, geografia, política o que faz com que o turismo venha ser uma atividade complexa de ser definida, mas que não deve ser tratada de forma cartesiana e simplista, exigindo dos estudiosos da área uma maior atenção no que diz respeito à esta complexidade. Dentro da concepção funcionalista, a sociedade forma um todo funcional, sistêmico e o turismo é considerado um subsistema econômico no mercado produtivo internacional. Para os autores deste paradigma, o turismo é visto dentro do sistema com a função de reparador do trabalho, sendo útil para a recomposição da força de trabalho e com isso do aumento da produtividade, ficando clara a divisão entre tempo de trabalho e tempo livre.

FIGURA 1 - ÁREAS DE RELAÇÃO DISCIPLINAR COM O TURISMO



Fonte: Jafari apud Ansarah

Já no que diz respeito à fenomenologia, a autora identifica este paradigma na obra *Metodologia de la investigación aplicada al turismo – casos prácticos* em Centeno, onde ela identifica o autor como fenomenólogo,

pois, para ele, ela [a essência do conhecimento] se encontra no dualismo sujeito-objeto: na interpretação de como um se relaciona com o outro, o que suscita diferentes pontos de vista. Entre o subjetivismo (idealismo) e o objetivismo (realismo), o autor declina à fenomenologia a forma de chegar à essência do conhecimento, pois as coisas não poderiam ser conhecidas como o são em si mesmas, senão apenas por sua aparência. As qualidades primárias – sabor, odor, cor, forma, extensão, movimento, propriedades espaço-temporais – estariam na consciência... pois para a fenomenologia nunca enfrentamos a coisa em si, e sim a apropriação da coisa, processo individual e subjetivo. (CENTENO *apud* MOESCH, 2000, p. 25)

Depois da apresentação destes dois paradigmas, a autora os conclui insuficientes para o tratamento do turismo como objeto de conhecimento. Então, apresenta um exercício epistemológico de superação, onde ela utiliza as categorias economia, tecnologia, tempo e espaço, sujeito, diversão, ideologia, pós-modernidade, comunicação, imaginário, como forma de contribuição para desvelar a interdisciplinaridade do fenômeno turístico.

A autora finalmente apresenta o modelo da dialética, baseada na “contradição entre tese e antítese por meio da síntese que, por sua vez, é contradita, e o processo se repete até que se atinja a perfeição final” (BORNHEIM *apud* MOESCH, 2000, p. 49). A partir daí a autora realiza toda uma fundamentação da dialética, desde o filósofo grego Heráclito, passando por Hegel e a superação dialética por Marx à concepção idealista deste último. Marx propõe uma dialética materialista, onde a realidade histórica e social são entendidas como uma totalidade que formada por partes não pode ser analisada separadamente. A partir desses marcos teóricos a autora utiliza a dialética histórico-estrutural que “tem como marca conhecer, no mesmo patamar de relevância, condições objetivas e subjetivas das estruturas históricas, que são formas de acontecer, partindo-se da crença científica comum de que a realidade social é pelo menos regular” (BORNHEIM *apud* MOESCH, 2000, p. 50). Dentro desta concepção marxista, percebemos a sociedade dividida em duas partes movidas pelas



lutas de classes, em que o turismo se encontra reduzido a um produto de consumo acessível às classes economicamente dominantes.

Após a definição deste marco teórico, a autora realiza um estudo de caso utilizando o *Walt Disney World Resort* para a objetivação e produção de um campo teórico turístico. Com isso a autora conclui que o objetivo principal do trabalho foi o ato da sua inquietude com relação ao tratamento positivista e incompleto dado ao saber-turístico, com a proposta da criação de uma dialética turística mais contestadora e dinâmica para as investigações nesta área.

No entanto não é o nosso objetivo aqui polemizar a questão do tratamento da atividade turística enquanto ciência ou técnica e sim de chamar a atenção para uma maior profundidade nos estudos relacionados à atividade que atualmente se mostram superficiais e inacabados.

Como citamos anteriormente, a atividade turística se apropria de diversas outras ciências com o intuito de se fazer entender dentro da sua complexidade. De acordo com o objeto de estudo deste trabalho, daremos um maior enfoque às relações entre a atividade turística e algumas ciências humanas e sociais como a geografia, a sociologia, a antropologia.

Dentre as relações estabelecidas com a geografia, podemos destacar a importância da atividade turística na formação e modificação dos espaços. Estas mudanças não se restringem apenas à mudança da paisagem, como também no que diz respeito às práticas sociais de um determinado lugar. Estas relações fazem com que o turismo tenha recebido cada vez mais um tratamento geográfico.

Um dos mais antigos estudos realizados sobre as relações entre o turismo e a geografia data de 1905 onde encontramos a expressão “Geografia do Turismo”, cuja autoria é atribuída a Strander, que identifica uma corrente da geografia que se ocupa em analisar os impactos produzidos pelo que chama de fenômeno do ócio. (RODRIGUES, 2001, p. 40)

Os estudos turísticos vinculados à geografia, no entanto, tomam uma maior amplitude

a partir da década de 1960 atrelado ao período do pós-guerra nos países centrais de base capitalista. (RODRIGUES, 2001, p. 40).

Surgem então no âmbito desta ciência, tentativas de se definir o espaço turístico. Com o advento da industrialização e urbanização, o êxodo para os grandes conglomerados urbanos, faz com que o homem passe a buscar por espaços abertos, de belas paisagens, um retorno para a “terra mãe”. (BENI, 2000, p. 56). Podemos aqui também utilizar a abordagem feita por Silva (1996a, p. 122), em que ele faz uma relação entre as questões de centro e periferia para o turismo no Estado da Bahia, usando para isto textos de Christaller, publicados na década de 1950, que se tornou uma das maiores contribuições na geografia do turismo.

Daí então começa a surgir preocupações no que diz respeito ao meio ambiente natural, tão importante e ao mesmo tempo tão frágil às relações humanas, que cada vez mais vem sendo utilizado de forma desordenada e sem planejamento, causando novos fenômenos como os impactos ambientais negativos que a depender do grau de exposição de determinado ambiente natural podem causar prejuízos irreversíveis. Alguns desses impactos são encontrados em Pires (2001, p. 244-245), subdivididos em: efeitos dos impactos do turismo sobre o ar; efeitos sobre as formações rochosas, os recursos minerais e os fósseis; efeitos sobre a vegetação e o solo; efeitos sobre a água e recursos hídricos, efeitos sobre a vida selvagem, efeitos sobre a paisagem. Este autor se atém apenas aos impactos no meio natural, mas devemos ressaltar ainda os impactos causados também nos âmbitos cultural, econômico, social.

Além dos impactos negativos citados anteriormente, devemos salientar que existem pontos positivos da implantação de uma atividade turística ligada diretamente ao meio ambiente natural, tais como a melhoria da qualidade de vida das pessoas através de propostas educacionais na área de preservação ambiental, incentivo à valorização e preservação do patrimônio local.

Desta forma, se faz mister um planejamento e fiscalização de toda e qualquer atividade turística, principalmente daquelas que têm a sua realização no meio natural.

Dentro desta perspectiva, encontramos algumas definições de espaço como referência para que se chegue à compreensão da complexidade da formação do espaço turístico. Encontramos definições acerca do **espaço real**, que faz referência ao espaço total do planeta e da biosfera até onde os sentidos humanos podem percebê-lo, e comprovar a sua existência, onde acontecem os deslocamentos e ações antrópicas. O segundo espaço, denominado **espaço potencial**, é aquele que está projetado para algum destino planejado, ou seja, “a possibilidade de destinar o espaço real a uso diferente do atual” (BENI, 2001a, p. 57). Uma outra tipologia espacial é o **espaço cultural**, que corresponde à parte do planeta modificada pelo homem em função da criação dos meios para sua sobrevivência, também chamado de espaço adaptado, dando origem desta forma, ao espaço natural adaptado e ao espaço artificial. O **espaço natural adaptado**, como foi citado anteriormente, está relacionado à forma como estão fixadas pelo homem as espécies do reino vegetal, animal e mineral. Este espaço também recebe a denominação de **espaço rural** devido às modificações feitas pelo homem na terra em função de adaptá-la às técnicas produtivas, como arado, construção de barragens para a irrigação, dentre outras. O autor esclarece que neste espaço as árvores e demais espécies vegetais crescem dependentes das forças naturais, mas é o homem que determina onde e quando devem nascer e viver. Já o **espaço artificial**, é aquele onde há a predominância das ações antrópicas. As cidades, por exemplo, são constituídas por espaços artificiais e desta forma também denominadas de **espaços urbanos**. Uma outra tipologia utilizada por Beni é a de **espaço natural virgem**, que corresponde às áreas ainda sem nenhum contato ou ação humana, que alguns autores consideram inexistentes no planeta. Finalmente Beni, define o **espaço turístico**, como sendo

o resultado da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que,

não podemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento ou componente do patrimônio turístico, mais o mapeamento, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país (BENI, 2001a, p.57).

Percebemos aqui uma limitação no que se refere à inserção das relações interpessoais nesta categoria de espaço turístico. Porém, Milton Santos possui uma definição ecossistêmica do espaço enquanto categoria de análise, ressaltando que a composição deste transcende a questão locacional, e que não é possível limitarmos a uma determinada área a totalidade dos fenômenos econômicos, sociais ou políticos. E define espaço como sendo “um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções”. (SANTOS, 1996b, p. 122)

Acreditamos ser impossível desvincular do espaço turístico (dos atrativos) as relações sociais que nele ocorrem.

A dificuldade encontrada da delimitação do espaço turístico se dá devido ao fato de que se torna impossível mensurar a força que esta atividade exerce sobre a produção do espaço. (RODRIGUES, 2001, p.43).

Um outro aspecto de grande relevância a ser considerado aqui, é a relação mantida entre a atividade turística e a cultura do local onde ela é realizada.

Quando tratamos de cultura, entramos em um processo de demarcação conceitual bastante complexo para definir esse termo. Segundo Williams, a palavra cultura:

[...] significara, primordialmente, ‘tendência de crescimento natural’ e, depois, por analogia, um processo de treinamento humano. Mas este último emprego, que implicava, habitualmente, cultura de alguma coisa, alterou-se no século dezanove, no sentido de cultura como tal, bastante por si mesma. Veio a significar, de começo, ‘um estado geral ou disposição de espírito’, em relação estreita com a idéia de perfeição humana. Depois passou a corresponder a ‘estado geral de desenvolvimento intelectual no conjunto da sociedade’. Mais tarde, correspondeu a ‘corpo geral das artes’. Mais tarde ainda, no final do século, veio a indicar ‘todo um sistema de vida, no seu aspecto material, intelectual e espiritual’. Veio a ser também, como sabemos, palavra que freqüentes vezes provoca hostilidade e embaraço” (WILLIAMS, 1969, p. 18).

Este autor ainda acrescenta que as questões ligadas ao significado da palavra cultura surgem geralmente das grandes transformações históricas. No dicionário de sinônimos Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, encontramos a definição de cultura neste contexto como sendo:

2. O complexo de padrões de comportamento, das crenças, das instituições, das manifestações artísticas, intelectuais, etc., transmitidos coletivamente, e típicos de uma sociedade. 3. O conjunto dos conhecimentos adquiridos em determinado campo.” (FERREIRA, 2001, p. 197)

Portanto, no turismo, os atrativos culturais de uma determinada localidade, são resultado da soma de todos os legados de uma sociedade, que podem ser na área de arquitetura, música, culinária, manifestações folclóricas, modo de vida. Infelizmente, no atual sistema neoliberal em que vivemos, há um domínio de determinadas culturas, principalmente a norte-americana, sobre as demais, que impõe de maneira muitas vezes perversa seus costumes, com o intuito unicamente de consumo. É a partir desta imposição do mercado, que percebemos uma mudança, principalmente na área turística, de busca por destinos e opções que fujam desse lugar comum. O turismo cultural tem sido uma das modalidades que mais cresce em todo o mundo. Um motivo que explique tal ocorrência se deve ao fato de uma tendência mundial em transformar os destinos turísticos em lugares globais, com o fenômeno da globalização. Uma tendência de se copiar determinados modelos que deram certo em determinadas localidades, fazendo com que um dos fatores de maior atração, que é exatamente a singularidade da cultura local, seja totalmente ignorada. Um exemplo disso é o aumento de demanda por lugares exóticos e ainda pouco explorados turisticamente, como cidades menores que ainda conseguem conservar seu legado cultural. Mas, por outro lado, a atividade turística pode ser considerada um aspecto positivo para a cultura local, a partir do momento em que a comunidade é engajada no processo de desenvolvimento turístico, gerando um sentimento de auto-estima e de valorização da sua cultura por outros povos, fazendo com

que se resgatem antigas tradições já esquecidas, e que as novas gerações possam ter contato e aprender as tradições de seus antepassados e passar para as gerações futuras, perpetuando desta forma o patrimônio cultural da sua terra.

Um bom exemplo da importância do turismo para a cultura local é o grande aumento de tombamentos de cidades históricas, recuperação de centros históricos que são instrumentos importantíssimos na preservação e conservação da história de um povo. No entanto, percebemos que o aumento dessas ações, acontece numa dinâmica perversa, uma vez que a essência dos tombamentos está calcada no interesse para o aproveitamento do patrimônio histórico e cultural como mercadoria.

Neste processo mundial em que verificamos cada vez mais a massificação dos costumes e globalização cultural, temos que entender que a perspectiva para o turismo nos próximos anos está voltada à área de cultura e entretenimento. A busca pelo exótico se transforma em uma das tendências deste século XXI, o que nos faz pensar na importância de se trabalhar em um mundo global, respeitando, contudo as especificidades das culturas locais.

### 3.2 TIPOLOGIAS E MODALIDADES DE TURISMO: TENDÊNCIAS PARA O SÉCULO XXI

Sabemos que, atualmente as motivações que fazem com que as pessoas se desloquem do seu lugar de residência para outro local, são as mais variadas possíveis. Essas motivações, quando coincidentes em um determinado grupo de pessoas, criam um nicho de mercado que em turismo denominamos modalidades turísticas. Estas modalidades também são utilizadas, como estratégia de *marketing*, para que as ações sejam canalizadas para o público a que se deseja atingir. Tentaremos realizar agora uma divisão de modalidades turísticas dentro desta perspectiva motivacional, com intuito de explicitarmos algumas diferenciações de nomenclaturas e modalidades que poderão ser desenvolvidas no meio rural.

Dentre as principais modalidades trabalhadas em turismo destacamos algumas das mais relevantes para a realização deste estudo:

Turismo de lazer: é o turismo praticado por pessoas que viajam por prazer, sem muitas pretensões. Desejam apenas conhecer novos locais, mudar de ambiente, descansar, rever amigos, visitar parentes, curtir a paisagem, sair de férias com a família; ( esta modalidade turística pode ser realizada em áreas rurais, uma vez que as pessoas poderão estar em contato com um ambiente diferente, conhecendo outras pessoas e admirando novas paisagens.);

Turismo de eventos: é praticado por quem deseja participar de acontecimentos promovidos com o objetivo de discutir interesses comuns, expor ou lançar produtos novos e ainda proporcionar entretenimento. (no caso de áreas rurais, no Brasil já são realizados inúmeros eventos com temas rurais, como vaquejadas, rodeios, que podem ser realizados nessas áreas);

Turismo de juventude: praticado por jovens e estudantes que viajam, em geral, para comemorar o término de cursos escolares ou por mera diversão e integração. (é possível a realização de excursões com o intuito educacional para que estudantes conheçam a realidade de um assentamento ou uma propriedade rural);

Turismo cultural: praticado por professores, técnicos, pesquisadores, arqueólogos, cientistas, estudantes em busca de novos conhecimentos. (é possível a realização de excursões com o intuito de socializar experiências com diversos profissionais, estudantes e curiosos em saber como se organiza e se estrutura um assentamento rural);

Turismo ecológico: praticado por pessoas que apreciam a natureza, entre as quais destacam-se noções de preservação e preocupação ambiental (pode ser realizado no meio rural a depender da sua potencialidade natural);

Turismo de aventura: praticado por pessoas que buscam emoções fortes e a realização de esportes em contato com a natureza (existem trilhas e alguns esportes radicais que podem ser desenvolvidos em áreas rurais de acordo com potencial que possui para esta modalidade.);

Turismo gastronômico: modalidade que oferece como principal atrativo, comidas e bebidas típicas regionais (no caso de áreas rurais um incentivo à produção e divulgação dos produtos gastronômicos regionais, muitas vezes aproveitando e incentivando a própria produção interna);

Turismo da terceira idade: realizado por pessoas da terceira idade com cada vez mais freqüência (no caso desta modalidade aplicada ao meio rural, trabalhar o resgate da infância destas pessoas de terceira idade e outras opções de lazer adequadas para este nicho de mercado);

Turismo rural: é o turismo praticado em áreas rurais com o intuito de proporcionar ao turista a oportunidade de participar das atividades próprias da zona rural (o ato do turismo ser uma atividade agregada à atividade agrícola é possível a participação do turista nos processos inerentes à zona rural como plantio, colheita). (OLIVEIRA, 2001, p. 74-90)

Estas modalidades são as mais comumente encontradas no mercado turístico. Porém percebemos o surgimento da procura por serviços e produtos cada vez mais especializados e que muitas vezes foge um pouco aos padrões dos produtos disponíveis no mercado.

Observamos que o turista busca cada vez mais viver experiências da vida real, onde percebemos o perfil do turista como sendo uma pessoa mais hedonista e em busca de novas vivências. A esta modalidade chamou-se de *Reality Tours*. Podemos citar como exemplo desse fenômeno, o surgimento de pacotes de viagens cada vez mais procurados que prometem proporcionar ao turista, experiências únicas em sua viagem. Uma agência de turismo holandesa resolveu oferecer a seus clientes uma dessas experiências: por 400 dólares, eles podem viver durante quatro dias nas ruas de Londres, Paris ou Amsterdã como verdadeiros mendigos.

Só é permitido levar um cobertor, um instrumento musical ou um caderno de desenhos, acessórios que podem ser úteis na hora de pedir esmola. Com o dinheiro que conseguir arrecadar, o viajante deverá comprar sua comida ou, se for o caso, a bebida para se aquecer nas noites mais frias. Os mendigos de primeira viagem dormem ao relento, como seus colegas verdadeiros. Ao fim desse emocionante *tour*, eles podem desintoxicar-se da experiência passando alguns dias com um tratamento cinco estrelas em um hotel chique da cidade. Mas, mesmo depois de tanta provação, há quem dispense a segunda parte do programa. (NEGREIROS, 2002, p.52)

Este tipo de busca em conviver com realidades diferentes da sua habitual vem fascinando turistas do mundo inteiro e aqui no Brasil temos o famoso *favela tour* que já movimentou o cenário turístico carioca, tornando as favelas do Rio de Janeiro uma parada turística obrigatória dentro dos roteiros turísticos da cidade. A favela se mistura aos famosos pontos turísticos cariocas como a Baía de Guanabara, o Cristo Redentor, o Pão-de-açúcar.

O interesse dos estrangeiros pela vida nas favelas cariocas levou agências e guias a se especializarem nesse tipo de turismo. A Rocinha, na Zona Sul, e a Mangueira, na Zona Norte, costumam ser as mais visitadas. O turista é quase sempre estrangeiro. "Brasileiro não visita favela", diz Rejane Reis, da Exotic Tours, que opera na Rocinha há quase dez anos. Há outras agências que incluem a Rocinha nos passeios oferecidos: a Favela Tours e a JeepTours. A Rocinha entrou, definitivamente, no roteiro turístico do Rio de Janeiro. Ela já recebe 2.000 visitantes estrangeiros por mês e possui o primeiro posto de atendimento ao turista em favela. Uma comissão formada por agentes de turismo e lideranças comunitárias locais selecionou 19 estabelecimentos aptos a receber turistas. Entre eles, há uma adega, três restaurantes e sete lojas de confecção. (GUERRA, 2000)

Uma outra opção de turismo que envolve esta convivência pode ser observada em



assentamento de reforma agrária, o que justifica o estudo desenvolvido por este trabalho.

Sobre esta modalidade encontramos um artigo no jornal Estadão com a seguinte manchete:

Os problemas sociais, políticos e ambientais do Brasil se tornam atrações turísticas. A entidade norte-americana Global Exchange está promovendo nos Estados Unidos e Europa um pacote de viagem ao Brasil que inclui não apenas as praias, o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor, mas também encontros com membros do MST, palestras sobre a corrupção da polícia, a poluição das cidades, além da já "tradicional" visita às favelas da capital carioca.

A entidade é especializada nesse tipo de pacote, denominados de Reality Tours e, além do Brasil, leva turistas dos países ricos para Cuba, Vietnã, Palestina e, em breve, ao Afeganistão. 'Os nossos pacotes são educacionais e avisamos aos participantes que eles não estarão indo apenas para tomar sol', diz uma das organizadoras das viagens. No caso do Brasil, o custo da viagem é de US\$ 1,3 mil por pessoa (sem passagem aérea) e o turista permanece no Rio entre os dias 27 de dezembro e 6 de Janeiro de 2004.

Durante esse período, o estrangeiro visitará o MST, considerado pelos organizadores da viagem como o "maior movimento social da América Latina e que conseguiu recuperar centenas de terras no Brasil". O pacote ainda inclui encontros com organizações que cuidam de crianças de rua, que falarão aos turistas sobre a violência da polícia, tráfico de drogas e o turismo sexual. (CHADE, 2003)

Acreditamos ser de extrema importância uma visão educacional dada às atividades de viagens e turismo. Porém há de se cuidar os excessos para que não tornemos uma iniciativa positiva em um espetáculo circense. Percebemos aí a grande chance do turismo ser encarado como uma ferramenta de aproximação e relação entre povos e não ser limitado apenas a uma atividade econômica e sim como uma possibilidade de minimizar as desigualdades mundiais ou pelo menos fazer com que essas mesmas desigualdades sejam difundidas e reconhecidas enquanto responsabilidade de todo o mundo.

### 3.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO

Estas tendências mundiais relacionadas à atividade turística nos fazem perceber uma

especialização cada vez maior do setor de turismo, e a aproximação cada vez maior entre o visitante e a comunidade local. Paralelo a isso, verifica-se que esta comunidade local ainda continua à margem dos processos de decisão, planejamento e gestão do turismo do local que habitam. Em função das diversas mudanças na economia mundial, cada vez mais globalizada, o turismo tem sido visto, principalmente pelas regiões em desenvolvimento, como uma nova alternativa econômica. Para a maioria destes países, trata-se da maneira perfeita, um **milagre econômico**, uma vez que a atividade tem como *matéria prima* a exploração de singularidades naturais, culturais, históricas, de uma determinada região. Por este motivo, a atividade vem sendo realizada de maneira desordenada, onde a falta de planejamento acarreta em um desfecho catastrófico, onde o turismo deixa de ser a solução dos problemas e torna-se um inimigo predatório.

Deste modo, torna-se relevante o equilíbrio entre os interesses econômicos gerados pelo turismo e o seu desenvolvimento planejado, para não se esgotarem os recursos naturais, culturais e sociais, a *matéria-prima* do turismo, e distanciarem o lugar de uma perspectiva para a implantação de propostas para o desenvolvimento sustentável.

Desta forma, “[...] a análise das estratégias sustentáveis para o turismo nas últimas décadas, constatam uma ênfase na preocupação ambiental.”(DONAIRE, 1998, p. 23) segue criticando que “[...] a implantação do turismo negligencia as condições sociais[...] este é um dos principais motivos das limitações da implantação do turismo sustentável e das limitações na prática dos incentivos planejados” (tradução nossa). Concluímos com isso, que o desenvolvimento sustentável turístico deve estar baseado em três vertentes básicas: ambiental, econômica e social.

Porém o que percebemos na prática da atividade turística é que a implantação de um turismo sustentável é uma realidade cada vez mais distante.

De acordo com o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), a sustentabilidade do turismo é fundamentada por um conjunto mínimo de princípios definidos a seguir, que constituem a referência nacional para o Turismo Sustentável:

1. Respeitar a legislação vigente

O turismo deve respeitar a legislação vigente em todos os níveis no país, as convenções internacionais e os Princípios e Critérios do Turismo Sustentável.

2. Garantir os direitos das populações locais

O turismo deve buscar e promover mecanismos e ações de responsabilidade sócio-ambiental; de promoção da equidade econômica e da defesa dos direitos humanos e de uso da terra, mantendo ou ampliando, em médio e longo prazos, o desenvolvimento sócio-ambiental dos trabalhadores e comunidades envolvidas.

3. Considerar o patrimônio e o valor das culturas locais

O turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões e países receptores e ser planejado, implementado e gerenciado em harmonia com as tradições e valores culturais, colaborando para seu desenvolvimento.

4. Estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos

O turismo deve contribuir para a geração e qualificação crescente do emprego e da renda, e fomentar a capacidade local de desenvolver empreendimentos turísticos.

5. Conservar o ambiente natural

Em todas as fases de implantação e operação, o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos físicos e biológicos, considerando o contexto cultural e socioeconômico existente.

6. Considerar a sustentabilidade da atividade

A viabilidade econômica do turismo deve considerar os custos sociais e ambientais.

7. Efetivar o planejamento e a gestão responsável

O turismo deve ser implementado com base em um processo documentado que demonstre o compromisso permanente com os princípios e critérios do turismo sustentável.” (CBTS *apud* INSTITUTO..., 2003, p. 6)

Baseados nestes princípios vemos surgir, de forma ainda pouco expressiva, algumas ações que visam o desenvolvimento da prática da sustentabilidade na atividade turística. Podemos citar aqui como exemplo, o Programa de Certificação de Turismo Sustentável (PCPS), lançado pelo Instituto da Hospitalidade em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Agência de Promoção das Exportações (APEX Brasil) e o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), que tem como objetivo criar um selo de certificação em turismo sustentável no Brasil.

O PCTS tem o objetivo de melhorar a qualidade e a competitividade das pequenas e médias empresas - PME de turismo, estimulando seu melhor desempenho nas áreas econômica, ambiental, cultural e social, por meio da adoção de normas e de um sistema de certificação. O Programa contempla ainda ações no sentido de aumentar a participação no mercado internacional através da promoção comercial no exterior.

O turismo, que é uma das maiores indústrias do mundo, vem cada vez mais sendo objeto de atenção em relação à sua potencial contribuição para o desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo quanto aos impactos que pode provocar nos campos ambiental, sócio-cultural e econômico. (INSTITUTO DA..., 2003, p. 3)

O planejamento deste programa está dividido em três partes:

- 1ª) A Construção das normas e elaboração dos manuais, pesquisa mercado internacional, mobilização nacional e articulação internacional;
- 2ª) Capacitação de empreendedores, treinamento de consultores e auditores, início certificação;
- 3ª) Base sólida para crescimento. (INSTITUTO DA..., 2003, p. 3)

Percebemos emergir em todo o mundo uma nova forma de se pensar o turismo. Iniciativas como esta nos fazem refletir que a competitividade dentro da atividade turística dentro de alguns anos estará calcada no comprometimento social que cada um dos seus atores terá para com os problemas mundiais. Na verdade é um trabalho árduo e feito a passos curtos, mas que a longo prazo talvez consiga controlar as ações gananciosas e cruéis advindas da ânsia desenfreada de acúmulo de riquezas por parte de uma minoria, fazendo com que se deixe de enxergar e valorizar uma das maiores riquezas geradas pelo turismo: as relações entre os povos.

## **4 UM OLHAR REGIONAL SOBRE O OBJETO DE ESTUDO**

### **4.1 DIMENSÃO REGIONAL DO OBJETO DE ESTUDO**

A região onde está situado o objeto de estudo deste trabalho, o Assentamento de Pancada Grande, é caracterizada por uma trajetória marcada por diversos ciclos que oscilam entre processos de grande desenvolvimento e estagnação.

A Região Sul do Estado da Bahia, nos últimos 50 anos, experimentou um veemente processo de desenvolvimento, tendo como principal sustentáculo a lavoura cacaueteira, que ao mesmo tempo foi responsável pelo progresso e declínio dessa região.

O sul baiano trata-se de uma área, que apesar de ter sido regionalmente influenciada na sua formação pela economia cacaueteira, não apresenta uma homogeneidade no que diz respeito ao seu espaço, sociedade e economia.

Essa heterogeneidade faz com que exista uma subdivisão espacial-regional, caracterizada por variáveis de solo, clima e produção econômica.

Utilizaremos aqui a subdivisão feita pelo Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável PDRS – Sul da Bahia/1997, então assim demarcada em três subáreas: Baixo Sul, Cacaueteira e Extremo Sul, abrangendo um total de 74 municípios.

A sub-região Baixo Sul, é a subárea de ocupação mais antiga, que mesmo tendo assimilado alguns elementos que compõem a economia cacaueteira, possui uma composição espacial mais diversificada em termos agrícolas, tendo como fundamento sistemas de pequena produção e empresarial. Essa sub-região é composta pelos seguintes municípios: Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo

Neves, Taperoá, Teolândia e Valença. Dando destaque também, ao grande desenvolvimento da atividade turística, principalmente nos municípios de Camamu, Maraú e Valença.

Já a sub-região Extremo Sul possui uma formação espacial e econômico-social um pouco diferenciada das outras duas, uma vez que, a sua ocupação se intensificou a partir da década de 70 e absorveu valores múltiplos das sociedades circunvizinhas à Bahia, como Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e teve inicialmente a sua economia baseada na pecuária extensiva, e atualmente vem investindo no setor terciário, sobretudo com a atividade turística, no ramo da indústria de celulose no setor secundário e no setor primário introduzindo a fruticultura. Compõem esta sub-região os seguintes municípios: Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapoã, Itabela, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz de Cabralia, Teixeira de Freitas e Vereda, destacando-se na atividade turística os municípios de Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado e Santa Cruz de Cabralia.

A terceira sub-região, e neste caso a mais relevante para este estudo pois aí está localizado o seu objeto, é a Cacaueira que no decorrer do seu desenvolvimento, constituiu-se no centro sócio-econômico da região, baseada em uma monocultura – a do cacau. Esta área vivenciou períodos de auge e atualmente atravessa um processo de estagnação, devido tanto a fatores externos quanto internos, necessitando assim, de ações de médio e longo prazo para reversão deste processo, além de outras alternativas produtivas para a região. Fazem parte da composição desta os seguintes municípios: Aiquara, Almadina, Apuarema, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Dário Meira, Floresta Azul, Gandu, Gongogi, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ibirataia, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Itacaré, Itagi, Itagiba, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamari, Itapé, Itapitanga, Jitaúna, Jussari, Mascote, Nova Ibiá, Pau Brasil, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba,

Ubatã, Una, Uruçuca e Wenceslau Guimarães. Neste estudo em particular estaremos dando um maior enfoque ao município de Itacaré, onde está situado o Assentamento de Pancada Grande que iremos tratar com mais detalhe posteriormente.

#### 4.2 PROCESSO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

A ocupação e povoamento da região sul do estado da Bahia se inicia concomitante à descoberta do Brasil, uma vez que no terceiro decênio do século XVI, o antigo território dos Tupiniquins e Aimorés é alvo de um processo de colonização baseada exclusivamente na exploração de suas riquezas naturais. Este potencial fez com que lhe fosse atribuído um papel relevante pelos colonizadores, o que ocasionou mudanças significativas na sua estrutura econômica e social neste período.

O então Rei de Portugal, D. João III - o *Colonizador*, inicia nesta época um plano de povoamento já próspero nas ilhas da África Lusitana, que se tratava da concessão de donatarias dividindo desta forma o Brasil em quinze grandes glebas, as também chamadas Capitânicas Hereditárias.

O território hoje representado pelo estado da Bahia estava dividido em três capitânicas. A primeira concedida a Francisco Pereira Coutinho se chamava Capitania da Bahia. Esta capitania tinha sua extensão por cinquenta léguas da costa, indo da foz do Rio São Francisco à ponta da Baía de Todos os Santos, na foz do rio Jaguaripe com o seu Recôncavo. A segunda Capitania, a de Ilhéus, pertencia a Jorge de Figueiredo Corrêa, e tinha início na foz do rio Jaguaripe, na mesma baía, se estendia abaixo da ponta sul da ilha de Itaparica e ia rumo ao sul alcançando a margem norte do rio Grande – atual rio Jequitinhonha. A terceira e última, a Capitania de Porto Seguro, se estendia do limite da última até o rio Mucuri, próximo onde atualmente se encontram os limites entre os estados de Bahia e Espírito Santo, e pertencia a Pero do Campo Tourinho. (PROGRAMA..., 1997)

São Jorge dos Ilhéus era uma pequena povoação formada por casas de taipa, com cobertura de palha semelhante às aldeias dos índios Tupiniquins.

O São Jorge que antecede o nome da vila foi dado pelo seu administrador, Romeiro, não por invocação ao santo católico, cuja imagem saía a cavalo na procissão de Corpus Christi em Portugal, mas sim em homenagem ao capitão-donatário que na corte permanecia.

No início da exploração da Terra de Santa Cruz, não foram encontrados metais preciosos, nem especiarias, como registra Américo Vespúcio, em 1501-1502: “Nesta costa não vimos coisa de proveito, exceto uma infinidade de árvores de pau-brasil”.(PROGRAMA..., 1997, p. 59) É a partir então do extrativismo destas árvores de tronco vermelho e de outras madeiras nobres, que se inicia a colonização da região, surgindo assim entrepostos comerciais ao longo da costa, dando início a um processo predatório de exploração de madeira, sob forma de escambo com os índios em troca de espelhos, tecidos, facas, etc., dando início assim à devastação da Mata Atlântica. Aqui percebemos o início do primeiro ciclo econômico brasileiro – o extrativismo de pau-brasil.

No entanto, o clima quente e úmido se faz favorável ao plantio de cana-de-açúcar, produto de grande valor na Europa, atividade esta que aos poucos diminui a exploração do pau-brasil. A cana se torna a atividade mais importante até o final do século XVII. Então, é instalado na vila de São Jorge dos Ilhéus, o primeiro engenho de açúcar do Brasil – o Engenho de Santana, dando início ao segundo grande ciclo econômico brasileiro.

Esses empreendimentos emergentes da produção de cana-de-açúcar exigem mão-de-obra barata e em grande escala, fazendo com que os índios tupiniquins sejam escravizados pelos colonos e somados a eles índios carijós vindos das praias do sul (Santa Catarina) e posteriormente os negros cativos vindos de Guiné.

No final do século XVIII, a região se torna grande produtora de alimentos, como farinha de mandioca, milho e feijão, além da atividade pesqueira especialmente em Porto



Seguro e Santa Cruz de Cabrália. Ainda neste século inicia-se a produção de algodão, café e cacau, sendo que estes dois últimos foram de maior relevância para o desenvolvimento da região.

Aproximadamente em 1746, as primeiras sementes de cacau nativas da Amazônia, foram introduzidas em uma fazenda chamada Cubículo, localizada em Canavieiras, pelo português Antonio Dias Ribeiro.

A partir daí, a atividade cacaeira se alastra pela região e domina assim o cenário econômico-social, dando início a um grande crescimento demográfico, à expansão do povoamento e à dinâmica interna da economia regional.

No final do século XIX, a antiga vila-sede da capitania se transforma em 28 de junho de 1881, na cidade de Ilhéus. Inicia-se uma nova era, onde Ilhéus se torna uma cidade rica e próspera, com seus coronéis a erguer seus casarios que mais lembravam palacetes à beira mar, formando o seu patrimônio arquitetônico, onde podemos destacar a Catedral de São Sebastião, a sede do poder municipal o Palácio Marquês de Paranaguá, o Teatro Municipal, a igreja de Nossa Senhora de Lourdes.

O cacau então torna a Região Sul do Estado da Bahia, principalmente a sub-região Cacaueira, uma das mais ricas do Brasil, com destaque às cidades de Ilhéus e Itabuna que, segundo censo realizado em 1920, eram as responsáveis pela parte mais significativa da produção.

Posteriormente, a pecuária passa a ocupar as terras desprezadas pela atividade cacaeira e ganha força chegando até mesmo a substituir a economia cacaeira em função das sucessivas crises a partir de 1917. Essas crises permanecem até final da década de cinquenta, quando uma nova política para a cacauicultura e a expansão da economia mundial, garante um prolongamento da recuperação. Essas duas atividades passam, a partir da década de 1950, a concorrer entre si, ainda que a pecuária se concentre mais na região do Extremo Sul.

Em 1973, com a construção da BR-101, a economia da região passa por uma reestruturação a partir do momento em que se integra nacionalmente. E é através dessa facilitação do acesso, além dos incentivos estatais e terras a baixos valores que se inicia um processo de imigração especialmente para a região do Extremo Sul.

Percebemos que o processo de ocupação do sul da Bahia se dá mediante a exploração de recursos naturais e humanos e marca o início de uma desigualdade social que resiste até os dias atuais.

#### 4.3 PERFIL DA ECONOMIA REGIONAL

Segundo o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Sul da Bahia, o PDRS, as estruturas produtivas agropecuárias da região estão fundamentalmente baseadas em termos de importância econômico-espaciais, no cacau e na pecuária bovina, apesar de que a região possui um padrão de utilização da terra que considera certa variedade de atividades produtivas.

##### **4.3.1 Agricultura e Pecuária**

Ainda com base neste programa, pode-se perceber que há um dimensionamento espacial de distribuição das culturas por sub-região, o que demonstra que em 1985, 16,9% da área estava ocupada por plantações de cacau, 79,1% com pastagens cultivadas e 1,6% por culturas permanentes e 2,4% por culturas temporárias de outros sistemas produtivos. (PROGRAMA..., 1997).

Pode-se perceber ainda, que as sub-regiões possuem características produtivas diferenciadas em função do processo histórico de ocupação citado anteriormente. No que concerne à sub-região Baixo Sul, percebemos a incidência dos quatro tipos de uso das terras,

enquanto que na sub-região Cacaueira o destaque é dado aos sistemas produtivos de lavoura cacaueira e pastagens produtivas. Já na sub-região Extremo Sul, as pastagens cultivadas predominam o uso das terras com aproximadamente 94,1% do total da área.

Foi observado também, que o sistema agrícola da região sul é bastante diversificado com o cultivo perene de cravo-da-índia, guaraná, seringueira, cacau, coco-da-baía, pimentado-reino, café, banana, dendê e laranja, lavouras temporárias de mandioca, por exemplo, na sub-região Baixo Sul. Já na sub-região Extremo Sul, percebe-se que apesar da pecuária bovina ser a atividade dominante, existem também as culturas de cacau, mamão, abacaxi, café, melancia, mandioca, coco-da-baía e recentemente a expansão do eucalipto. No caso da sub-região Cacaueira, até como a sua própria denominação nos demonstra, existe uma concentração da lavoura cacaueira, existindo, no entanto algumas culturas permanentes e temporárias como as de coco-da-baía, banana, citrus, mandioca e cana-de-açúcar. Apesar disso, a maior extensão das terras destina-se à pecuária bovina, que juntamente com as demais atividades econômicas, foi responsável pela expansão da rede viária e da fronteira agrícola do estado.

#### **4.3.2 Produção Industrial**

Ainda com base no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Sul da Bahia:

[...] o processo de industrialização da região, embora aparentemente unitário – a indústria que tem o cacau como matéria-prima – assume alto grau de identidade com os processos formadores da sociedade local e com autonomia no contexto da economia regional. A localização espacial de unidades industriais é outro elemento que deve ser particularizado, pela importância na configuração de subespaços diferenciados no âmbito da região. Por outro lado, é necessário enfatizar as causas atribuídas ao retardamento e à descontinuidade do processo industrial”. (PROGRAMA..., 1997, p. 71)

O que caracterizou o processo da instalação industrial na subárea Baixo Sul foi a

produção destinada ao mercado local e regional, a concentração espacial, o baixo nível tecnológico e escala reduzida. Esta subárea se destaca na produção de madeira, alimentos e minerais não metálicos.

Já a subárea Extremo Sul teve o seu processo de industrialização a partir da década de 50, com a implantação de um pólo madeireiro, que ocasionou uma forte modificação no meio ambiente da região em função do desmatamento desordenado e acelerado. Nesta subárea houve também a concentração industrial onde 28,6% dos municípios concentram 75,3% dos estabelecimentos industriais.

No que diz respeito à subárea Cacaueira, a exploração desde o início de uma monocultura – o cacau – voltada para o mercado externo, ocasionou uma certa limitação do setor industrial. Na década de 1960, a região Nordeste foi contemplada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pela criação de incentivos financeiros para o desenvolvimento de atividades privadas o que ocasionou o surgimento do Sistema Industrial Regional, com os distritos industriais de Ilhéus, Itabela e Itabuna. A produção desta região está voltada para o vestuário, calçados e artefatos de tecidos, madeira, gráfica.

Verifica-se ainda na região, com destaque para a subárea Extremo Sul, investimentos para a implantação e desenvolvimento de projetos de celulose no Estado da Bahia. Essa subárea teve a sua ocupação econômica, assim como as demais, na exploração cacaueira e permaneceu subexplorada até a década de 1950 e a partir daí se inicia a exploração madeireira, fator determinante para o atual contexto da subárea. Porém, a extração desordenada de madeira, gera um declínio da atividade em função da degradação do meio ambiente e faz com que surjam atividades pecuárias nestas áreas desmatadas, que ocasionam a formação de latifúndios e aumenta desta forma o desemprego e o êxodo rural.

As características do solo e do clima da região fazem com que a criação e exploração de eucalipto se desenvolvam de forma mais rápida, o que ocasiona um aumento do

rendimento florestal. Segundo dados do PDRS do Sul da Bahia, este Estado participa de cerca de 6% da produção nacional de celulose e 2% da produção de papel.

Por este motivo, a região já dispõe de dois grandes projetos para o fomento da exploração de celulose que são: o Bahia Sul Celulose no município de Mucuri e o da Vera Cruz Florestal Ltda., no município de Eunápolis, que são inclusive fonte de muitos conflitos devido à desestruturação de atividades produtivas, por atrair uma grande quantidade de mão-de-obra de outras regiões, afastando assim a população local do acesso ao emprego nestas indústrias.

#### **4.3.3 Comércio e Serviços**

Em função do próprio desenrolar histórico da economia da região, o setor comercial vem se destacando, sobretudo pela capacidade de superação das crises a que foi acometida a região, absorvendo os excedentes da exportação cacaueteira e desta forma desenvolvendo mecanismos de crescimento. Além disso, a proximidade em especial da subárea Extremo Sul dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, fez com que esta subárea tenha se beneficiado através da exploração da atividade turística, o que acarretou no aumento significativo na contratação de mão-de-obra ocupada.

Observa-se ainda, um processo de polarização do comércio regional, o que gera a concentração dos estabelecimentos, principalmente nos municípios de Itabuna, Ilhéus e Teixeira de Freitas, que nos faz compreender a dinâmica da formação e do desenvolvimento desta região.

#### **4.3.4 Infra-estrutura Física e Social**

Apesar do sul da Bahia ter sido abastado durante muito tempo em função do auge da

economia cacauera, podemos verificar que o modelo de desenvolvimento utilizado pela região acentuou as desigualdades existentes desde a sua ocupação, em função de privilegiar os pólos regionais e centralizar os serviços nos maiores núcleos urbanos.

Este paradigma de desenvolvimento, no entanto, ocasionou uma má distribuição de renda na região, interferindo na qualidade de vida da população e aumentando os problemas e crises de cunho social.

Esta concentração de capital nos núcleos urbanos e as atuais mudanças da economia da região, tem gerado um aumento significativo de desemprego e um desequilíbrio entre a oferta e a demanda dos serviços básicos como habitação, saúde, educação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, transporte e energia elétrica, que afeta diretamente a qualidade de vida da população

#### **4.3.5 Habitação**

O modelo centralizador dos pólos regionais faz com que a população de baixa renda migre para esses núcleos em busca de novas oportunidades. No entanto, pode-se observar um aumento no déficit habitacional desses centros urbanos e, paralelo a isso, o surgimento de um processo de favelização (FIGURA 2) muito aparente, a exemplo da cidade de Porto Seguro em função do desenvolvimento da atividade turística.

Observamos então, que existe um sério problema social decorrente da concentração do desenvolvimento nos pólos regionais, fazendo com que as demais áreas fiquem à margem deste processo e conseqüentemente migre em busca de melhora de qualidade de vida, gerando assim um desequilíbrio na distribuição do espaço e o superpovoamento dos centros urbanos.

FIGURA 2 - FOTO AÉREA DA FAVELA BAIANÃO – PORTO SEGURO - BA



*Fonte: Instituto da Hospitalidade*

#### 4.4 O TURISMO REGIONAL

Em decorrência da crise cacauceira que afetou sul do estado da Bahia, o turismo emerge como uma alternativa econômica para região, e faz com que muitas fazendas de cacau, tal como a sua mão-de-obra desempregada, encontrem nesta atividade uma esperança de renovação da economia local. Por estar localizada em uma grande extensão da costa do Estado da Bahia – especialmente a extensão litorânea que vai de Valença a Mucuri – a região sul possui as mais belas praias e paisagens, que fazem dela um destino turístico bastante concorrido. Desta forma, podemos destacar o fortalecimento cada vez maior dos serviços voltados para a atividade turística regional.

O turismo vem demonstrando ser mais uma alternativa econômica para a região, através das suas belezas naturais, culturais, históricas, além dos equipamentos turísticos que vêm se implantando nesta área.

Destacam-se como grandes potenciais turísticos da subárea Extremo Sul, por exemplo,

Porto Seguro, Arraial d’Ajuda, Trancoso e Caraíva. Porto Seguro já dispõe de um vasto parque hoteleiro e de uma considerável programação e investimento em entretenimento, que garante a diversão de milhares de pessoas que visitam a cidade durante os períodos de férias de dezembro e janeiro e de junho e julho. Para os períodos de baixa estação a cidade ainda possui um Centro de Convenções que equilibra as ações da sazonalidade, com a realização de eventos, congressos. Esta subárea ainda possui características históricas peculiares por se tratar do local do descobrimento do Brasil, atraindo desta forma, uma grande quantidade de visitantes que vão contemplar o valioso acervo histórico, cultural e arquitetônico local. Ainda nesta subárea encontram-se diversas tribos indígenas – que convivem até hoje em sérios conflitos de luta pela terra – além dos parques Nacionais do Monte Pascoal e Marinho de Abrolhos e das belas praias de Prado a Mucuri.

Na subárea Cacaueira despontam os municípios de Ilhéus, Una, Canavieiras e Itacaré. Nesta parte encontram-se equipamentos hoteleiros de grande porte, como o Hotel Transamérica Ilha de Comandatuba/Una. Esta subárea executa ainda outras modalidades turísticas tais como turismo rural nas fazendas de cacau, turismo ecológico (possui uma reserva biológica em Una), manguezais. Entraremos em mais detalhes desta subárea mais adiante.

O Baixo Sul é a subárea que tem boa parte da sua economia baseada na atividade turística, apesar de ser a que mais necessita de fomento para a sua realização. Destacam-se aí Morro de São Paulo, Boipeba, Valença e Cairu.

Observamos assim que a região Sul do estado da Bahia está subdividida em áreas com um imenso potencial turístico, que faz com que a economia regional possa ter uma alternativa que amenize a instabilidade e as crises inerentes à região desde o início do seu processo de ocupação.



#### 4.4.1 Evolução Dos Investimentos Turísticos No Estado Da Bahia

Dentro da evolução econômica do turismo do Estado da Bahia, podemos destacar alguns importantes momentos que definem o planejamento estratégico e as políticas públicas para este setor.

Antes da década de 1970, a atividade turística na Bahia era algo eventual. Houve a criação de um Departamento de Turismo, na Prefeitura de Salvador e a elaboração do Plano de Turismo para a Cidade de Salvador.

Em 1968 foi criada a Empresa de Hotéis da Bahia S/A (BAHIATURSA), que a partir de 1971 deixou de ser uma empresa voltada para a construção de hotéis para tornar-se uma empresa de promoção da atividade do turismo de modo mais amplo. Neste momento se inicia a elaboração do primeiro Plano de Turismo da Bahia, denominado Plano de Turismo do Recôncavo, considerado o primeiro modelo de planejamento e organização da atividade turística no Estado.

Uma outra estratégia é verificada nos anos 1980, com o Projeto Caminhos da Bahia, que previa a construção e administração de hotéis, ações de *marketing* e treinamento de mão-de-obra, nos municípios de Cipó, Cachoeira, Caldas de Jorro, Ibotirama, Ilhéus, Itaparica, Jacobina, Juazeiro, Lençóis, Paulo Afonso, Porto Seguro e Valença. Neste momento surge a marca que posteriormente se tornaria o *slogan* da Bahia: “Bahia – Terra da Felicidade”.

Em 1991, inicia-se um outro momento do turismo baiano: o Programa “Estratégia de Turismo para o Estado”, embrião do Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado da Bahia (PRODETUR/BA) 1995 – 2005. Neste momento, cria-se a Secretaria da Cultura e Turismo, demonstrando a percepção por parte do poder público da importância da atividade turística para Bahia e da necessidade, portanto, de um planejamento e atenção mais cuidadosa. Neste período, a Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia juntamente com a

Empresa de Turismo da Bahia S.A – BAHIATURSA, após diversas pesquisas, resolveram dividir o Estado em sete áreas turísticas. Esta divisão foi feita a partir de critérios de seleção como: proximidade de pólos turísticos já existentes, disponibilidade de espaços desocupados para a implantação de novos investimentos, e qualidade dos atrativos turísticos.

FIGURA 3 – DIVISÃO TURÍSTICA DA BAHIA POR REGIÕES



Fonte: ASCOM / Bahiatursa

A divisão inicial foi feita tomando como base a aglomeração de localidades com potencial turístico, tendo um como impulsor, geralmente o que já possuía uma atividade turística desenvolvida. Desta forma encontramos a seguinte divisão, que pode ser vista na FIGURA 3:

**Costa dos Coqueiros** – Lauro de Freitas, Jauá, Arembepe, Barra do Jacuípe, Guarajuba, Itacimirim, **Praia do Forte**, Açú da Torre, Imbassaí, Santo Antonio, Sauípe, Massarandupió, Baixios, Subaúma, Sítio do Conde, Barra do Itariri, Siribinha, Costa Azul e Mangue Seco.

**Baía de Todos os Santos: Itaparica**, Ilha de Maré, Ilha de Madre Deus, Ilha do Medo, Ilha dos Frades, Bimbarras, Cajaíba, Saraíba, Cal, Vacas, Matarandiba, Fontes, Ponta dos Garcês, Parques de Salvador.

**Costa do Dendê:** Baía de Camamu, Valença, Guaibim, Cairu, **Morro de São Paulo**, Gamboa, Garapuá, Boipeba, Camamu, Maraú, Barra Grande e Ituberá.

**Costa do Cacau:** Itacaré, **Ihéus**, Olivença, Tororomba, Una, Canavieiras.

**Costa do Descobrimento:** Belmonte, Santa Cruz Cabrália, **Porto Seguro**, Arraial d’Ajuda, Trancoso, Caraíva, Monte Pascoal, Corumbau, Cumuruxatiba e Prado.

**Costa das Baleias:** Alcobaça, **Abrolhos**, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri.

**Chapada Diamantina:** Andaraí, Mucugê, Rio de Contas, **Lençóis**, Iraquara, Piatã, Morro do Chapéu, Ituaçu, Seabra, Itaité, Parque Nacional da Chapada Diamantina, APA Marimbus-Iraquara e APA Serra do Barbado.

**Recôncavo:** Pedra do Cavalo, Santo Amaro, **Cachoeira**, Itapema, Bom Jesus dos Pobres, Cabuçu, Saubara, Maragogipe, Nazaré das Farinhas, Santa Terezinha, Jiquiriçá, São Francisco do Conde

Porém, no sentido de expandir a sua atuação da área litorânea ao restante do estado e desta forma realizar uma interiorização do turismo na Bahia, a partir do ano de 2002, foram inseridas duas novas regiões a esta “nova geografia turística”:

**Região do Rio São Francisco e Sertão:** Sobradinho, Juazeiro, Xique-xique, **Paulo Afonso**, Canudos, Raso da Catarina.

**Caminhos do Oeste:** Barreiras, **Bom Jesus da Lapa**, Vale do Rio Corrente, Santana,

Correntina.

**Piemonte da Chapada:** Jacobina, Miguel Calmon, **Morro do Chapéu**, Piritiba, Wagner, Bonito, Orolândia, Campo Formoso, Utinga.

**Vale do Jiquiriçá:** Jiquiriçá, **Amargosa**, Laje, Mutuípe, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, Santa Inês, Ubaíra.

A mais recente geografia turística da Bahia, utilizada pelos órgãos oficiais de turismo, possui sua divisão em pólos turísticos conforme a figura 4 (QUEIROZ, 2002, p. 170).

FIGURA 4 – PRODETUR – QUADRO DOS PÓLOS TURÍSTICOS BAIANOS - 2001

<b>Pólos Turísticos</b>	<b>Zonas Turísticas</b>
<b>Pólos Tradicionais</b>	
Pólo Salvador e Entorno	Baía de Todos os Santos e Costa dos Coqueiros
Pólo Litoral Sul	Costa do Cacau e Costa do Dendê
Pólo Costa do Descobrimento	Costa do Descobrimento e Costa das Baleias
Pólo Chapada	Circuito do Ouro, Circuito do Diamante e Chapada Norte **
<b>Pólos Não-Consolidados</b>	
Pólo São Francisco*	Municípios de Paulo Afonso, Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova e Curaçá
Pólo Oeste*	Municípios de Barreiras, São Desidério, Correntina, São Félix do Coribe

Fonte: SUDETUR, julho/2001

\* ainda não possui zonas turísticas definidas

\*\* A Chapada norte, compreendendo os Municípios de Morro do Chapéu, Jacobina, Miguel Calmon, Piritiba, Wagner, Bonito, Orolândia, Campo Formoso e Utinga, é uma região turística definida recentemente.

#### 4.4.1.1 Infra-estrutura

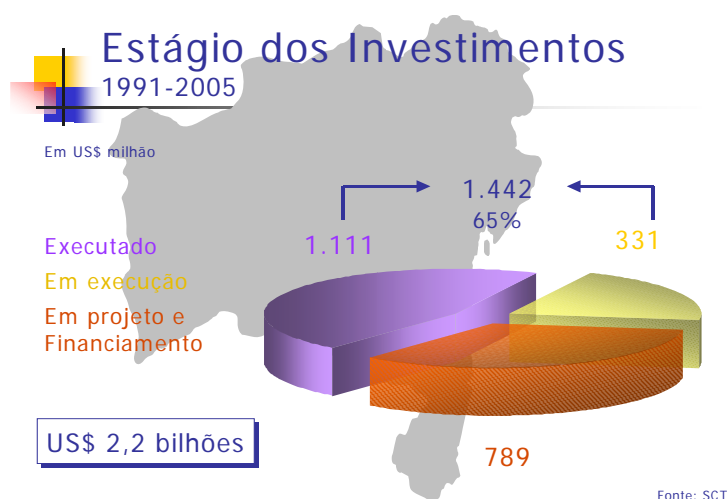
De acordo com dados da Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia, os investimentos e ações de infra-estrutura iniciaram-se em 1968, com a construção de meios de hospedagens, se prolongando até 1971, sendo que estes equipamentos, inicialmente, eram construídos e administrados pelo Governo do Estado, como forma de atrair o empresário. Surge então a com o objetivo de gerir estes estabelecimentos, a Empresa de Turismo da Bahia S.A (BAHIATURSA), que investe em regiões turisticamente estratégicas, como Itaparica, Juazeiro, Cipó e Lençóis. No entanto percebemos que há uma queda na qualidade com relação

aos serviços prestados por estes estabelecimentos, a partir do momento em que a gestão passa a ser responsabilidade do setor privado.

Após esta primeira medida, criou-se o projeto **Caminhos da Bahia**, entre os anos de 1980-1986, onde se investiu em obras de infra-estrutura em alguns municípios que já se consolidavam dentro da atividade turística como, por exemplo, Valença, Piritiba, Cachoeira, Prado e Rio de Contas.

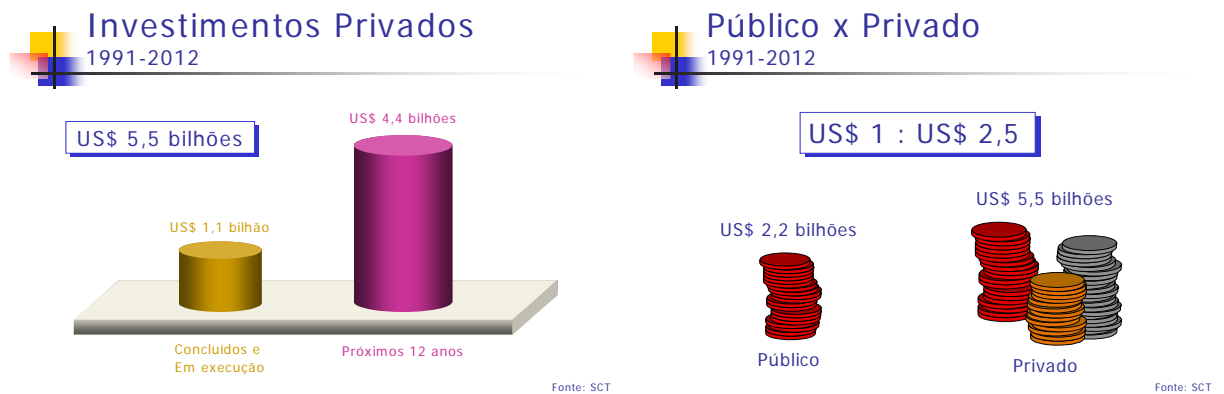
Dentro dessa realidade, os investimentos voltados para obras de infra-estrutura previstas no PRODETUR/BA entre os anos de 1991-2005, como observamos na FIGURA 5, estão orçados em US\$ 2,2 bilhões.

FIGURA 5 – INVESTIMENTOS DE RECURSOS PÚBLICOS



Além desses investimentos das Secretarias e da BAHIATURSA o setor turístico do Estado ainda conta com ações do setor privado, além de empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais, totalizando uma receita de US\$5,5 bilhões até o ano de 2012.

FIGURA 6 – INVESTIMENTOS DO SETOR PRIVADO E DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO



Estes investimentos prevêem a realização de obras diversas nos municípios das regiões turísticas para o fomento e melhoria da infra-estrutura, dos atrativos já existentes e na construção de outros. (Figura 6) Sendo assim, 7% desta receita está destinado para o setor de energia elétrica, 24% para os transportes, 42% saneamento, 8% sistemas aeroportuários, e a recuperação do patrimônio histórico absorve 7% deste total. Os 12% restantes são voltados à ações diversas desde treinamentos e conscientização de comunidades, aterros sanitários e coleta de lixo e capacitação de recursos humanos.

FIGURA 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS



Fonte: SCT

No que diz respeito a aeroportos, a Bahia dispõe de dois internacionais: o Aeroporto

Internacional de Salvador Deputado Luís Eduardo Magalhães (com obras de ampliação estimadas em US\$ 95 milhões) atendendo às áreas da Costa dos Coqueiros e Baía de Todos os Santos e o Aeroporto Internacional de Porto Seguro, atendendo à Costa do Descobrimento, ambos capacitados a receber aviões de grande porte. Possui ainda quatro outros aeroportos com capacidade para receber Boeings 737-500 em Ilhéus (atendendo à Costa do Cacau); um de propriedade do Hotel Transamérica (o de Comandatuba); atendendo à Chapada Diamantina encontra-se o de Lençóis; o de Caravelas que atende à Costa das Baleias. Possui ainda um aeroporto em Valença (servindo a Ilha de Itaparica e Costa do Dendê) e em Paulo Afonso (região do rio São Francisco) mais recentes. Além destes, o Estado ainda possui outros aeroportos de pequeno porte localizados em Bom Jesus da Lapa, Barreiras, Mucuri, Vitória da Conquista, Canavieiras, Itaparica.

Com relação à malha rodoviária, na Costa dos Coqueiros temos a BA 099, também conhecida como Linha Verde, que liga a Praia do Forte até a divisa de Sergipe, continuação da Estrada do Coco, de Salvador a Lauro de Freitas. Servindo a Baía de Todos os Santos e a Costa do Dendê encontramos a BA 001, além de possuir um trecho já inaugurado na Costa do Cacau desde Ilhéus a Itacaré. A Costa do Descobrimento está ligada de Santa Cruz Cabralia a Belmonte por outro trecho da BA 001.

Com o intuito de diminuir as ações de sazonalidade e de criar novas possibilidades de aproveitamento do potencial turístico de diversas localidades, têm-se investido também na construção de Centros de Convenções. O de Salvador terá reformado o seu pavilhão de feiras, possibilitando assim, a realização de grandes feiras, congressos e convenções. Ainda existem os Centros de Convenções de Porto Seguro e Ilhéus, que também complementam esses produtos turísticos, aumentando as motivações e permanências de viagens.

O que podemos perceber diante desta demonstração das estratégias institucionais destinadas ao turismo do estado da Bahia, é que em momento algum é feita menção à inclusão

da comunidade local no processo de desenvolvimento e planejamento da atividade turística. Desta forma, não existe desenvolvimento sustentável e conseqüentemente, verificamos que é mantida a utilização do modelo de desenvolvimento calcado apenas no crescimento econômico, deixando à margem dos investimentos e políticas públicas destinadas ao turismo, a preocupação com aspectos ambientais e sociais das regiões onde a atividade se desenvolve.

#### 4.5 O MAPA DE ATRATIVOS TURÍSTICOS DO LITORAL SUL DA BAHIA

Com o intuito de localizar os atrativos turísticos da região onde está localizado o objeto de estudo deste trabalho, iremos aqui levantar alguns aspectos importantes acerca da atividade turística, uma vez que consideramos que os visitantes de toda essa área poderão vir a ser o visitante potencial do Assentamento de Pancada Grande.

##### **4.5.1 A Zona Turística Costa Do Cacau**

Situada no sul do Estado da Bahia, a Costa do Cacau possui atrativos turísticos, principalmente naturais, que são verdadeiros santuários ecológicos compostos por manguezais, coqueirais e Mata Atlântica, que possibilitam uma variedade enorme de opções de trilhas e caminhos para quem a visita. Dispõe ainda da BA-001 que interliga os municípios e proporciona uma viagem repleta de belas paisagens na sua maior parte à beira mar. Compõem a Costa do Cacau os municípios de Ilhéus, Uruçuca, Una, Canavieiras, Itacaré (FIGURA 8):

##### **4.5.1.1 Ilhéus**

Mundialmente famoso pelas suas belezas naturais, e também exaltado em diversos romances de Jorge Amado, como Gabriela Cravo e Canela, Cacau, Suor, Terras do Sem Fim,



Ilhéus, é hoje, o principal município turístico e portão de entrada da Costa do Cacau.

Mas, além desta vocação natural para o turismo, o município de Ilhéus polariza toda uma região e se destaca economicamente como um dos centros urbanos mais desenvolvidos do estado da Bahia.

Durante muito tempo, o município teve a sua economia baseada na monocultura do cacau, o que ocasionou uma série de mudanças rápidas e significativas na dinâmica regional, devido à chegada de diversos migrantes, desmatamento para o plantio das lavouras, aparecimento de comerciantes e de uma organização política e administrativa da região. Desta forma, podemos afirmar que a monocultura cacaeira foi um ponto definitivo para a atual formação sócio-econômica do município de Ilhéus. Neste cenário surgem as histórias de seus coronéis, lutas pela terra, pelo poder que hoje remontam um cenário de grande interesse turístico no intuito de conhecer essa tão curiosa história.

Com a crise da cultura do cacau, as fazendas procuraram outras alternativas para sua auto-sustentação, sendo uma delas o turismo. Desta forma, podemos observar a grande quantidade de fazendas que realizam o ecoturismo, turismo rural, pesque e pague e diversas outras atividades agregadas à agricultura, que somam à dinâmica produtiva, econômica e de desenvolvimento destas propriedades.

FIGURA 8 – ZONA TURÍSTICA COSTA DO CACAU



Fonte: Bahiatursa

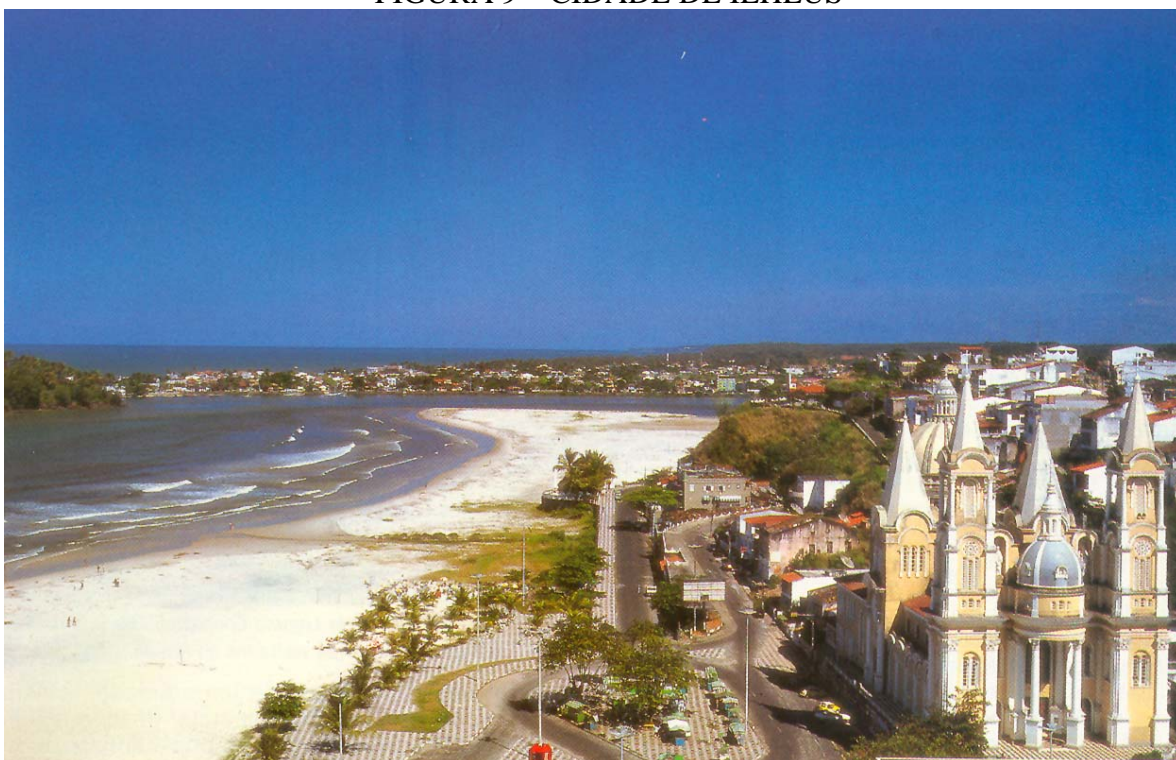
Uma outra alternativa encontrada para a economia do município de Ilhéus, foi a implantação de um pólo de informática, que proporcionou a absorção de mão-de-obra desempregada e a atração de unidades produtivas para a região.

Ainda com relação ao turismo, percebemos um crescimento da modalidade de turismo de negócios, com a implantação do Centro de Convenções Deputado Luís Eduardo Magalhães, que auxilia ainda na minimização dos efeitos da sazonalidade, em períodos de baixa estação.

Dentre os inúmeros atrativos podemos destacar a Lagoa Encantada, o Engenho

Santana, Jardim Botânico Mata da Esperança, Fazenda Primavera, Fazenda Renascer, Fazenda Santo Antônio/Pesque Pague Eco-água, Fazenda Olandy, Distrito de rio do Braço, Fábrica de Chocolate Caseiro, Centro de Recuperação do bicho-preguiça, Estância Hidromineral de Olivença, Estrada Parque Ilhéus-Itacaré, diversos Mirantes urbanos, a Casa da Cultura Jorge Amado e as diversas praias que compõem o litoral de Ilhéus.

FIGURA 9 – CIDADE DE ILHÉUS



Fonte: Bahiatursa

Além dos atrativos naturais e históricos, Ilhéus (FIGURA 9) possui uma grande quantidade de hotéis, pousadas, bares, restaurantes, agências de viagens, que complementam a oferta turística do município.

Está localizada à 465km de Salvador. O acesso à cidade de Ilhéus se dá via BR-324 saindo de Salvador, pegando a BR-101 antes de Feira de Santana, seguindo até Uruçuca e daí mais 40 km até Ilhéus. Uma outra opção é via sistema *ferry boat* Salvador-Bom Despacho e seguindo pela BA-001 até Camamu percorrendo 180km, daí até Travessão são mais 42 km. A

partir deste ponto pega a BR-101 percorrendo mais 47 km até a rodovia Uruçuca-Ilhéus BA/262. Daí até Ilhéus são mais 50km.

Além destes acessos Ilhéus possui o Aeroporto Internacional com capacidade para receber vôos domésticos vindos de diversos estados brasileiros e de países do mundo. Ilhéus possui ainda um porto internacional que tem a capacidade de receber inclusive navios de cruzeiros marítimos.

#### 4.5.1.2 Uruçuca

Localizado a 405km de Salvador, Uruçuca possui uma grande quantidade de atrativos turísticos, com basicamente as mesmas características das demais localidades que compõem a Costa do Cacau.

Neste município está localizado o distrito de Serra Grande que possui uma Área de Proteção com o mesmo nome (APA Itacaré/Serra Grande), além do Parque Estadual da Serra do Conduru, reconhecida como a terceira maior do mundo em biodiversidade.

Dentre os atrativos turísticos de Uruçuca podemos citar: a Fazenda São Tomé, localizada na praia de Pé de Serra, que recebe turistas com reservas antecipadas por meio de agências de viagens e turismo e oferece banho de mar, banho em uma lagoa local, caminhadas e almoço; Cachoeira do Zé Maria e Poço do Robalo; Povoado de Serra Grande e represa (FIGURA 10); praias belíssimas como as de Patizeiro, Barra do Tijuípe, Pompilho, Prainha, Pé de Serra, que compõem juntamente com pousadas e restaurantes a oferta turística do município.

FIGURA 10 – REPRESA POVOADO SERRA GRANDE



Fonte: Guia Ecoturístico Costa do Cacau - Bahiatursa

#### 4.5.1.3 Una

Localizado a 64km de Ilhéus, Una é considerada uma importante reserva de conservação ambiental, possuindo uma grande biodiversidade de fauna e flora e o único *habitat* natural do mico-leão-da-cara-dourada.

Percebemos que por essas características, Una possui uma variedade de atrativos naturais, dos quais alguns iremos apresentar a seguir: Corredeiras do Rio Una, Estação Lemos Maia, Povoado Pedras de Una, Povoado de Comandatuba, as praias de Lençóis, Itapororoca, Independência, Comandatuba.

Ainda encontramos neste município o Ecoparque de Una ilustrado na FIGURA 11, que é uma unidade de conservação criada sob a iniciativa do Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia (IESB), que possui trilhas e diversas outras atividades consideradas ecologicamente corretas, por usufruir os recursos naturais de forma ordenada e sustentada, como por exemplo, a extração artesanal da borracha. O passeio dura em média 6 horas.

FIGURA 11 – ECOPARQUE DE UNA



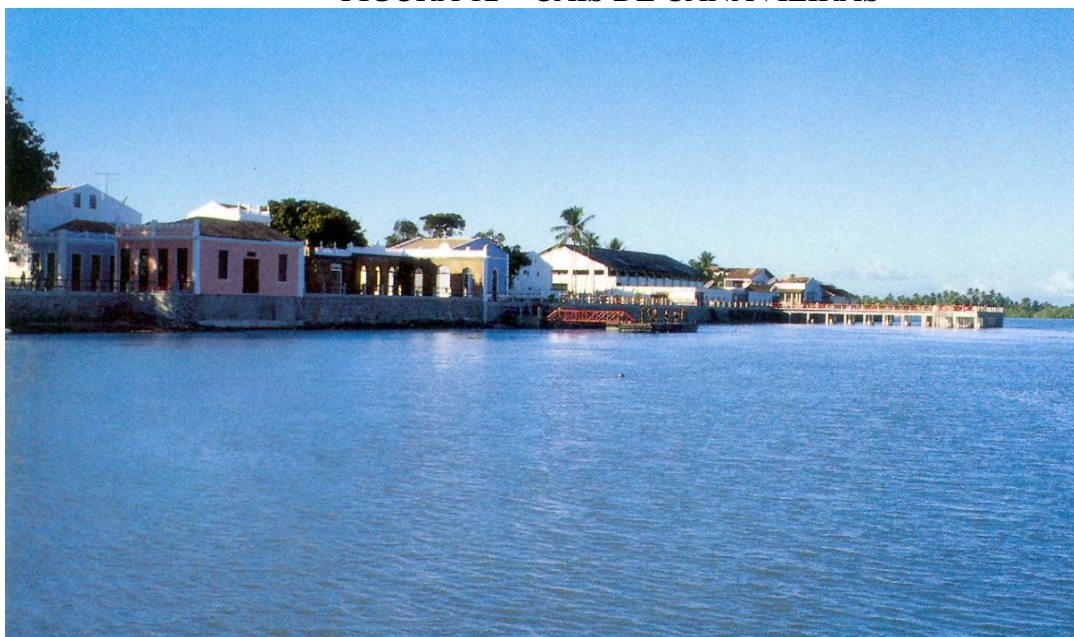
*Fonte: Guia Ecoturístico da Costa do Cacau.*

#### 4.5.1.4 Canavieiras

Considerada uma das mais belas cidades que compõem a Costa do Cacau, Canavieiras (FIGURA 12) possui sua atividade turística bastante organizada e desenvolvida. Dentre os seus atrativos turísticos podemos destacar: o Sítio Histórico composto por casarões que datam dos séculos XVIII e XIX; Rio Pardo que margeia a cidade e seus famosos banhos de lama, que incitam à prática do turismo de saúde; Vila de Atalaia e Praias Urbana; Fazenda Cubículo; Barra do Poxim; Fazenda Vida; Praias do Norte, da Barra Velha, da Barra do Albino, de Patipe, da Costa, de Atalaia, de Canavieiras e do Sul; tendo como principais eventos a festa do Bom Jesus dos Navegantes, as festividades da Capelinha e o Festival de Caranguejo que acontece geralmente no dia 07 de setembro.

Canavieiras é considerada um destino romântico devido aos seus cenários bucólicos e praias tranquilas nos seus 17km de litoral, coqueiral e reserva de Mata Atlântica. Este tipo de cenário possibilita a realização de turismo ecológico, com cavalgadas, caminhadas em trilhas, além de muito descanso nos diversos hotéis e pousadas que a cidade possui.

FIGURA 12 – CAIS DE CANAVIEIRAS



*Fonte: Arquivo BAHIA TURSA*

#### **4.5.2 Itacaré**

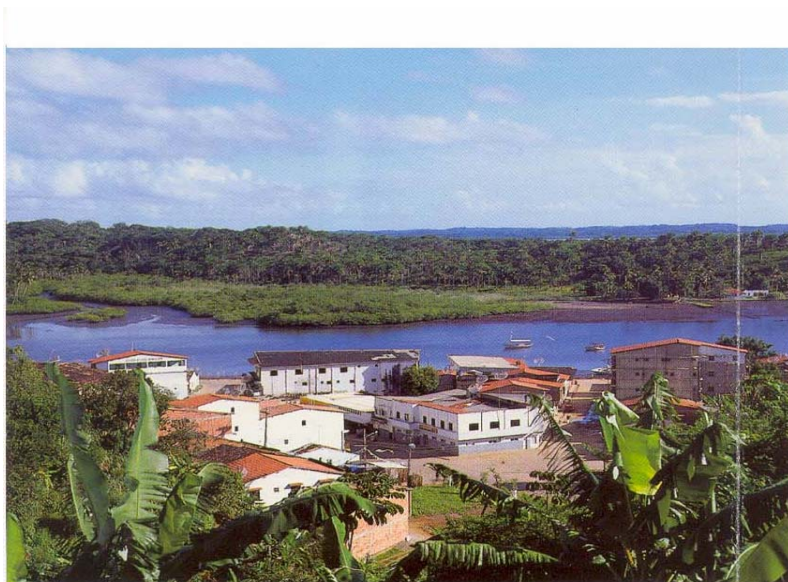
Iniciaremos agora uma breve análise do município de Itacaré onde está localizado o Assentamento de Pancada Grande, o objeto de estudo em questão.

#### **Histórico do Município**

A história de Itacaré (FIGURA 13) se inicia com uma aldeia indígena, que teve uma capela erguida em homenagem a São Miguel pelo jesuíta Luis da Grã e, desta forma, batizou a povoação de São Miguel da Barra do Rio de Contas. A capela é elevada à freguesia em 1718 e em 27 de janeiro de 1732, elevada à categoria de vila e município da capitania de Ilhéus, com o nome de Tabocas. Em 1915, este nome é mudado para Itapira que em 1930 é elevada à categoria de sub-prefeitura. Um ano mais tarde Itapira torna-se vila e sede do município de Barra do Rio de Contas e sob o decreto nº 7.850 de 16 de dezembro de 1931 a sede do município volta a ser a vila Barra do Rio de Contas, mas desta vez com o nome Itacaré.

Segundo alguns pesquisadores, o nome Itacaré vem da mistura de termos indígenas onde Ita = pedra, penedo, em tupi e Karé = arcado, torto, em guarani.

FIGURA 13 – ITACARÉ



*Fonte: Bahiatursa*

#### - Aspectos Físicos e Geográficos

O município de Itacaré possui como municípios limítrofes, Aurelino Leal, Ubaitaba, Maraú, Uruçuca e Ilhéus. É banhado pelo Rio de Contas e pelo Oceano Atlântico o que faz do município um dos mais belos cenários ecológicos e de biodiversidade. Possui uma área de 746km<sup>2</sup>, tendo como coordenadas geográficas 14° 17' lat. S e 39° 00' long. O. O município possui uma altitude de 29m e clima tropical úmido com temperatura média anual entre 21° e 31° C. O período mais chuvoso é entre abril e junho com uma média pluviométrica de 2.471 mm/ano.

Itacaré dista de Salvador aproximadamente 428km e seus acessos se dão através da BR-330; BR-101; BR-324.

O município possui uma topografia bastante acidentada e os principais acidentes geográficos são : o Rio de Contas, o Rio Capitão, O Rio Pau Brasil e Rio Catulé.



### - Aspectos Sócio-Demográficos

Em termos populacionais, Itacaré é o município de menor população dentre os municípios que compõem a Costa do Cacau. Sua sede ainda é pouco desenvolvida, mas possui um fluxo turístico bastante intenso, principalmente entre os meses de dezembro a fevereiro.

TABELA1 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO, LOCALIZAÇÃO DO DOMICÍLIO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA, MUNICÍPIO DE ITACARÉ – BA  
2000

Município	População Total	Urbana		Rural		Área (km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica ( hab/km <sup>2</sup> )
		Homem	Mulher	Homem	Mulher		
Itacaré	18.120	4.036	3.915	5.578	4.591	732,9	24,72

Fonte: Adaptação do Censo Demográfico 2000, IBGE

Percebemos ainda que a maior parte da sua população de 18.120 habitantes está concentrada na área rural, o que demonstra que a economia local ainda é baseada na agricultura.

A educação no município de Itacaré com relação aos ensinos pré-escolar e fundamental está calcada no funcionamento de um total de 71 escolas de ensino fundamental e 50 estabelecimentos de ensino que suprem a educação pré-escolar.

TABELA 2 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL  
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE MINISTRAM O ENSINO FUNDAMENTAL  
POR MUNICÍPIO, LOCALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, BAHIA –  
2001

Municípios	Número de Estabelecimentos								
	Total	Urbana				Rural			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Itacaré	71	-	2	9	1	-	-	58	1

Fonte: SEC, MEC/ INEP

Já, no que diz respeito ao ensino médio, percebemos a existência de apenas um

estabelecimento de ensino, o que é considerado muito pouco e afeta de forma decisiva o desenvolvimento regional, uma vez que o alto índice de analfabetismo e um sistema educacional deficiente emperra todas as tentativas de inserção da comunidade local neste processo.

Não há registro de instituições de ensino superior no município de Itacaré, o que nos remete a uma interpretação de falta de mão-de-obra local especializada para trabalhar nas atividades econômicas que se instalam na localidade.

**TABELA 3 - EDUCAÇÃO MÉDIA**  
**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE MINISTRAM O ENSINO MÉDIO POR**  
**MUNICÍPIO, LOCALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, BAHIA – 2001**

Municípios	Número de Estabelecimentos								
	Total	Urbana				Rural			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Itacaré	1	-	-	1	-	-	-	-	-

*Fonte: SEC, MEC/ INEP*

A saúde do município de Itacaré, assim como dos demais da Costa do Cacau com exceção de Ilhéus, possui uma dependência dos leitos de outras localidades, já que possui apenas um hospital particular, o que significa que o atendimento é restrito a uma parte da população, tendo a sua maioria que se deslocar para os municípios de Ubaitaba ou Ilhéus nos casos mais graves.

#### **- Aspectos Econômicos do Município**

A economia local está baseada na agricultura basicamente da lavoura cacaeira, existindo ainda a cultura de coco-da-baía, banana, citrus, mandioca, pimenta e cana-de-açúcar. Além da agricultura, o município possui ainda terras destinadas à pecuária bovina e de muares.

Porém, a atividade que vem se desenvolvendo cada vez com mais força e relevância é

o turismo. Hoje a cidade já dispõe de diversos equipamentos hoteleiros de grande porte e de bandeira internacional, o que atrai para a região, diversos outros equipamentos de serviços turísticos para suprir a demanda originada por esses grandes hotéis.

Itacaré hoje dispõe de 64 pousadas, 4 requintados hotéis ( *Itacaré Eco Resort*, *Villa de Ocaporan*, *Txai Resort*, *Villas de São José*), 6 *campings*, além de casas que são alugadas por temporada.

Com relação aos serviços de alimentação e entretenimento, Itacaré possui restaurantes de qualidade, além de bares e casas noturnas bastante movimentadas que garantem a diversão dos que visitam a cidade. Um aspecto grave a ser levantado, porém, é que a maioria dos proprietários destes estabelecimentos não faz parte da comunidade local, são muitas vezes de outros estados principalmente do Sudeste e alguns até de outros países.

As modalidades que se destacam em Itacaré, são: o ecoturismo e o turismo de aventura, o que possibilitou a instalação de nove agências especializadas em ecoturismo, a exemplo da *Itacaré Ecoturismo*, *Papa Terra Extreme Sports*, *Raiz Ecoturismo*, *Eco Trip*, *Planeta Eco*, *Mar e Mel Ecoturismo*, *Eco Bike*, além de uma escola de mergulho a *Dive Planet*, e uma agência de aluguel de jipes para *Off Road*, a *Brasil Off Road*.

Além disso, Itacaré possui atrativos naturais e culturais que por si só garantem a atratividade do destino tais como: manguezal da Barra, o Rio de Contas, a cachoeira da Ribeira, Cachoeira do Adorno, Cachoeira do Rio Pinheiro ou da Pancada Grande (localizada no assentamento de Pancada Grande), Serra do São João, Mirante Dois de Julho, praias da sede (Farol, Concha, Resende, Tiririca, Costa e Ribeira), praias de Prainha e Jeribucaçu, de pontal e Barra do Piracanga, cachoeira do Rio do engenho, Reserva Ecológica de Prainha, Rio Jeribucaçu, Rio Piracanga, Rio do Engenho, Cachoeira do Carioca ou Tijuípe, Cachoeira da Usina/Taboquinhas.

No que diz respeito aos atrativos culturais, Itacaré possui uma expressiva arquitetura

religiosa como a Igreja de São Miguel, manifestações culturais Festa de São Miguel, de São Francisco de Assis, Dois de Julho, Afoxé, Queima de Judas, Samba-de-roda, Rancho do Bicho. Possui ainda, uma culinária típica baseada em peixe e mariscos, comidas de azeite e bebidas quentes como licores cacau, jenipapo e batida de cravo, além de doces com frutas típicas da região.

Segundo dados de pesquisa de receptivo realizada em agosto de 2002 em Itacaré, pela Bahiatursa, observou-se que 86,8% dos visitantes é de brasileiros, tendo o estado de São Paulo (39,6%) como maior núcleo emissor, seguido por Bahia e Minas Gerais. No que diz respeito à incidência de turistas estrangeiros, a maior incidência é de franceses com 3,3% dos 13,2% de turistas, seguidos por Israelenses (2,2%).

TABELA 4 - TURISTAS, SEGUNDO A RESIDÊNCIA PERMANENTE – PESQUISA DE TURISMO RECEPTIVO EM ITACARÉ - AGOSTO DE 2002

	TURISTAS		
	V. Abs.	%	% (Total)
BRASIL	79	100,0	86,8
SAO PAULO	36	45,6	39,6
BAHIA	13	16,5	14,3
MINAS GERAIS	10	12,7	11,0
SANTA CATARINA	6	7,6	6,6
RIO DE JANEIRO	6	7,6	6,6
DISTRITO FEDERAL	3	3,8	3,3
ESPIRITO SANTO	2	2,5	2,2
RIO GRANDE DO SUL	2	2,5	2,2
PARANA	1	1,3	1,1
DEMAIS PAISES	12	100,0	13,2
FRANCA	3	25,0	3,3
ISRAEL	2	16,7	2,2
ALEMANHA	1	8,3	1,1
PORTUGAL	1	8,3	1,1
VENEZUELA	1	8,3	1,1
ITALIA	1	8,3	1,1
ARGENTINA	1	8,3	1,1
ESTADOS UNIDOS	1	8,3	1,1
SUICA	1	8,3	1,1
TOTAL GERAL	91		100,00

Fonte: Bahiatursa

Com relação ao sexo, a pesquisa apontou uma maior incidência de mulheres com

54,9% para 45,1% de homens. Dentro deste universo, predominam turistas de faixa etária entre 18 a 35 anos (36,3%), seguidos por turistas de faixa etária entre 36 a 50 anos (23,1%), e a faixa etária que compreende 51 a 65 anos fica em terceiro lugar com 3,3%.

Quanto ao grau de escolaridade dos turistas temos uma maior incidência de pessoas com o segundo grau e nível superior, com 41,8% e 40,7% respectivamente. Os pós-graduados representam 7,7% do total.

A atividade econômica dominante entre os entrevistados foi a de empregados no setor privado, com 33,0%, seguido por empregados do setor público com 12,1%, profissionais liberais também com 12,1% e empresários com 11,0%.

No que concerne à ocupação principal, observamos uma grande incidência de estudantes, com 13,2%, profissionais liberais com também 13,2%, comerciários com 13,2% e bancários com 8,8%. De todos os turistas entrevistados, a sua maioria visita Itacaré pela primeira vez (70,3%) enquanto que 29,7% já havia visitado anteriormente.

A média de permanência encontrada na pesquisa pela Bahiatursa, foi de 8,8 dias. Sendo que esta permanência por motivo de trabalho chega a 26,3 dias, quando o motivo principal é visita a permanência alcança 12,4 dias e se negócio esta permanência chega até 11,5 dias.

O meio de transporte mais utilizado é o automóvel que aparece com 60,4% e em seguida o transporte coletivo rodoviário com 38,5%. Estes turistas se hospedam em sua maioria em pousadas (69,2%), seguidos de casa de parentes e amigos (14,3%) e casa de aluguel (6,6%). Para estas viagens 95,6 % dos turistas viajou de forma espontânea, ou seja sem a organização de uma agência de viagens.

O gasto médio diário desses turistas foi de US\$ 12,10, com variações a depender do motivo de viagem. Mais da metade dos turistas (50,5%) achou os preços normais e 39,6 % achou elevado.

O motivo de viagem mais freqüente foi passeio com 82,4% dos entrevistados, já visita a parentes e amigos 7,7% e trabalho com 4,4%. Dentre esses motivos de viagem, destacam os atrativos naturais com 90,7%, que nos chama atenção para a importância deste segmento em Itacaré.

No quesito observações os turistas atentam para uma melhora da limpeza pública, na sinalização urbana, saneamento e infra-estrutura.

Após a demonstração dos dados desta pesquisa, percebemos que Itacaré é um destino turístico que recebe um fluxo considerável de turistas principalmente sob a motivação de passeio, e usufruto dos recursos naturais, o que para este projeto é de extrema importância, uma vez que o assentamento terá neste público, o seu turista em potencial. No entanto percebemos também que todo o controle do turismo local não é feito pela comunidade autóctone, o que mais uma vez nos reporta ao fato de que a sustentabilidade é uma realidade cada vez mais distante do turismo local e podemos dizer ainda de todo o Brasil.

## 5 ASSENTAMENTO DE PANCADA GRANDE – ANÁLISE DE UMA NOVA VIDA NA DINÂMICA DE UM ESPAÇO ESPECIAL

O município de Itacaré possui dois projetos de assentamento: o de Marambaia com 32 famílias assentadas e o de Pancada Grande com 46 famílias assentadas segundo dados do INCRA de 2001. O assentamento de Pancada Grande foi o escolhido para este estudo, principalmente em função da sua localização, organização social e características específicas como veremos neste capítulo.

TABELA 5 – PROJETOS DE ASSENTAMENTO

Município	Projetos	Tipo	Área (ha)	Desapropriação		Imissão de Posse	Criação		Famílias Assentadas
				Decreto	Data		Ato	Data	
Itacaré	Marambaia	1	809,57	93.190	29/08/86	07/10/1986	Port/888	11/11/1986	32
Itacaré	Pancada Grande	1	843,62	...	20/06/97	15/10/1997	Port/58	03/11/1997	46

*Fonte: INCRA-BA, 2001*

Código dos Tipos de Projetos

- 1- Individual
- 2- Misto
- 3- Coletivo
- 4- A ser definido

Precisamos ressaltar mais uma vez que a intenção deste trabalho é a de levantar algumas das possibilidades e limitações, ou seja, quais as perspectivas que envolvem a realização de atividades turísticas em determinadas áreas.

O que iremos demonstrar neste capítulo, e que consideramos ser o maior desafio deste trabalho, é a inserção de uma atividade de grande consumo de bens e serviços em um contexto de um assentamento de reforma agrária.

Quando tratamos da análise da inserção da atividade turística em um determinado local, acreditamos ser mister uma análise detalhada da formação deste espaço, dos seus aspectos físicos, da vivência do homem que o ocupa e as suas relações de sobrevivência dentro dele. Importantes são também, as relações interpessoais e as que estas pessoas mantêm com este espaço, a sua articulação com o seu entorno e o cotidiano destas pessoas que o ocupam.

Percebemos que há de se ter cuidado em se tratando da análise de um determinado local por parte de quem realiza a pesquisa, no sentido de conseguir enxergar o que não está explícito, ler o que se encontra nas entrelinhas mantendo sempre, porém, um posicionamento crítico do que ouve, observa e sente.

Para realizarmos este levantamento no intuito de traçar as perspectivas para o turismo para o Assentamento de Pancada Grande, nos deparamos diversas vezes com o questionamento no que se refere à viabilidade do desenvolvimento desta atividade, uma vez que este trabalho transcende o âmbito acadêmico e se projeta em uma relação mais ampla de comprometimento social, gerando uma inquietação muito grande com relação à vida e as expectativas de 49 famílias que acreditam ser possível viver melhor e mudar a sua condição atual. Como vimos anteriormente também, o turismo pode ser uma atividade altamente predatória a depender da forma como é gerida e é esta preocupação que estaremos mensurando em considerações e condições para a inserção desta atividade no objeto de estudo.

Entre os anos de 2000 e 2003 acompanhamos as diversas evoluções e retrocessos por que passou o Assentamento de Pancada Grande, que determinam o que é hoje a vida e organização destas pessoas nessa terra, como veremos a seguir.



## 5.1 A BUSCA POR UM PEDAÇO DE TERRA, UMA IDENTIDADE, UMA VIDA.

Como vimos no Capítulo 2 deste trabalho, a desigualdade social e o acúmulo de bens e capital por uma minoria, acompanha o processo de desenvolvimento brasileiro desde a sua colonização até os nossos dias.

Então, quando tratamos da formação do Assentamento de Pancada Grande, percebemos que a sua história se confunde com a história de luta e obstinação – e algumas vezes também de violência – de diversas outras conquistas de terra que vêm acontecendo no Brasil.

A história da formação deste espaço se inicia antes mesmo da sua ocupação. Seu início se dá a partir de um sonho, uma união de forças convergidas para um mesmo objetivo: o de uma vida melhor.

A maior parte das pessoas envolvidas no processo de ocupação das terras da Fazenda Nova Esperança é formada de remanescentes da crise cacauceira, que então desempregados, resolvem permanecer na região, ao contrário de muitos outros que migraram para outros lugares como São Paulo, por exemplo, em uma tentativa de melhoria de qualidade de vida.

A reforma agrária é uma ótima coisa pra essa região [...] porque quando teve a crise do cacau, de febre roxa, o povo todo que trabalhava nessa fazenda, que era muita gente né? O pessoal foi saindo uns pra um canto, outros pra outro, que a gente fica difícil de encontrar. [...] Se dirigiam pra São Paulo, outros pra Planaltina, outros já mora no Norte, ‘eu vou me embora pra minha terra’ e aí desliga, né? Mas outros já estão voltando”.  
(Informação verbal)<sup>1</sup>

Pessoas simples, na sua maioria trabalhadores rurais, empregados de latifundiários, herdeiros apenas de vontade de trabalhar e do sonho de um dia poderem ser donos do seu próprio pedaço de terra. Na verdade pessoas simples, iguais a tantas outras que apenas não se conformaram em continuar sendo vítimas de um projeto que ainda não deu certo – o projeto

---

<sup>1</sup> Depoimento de um assentado do município de Pancada Grande, Setembro 2003.

Brasil.

O início desta história saberemos através do responsável em articular e organizar essas pessoas, o atual presidente da Associação de Moradores do Assentamento de Pancada Grande, que aqui chamaremos apenas de José , 31 anos, que cursou até a 3ª série do ensino fundamental. Para o assentado, o fato político mais importante que aconteceu no assentamento está relacionado ao ato de conquista da terra. Essa conquista, no entanto, aconteceu em meio a um cenário de muita coragem e conflito. Quanto a escolha da terra, segundo José:

[...] quem descobriu essa terra foi eu. Eu descobri por um acaso...Eu conheci o pessoal da FETAG lá ni Santa Cruz de Cabralia naquele acampamento Embaúba e lá..eu tava trabalhando lá num povoado com nome é... Ponto Central distrito de Cabralia, depois de Eunápolis, esse distrito era de Cabralia. Aí eu conheci ele aí eu falei que queria entrar no movimento (MLT). Aí eu vim me embora pra cá, quando eu vim me embora aí eu ouvi a história que o Banco Econômico, a notícia na voz do Brasil né, que a empresa do Banco Econômico tava falindo, aí como eu vi aí eu falei rapaz mas tem uma fazenda do Banco Econômico aqui na região vou correr atrás. Aí eu fui e fiz um acampamento aqui. E a FETAG me deu apoio, me deu ...arrumou um rolo de lona, aí a gente veio pra cá. Quando nós veio, na primeira vez que a gente veio, com oito dias depois teve o despejo. Teve o despejo lá fora lá na naquela lagoa que tem lá que a gente fez o acampamento lá fora..." (Informação verbal)<sup>2</sup>

José nos conta que após ter a certeza da terra que queriam, começou o processo de sensibilização e articulação das pessoas que estariam envolvidas no processo de ocupação da área. José, então foi para um Assentamento vizinho ao atual Pancada Grande, conhecido como Santa Maria – onde vivem seus pais – e com o apoio dos assentados reuniu algumas pessoas e as conduziu para o acampamento propriamente dito, no dia 30 de setembro de 1996. Em toda relação de ocupação de terras, os conflitos começam devido à permanência dessas pessoas no local, a partir do momento em que o proprietário da fazenda vê as suas terras ocupadas e então começa a tentar fazê-las parecerem produtivas, culminando no despejo das

---

<sup>2</sup> Depoimento de um assentado do município de Pancada Grande, Setembro 2003.

famílias por policiais. Porém, uma semana depois no dia 07 de outubro de 1996 os trabalhadores retornam à fazenda.

Percebemos neste momento, quando conversamos com diversos assentados, que no início houve um apoio decisivo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG, tanto no que diz respeito à permanência deles no acampamento, quanto na regularização da posse da terra. Enquanto estavam acampados, José reunia noventa famílias, que viviam em barracas de lona e tinham bastante dificuldade em se manter. Um fato interessante a ser colocado, é que as pessoas iam sendo informadas sobre a formação do acampamento nas feiras das cidades de Itabuna, Ubaitaba, Marauá e procuravam incorporar-se ao movimento.

FIGURA 14 – EXEMPLO DE ACAMPAMENTOS ENCONTRADOS NA BR101 - 2003



*Fonte : Janaina Leal*

Alguns empregados da fazenda passavam então a ameaçar os acampados, e usar ainda de atos de violência tanto física quanto psicológica como, por exemplo, furar a bandeira da FETAG erguida pelos trabalhadores com disparos de armas de fogo e atear fogo na lona das barracas do assentamento e tentaram fazer – através de humilhações e provocações – com que os assentados reagissem de alguma forma. No entanto, esses motivos não foram suficientes para calar e reprimir uma luta que agora já era para os assentados, um sonho cada vez mais próximo – o de ser donos daquelas terras que eles agora já visualizavam, viviam e sonhavam dentro dela. “Mas dentro disso a gente não tomou medo, nós também não reagiu com eles, o que nós queria era a terra, nós não queria brigar com eles. A briga da gente com eles era diferente...” (Informação verbal)<sup>3</sup>

A seguir temos o relato de um dos assentados deste processo de luta pela terra:

Aí foi quando gerou esse acampamento, depois teve o despejo, depois do despejo fugiu todo mundo, eu fui a Salvador de novo, retornei e voltamos pro acampamento de novo. O pessoal tinha queimado os plástico da gente, nós já tinha perdido os plástico, aí foi quando um dia eu me lembro que era umas 7h da manhã nós tava todo mundo, nós tava fazendo uma comida lá, um cafezinho, aí foi quando passou o administrador da fazenda com um trator besouro né, aí gozou com a minha cara, falou bem assim: - José, você com essa ruma de trabalhador tudo preguiçoso, uma hora dessa ninguém ta indo pra roça. Aí eu falei: Mas não é trabalhador seu não...aí ele falou: - Vocês tem que plantar mandioca pra gente colher. Aí eu fiquei irritado com aquilo, eu falei bem assim: esse cara quer que eu bote o pessoal pra plantar mandioca pra ele? Aí eu mandei chamar todo mundo que tava plantando “mandiba” aí voltou, falei ó os meninos o pensamento meu é esse: a gente vai ocupar agora a sede, chega lá na sede a gente vai botar todo mundo pra correr lá da sede. Aí eu falei e quem quer a terra me acompanha. Me acompanhou 6, depois me acompanhou 8. Eu sei que eu cheguei aqui na sede com 16 pessoa. [...] nós foi botou porta adentro aí nos fomos botando as coisas lá dentro. O cara (administrador da fazenda) veio José cê é doido, que diabo é isso que você ta fazendo? Eu falei doido não eu quero que você sarta fora. E o cara levou na brincadeira, aí ele não foi não. No outro dia eu fui chamei ele e falei mesmo assim: vou fazer uma coisa boa pra mim, bom pra você óia: Me dá a chave da sede, e é melhor você ir embora, vai ser melhor...E aí ele ainda pegou um revólver 38 ainda brincou, aí eu falei rapaz ninguém tem medo desse revólver seu não! Aí eu fui meti a mão no bolso tinha 3 balas de 44. Aí mostrei pra ele e falei essas bala não foi feita pra mim

---

<sup>3</sup> Depoimento de um assentado do município de Pancada Grande, Setembro 2003.

não e mostrei a 44 pra ele. Aí o cara disse assim tu é doido rapaz?! Aí eu falei ó: e tu vai sumir agora direto, suma. Aí entregou tudo e foi embora. Aí sartou fora. Aí nós ficou sossegado. (Informação verbal)<sup>4</sup>

Este ato, no entanto, acarretou na intimação de José que foi chamado em Itacaré para depor. Neste momento, com o risco da sua prisão e o comprometimento de todo o processo de desapropriação das terras, José resolveu reunir todas as famílias acampadas e levar junto com ele para a porta do fórum. Então se organizou uma comitiva que foi a pé desde a sede da fazenda, onde estava acampado, rumo à sede do município. Neste momento mais uma vez eles relatam o apoio da FETAG que através de uma advogada evita a prisão de José.

Após este episódio, se inicia o processo em busca da desapropriação da terra na justiça, desapropriação esta que só é legalmente concedida em 20/06/1997. Porém encontramos um fato cômico que quase toma um sentido trágico:

Fui a Brasília lá, ainda fiz uma sacanagem com Fernando Henrique. Perguntaram se eu tinha coragem de empurrar uma gaiola com um peru dentro que Fernando Henrique só tinha papo né? E eu feito um besta fui e levei empurrei a jaula lá em Brasília e aí FHC deu um murro na mesa que não desapropriava a fazenda aí o representante da FETAG disse que se a gente saí daqui sem você desapropriar a gente vai voltar com não sei quantos bando de gente aqui. Cinquenta homens a gente vai voltar aqui...E eu fiquei feito um doido aqui com um radinho no ouvido, ligado na voz do Brasil, foi a primeira que saiu da Bahia foi essa. Então existe várias coisa na minha vida, aconteceu cada coisa na minha vida. Agora eu acredito que já parei, daqui de dentro só saio no caixão. Que eu gosto da minha terra véia aqui... (Informação verbal)<sup>5</sup>

Uma outra curiosidade que percebemos, é que a maioria dos assentados diz que só vieram saber o que significava Reforma Agrária depois que ingressaram no movimento, antes disso a maioria diz nunca ter ouvido falar sobre o assunto. O que percebemos em todas as entrevistas que realizamos com os assentados, foi que embora alguns temessem o fato de aderir ao movimento, a sua maioria foi motivado pelo fato de poder ter a sua própria terra, o seu espaço. Acreditam que a Reforma Agrária é uma alternativa para a diminuição do

---

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Depoimento de um assentado do município de Pancada Grande, Setembro 2003.

desemprego da região. Dizem que a foi através da Reforma Agrária que conseguiram ter a sua liberdade e deixaram de ser empregados para ser proprietários do seu pedaço de chão. Sentimos um enorme respeito e valor dado à terra por parte dos assentados, como se ali eles tivessem a realização de uma vida e por isso trabalham muito, mas com muito prazer e não se ouvem queixas ou insatisfações pela área com relação ao lugar, à vida que levam, apenas acreditam que poderiam ser mais respeitados e que merecem oportunidades e o direito de serem vistos como pessoas produtivas e cidadãos.

Enfim, no dia 15/08/1997, os trabalhadores rurais deixam de ser acampados e agora passam a ser oficialmente assentados, inicia-se o processo de formação e construção do Projeto de Assentamento de Pancada Grande, conforme se vê na TABELA 6.

TABELA 6 - CRONOLOGIA DOS FATOS RELEVANTES PARA O ASSENTAMENTO

DATAS	FATOS
30/09/1996	Primeira ocupação da Fazenda Nova Esperança
07/10/1996	Segunda ocupação da Fazenda Nova Esperança após despejo por policiais militares
15/10/1996	Sai a liminar de reintegração de posse da terra e mais uma vez os acampados são despejados
12/11/1996	Ocupação definitiva da sede pelos trabalhadores rurais
19/12/1996	José é retirado da área por ordem judicial, mas as famílias permanecem.
20/06/1997	A Fazenda é desapropriada
15/08/1997	Os trabalhadores tomam posse das terras e dão início à construção do assentamento de Pancada Grande.
25/02/2003	Instalação da rede de eletricidade do assentamento
28/05/2003	Início do abastecimento de energia elétrica para o assentamento

*Fonte: Observação e entrevistas com os assentados*

## 5..2 DA LONA AO CIMENTO: A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO ASSENTAMENTO

Consideramos de extrema importância analisar aqui o espaço físico do assentamento, assim como a relação do homem que o habita com o próprio espaço e entre si, enquanto vivência perante o mundo.

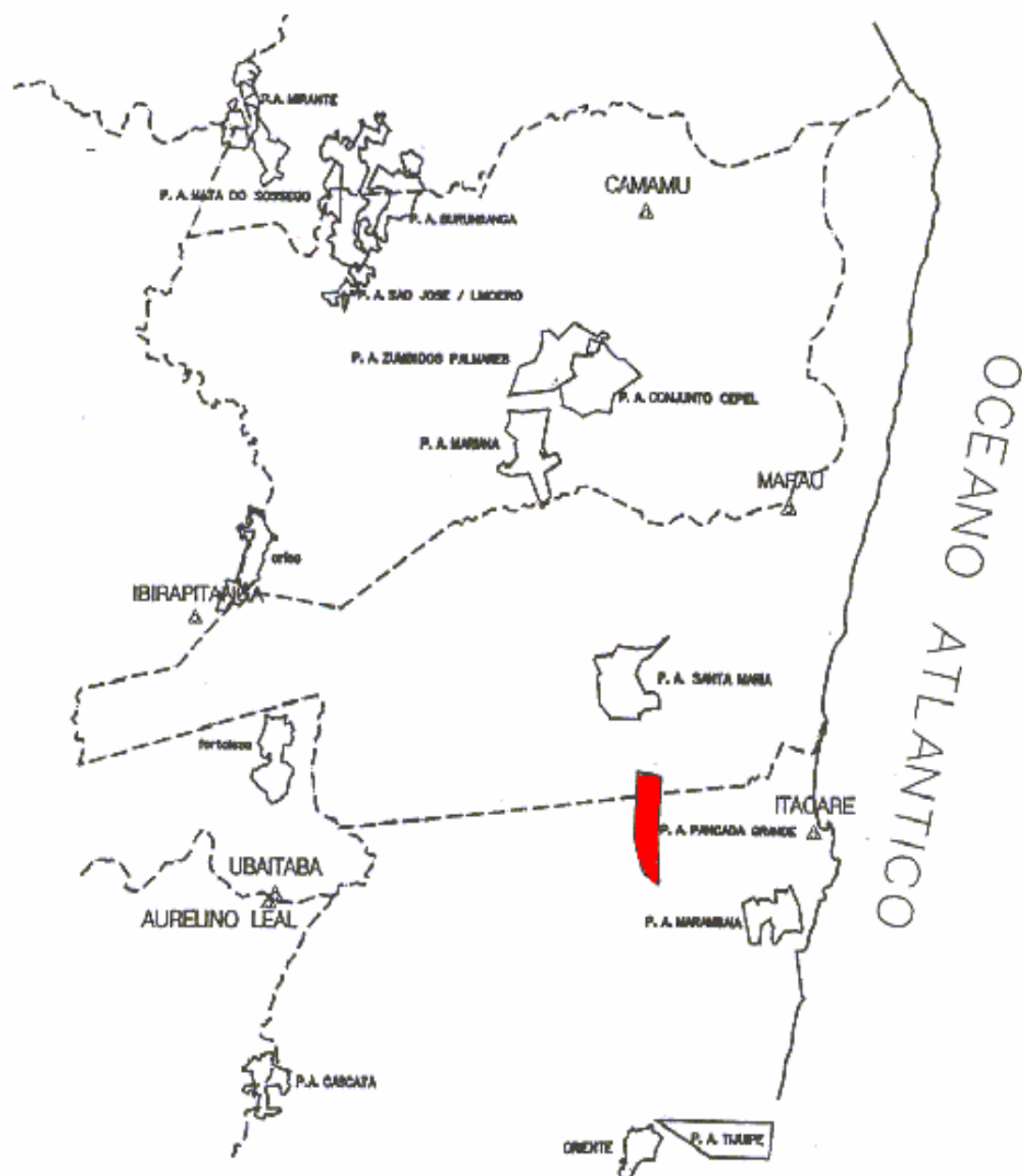
O Assentamento de Pancada Grande está localizado no município baiano de Itacaré, às margens do Rio de Contas, distando cerca de 428km de Salvador e tendo como sede administrativa mais próxima o município de Ilhéus a 124km. Está localizado na zona rural da Volta do Poço na região administrativa de Ilhéus (006). Economicamente está localizado na região Litoral Sul, tendo a denominação inicial Fazenda Nova Esperança quando pertencia ao grupo Econômico Agro Pastoril Industrial S/A. Geograficamente possui as seguintes coordenadas: Latitude Sul: 13° e 12' a 15° e 51' e Longitude Oeste: 38° e 53' a 40° e 08'.

Em laudo de vistoria e avaliação realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em 1997, levantou-se que a área da propriedade corresponde a 843,62ha. Na realidade após a demarcação do assentamento, esta área está totalizada em 859,9091ha, que pode ser visualizado na FIGURA 15.

Ainda segundo este laudo, o clima da região é caracterizado como úmido e possui temperatura média anual de 25°C. A pluviosidade média é de 2.471mm/a.a e tem o seu período mais chuvoso entre os meses de abril a junho. Esta característica climática exerce uma forte influência na formação natural da área, no que diz respeito aos tipos de relevos e solos, vegetação, tipos de produções. O relevo da região é forte ondulado a ondulado, e do assentamento é ondulado a suave ondulado, possuindo uma altitude de 29m. Há o predomínio do latossolo vermelho amarelo, que são solos profundos característicos de climas úmidos. São solos com gradiente textural baixo, porosos, associados aos solos de baixadas aluviais, de moderada textura de fertilidade média/alta, às margens dos rios: Pinheiro e de Contas. Possui na sua composição a Bacia Hidrográfica do rio de Contas formada pelo Rio deste mesmo nome, tendo como afluente o rio Pinheiro além de vários córregos. É neste aspecto que se encontra um dos atrativos naturais do assentamento: a cachoeira do Rio Pinheiro – também conhecida como cachoeira da Pancada Grande - que forma uma queda d'água de mais de 40m de altura, como pode ser vista na FIGURA 16. No que diz respeito à vegetação, a região

possui extensas áreas de Mata Atlântica, importante pela sua biodiversidade, que se beneficiou da cultura do cacau para sua preservação, uma vez que esta atividade utiliza um sistema de plantio tradicional chamado *cabruca*, aproveitando as sombras das árvores.

FIGURA 15 – MAPA DE ASSENTAMENTOS DO SUL DA BAHIA E ASSENTAMENTO DE PANCADA GRANDE



■ Área de Estudo

Fonte: INCRA



Possui ainda enormes trechos de manguezais às margens dos rios, que são conhecidos como berço dos oceanos devido à grande quantidade de espécies que se reproduzem neste tipo de vegetação.

FIGURA 16 - CACHOEIRA DO RIO PINHEIRO



*Foto: Janaina Leal*

O acesso à propriedade é feito via BR-030 Ubaitaba-Maraú, passando pelos povoados de Faisqueira e Ibiacu, onde se entra à direita no km 34, percorrendo mais 7km até o imóvel. Esta estrada não é pavimentada, tornando difícil o acesso ao assentamento principalmente por automóveis pequenos. Uma outra forma de acesso é via BA-654 Ubaitaba-Itacaré, num total de 56km. O percurso no sentido Itacaré – Ubaitaba por esta mesma rodovia é feito via balsa que transporta carros e passageiros até o Portal numa travessia pequena de aproximadamente cinco minutos e daí para o assentamento mais 30km de estrada de chão. Este acesso é o mais utilizado por turistas. Existe ainda outro acesso via fluvial, pelo rio de Contas, num percurso de aproximadamente duas horas em embarcações a motor apenas para passageiros e mais aproximadamente 6km a pé da margem do Rio até a sede, numa trilha que passa pela Cachoeira do assentamento. A cachoeira dista 1km da sede.

O assentamento é servido por transporte rodoviário. Existe uma linha de ônibus de Ubaitaba – Maraú que sai às 07:00h da manhã e chega na entrada do assentamento às 10:00h.

FIGURA 17 – RODOVIA DE ACESSO AO ASSENTAMENTO DE PANCADA GRANDE



Fonte: DERBA

Existe um outro ônibus que faz a linha Itabuna – Campinho que passa na entrada do

assentamento por volta das 22:00h. Por Itabuna existe também um ônibus via Maraú que sai às 14:00h e chega na entrada do assentamento às 18:00h. Partindo de Maraú, pode ser utilizada ainda a linha Maraú – Ubatã.

A formação do assentamento tem como ponto comum em relação à formação de outros espaços, o fato de que para subsistir em um determinado local, o homem tende a associar-se a outros indivíduos, formando grupos que se relacionam com outros grupos e assim vão criando a sua rede de relacionamentos.

Após a conquista e de posse da terra, os assentados se viram diante da criação de meios de sobrevivência e de ocupação do espaço.

A divisão dos 859,9091ha do assentamento foi feita de forma onde cada assentado teve liberdade de escolher o local onde iria demarcar os seus 12ha. A divisão total da área do assentamento é feita da seguinte forma: dos aproximadamente 859ha de terra, cerca de 178ha é destinado à área de preservação e reserva de mata (20% da área total do assentamento); cada uma das 49 famílias assentadas possui aproximadamente 12ha de terra individual para plantar e ainda existe uma área comunitária com cerca de 86ha. Esta divisão inicial, voluntária foi feita de forma bastante rudimentar. Os lotes foram medidos por uma corda e posteriormente quando da demarcação oficial o INCRA manteve os lotes escolhidos – até porque depois que houve esta definição, os assentados já haviam começado a trabalhar seu lote – fazendo apenas alguns ajustes no sentido de aproximar os lotes do tamanho que cada um deveria ter (12ha). Não houve problema com relação à escolha. Os que iam chegando iam escolhendo seus lotes e os que depois chegavam escolhiam os lotes restantes sem que houvesse qualquer tipo de insatisfação; foram chegando e já começando a trabalhar.

É importante salientar que por se tratar de uma área de proteção ambiental (APA Municipal de Maraú) existe uma forte fiscalização no que diz respeito ao manejo dos recursos naturais existentes. Pelo que foi possível observar existe certa rigidez no controle da

preservação da área por órgãos como o IBAMA, o CRA. Os assentados conseguem observar a importância destas ações e concordam que deve haver um controle efetivo dos recursos locais e apesar de nem sempre terem a noção exata de até onde podem ir sabem que têm limitações de ação no espaço.

FIGURA 18 – QUEIMADAS – PROBLEMAS NO MANEJO DO SOLO



*Foto: Janaina Leal*

Recentemente, há cerca de uma semana antes da nossa estada na área, aconteceu próximo ao assentamento, na estrada que liga Ubaitaba a Maraú um acidente grave envolvendo a extração ilegal de madeira na área. Dois homens moradores desta região estavam transportando um caminhão repleto de madeira ilegal quando ficaram atolados devido às chuvas que caíram na região. Neste momento o Secretário de Meio Ambiente de Maraú, retornava de carro para sua fazenda quando viu, o caminhão carregado de madeira (FIGURA 19), retirada ilegalmente do resto de fragmento da Mata Atlântica. Diante do fato, resolveu descer do carro e fotografar para uma posterior denúncia. Porém no momento em que registrava a ilegalidade, de repente, chegam dois homens numa moto e, depois de uma breve discussão, sacaram de facões e começaram a atacá-lo covardemente. Ele relatou que inicialmente tentou conversar, mas que depois do primeiro golpe, tentou se defender,

aparando os cortes com os braços. Quando percebeu que não haveria diálogo resolveu fugir. Recebeu diversos cortes na cabeça e outro no rosto, perto do pescoço e saiu correndo em busca de ajuda em meio à mata sendo perseguido pelos dois homens que continuavam a desferir golpes de facão em suas costas, seus ombros. O ambientalista então, correu e gritou por socorro. Até que viram, ao longe, um veículo e fugiram, temerosos de serem pegos em flagrante. Felizmente o secretário sobreviveu e está em recuperação em Itabuna. Percebemos que este crime cruel acontece em função da ganância de algumas pessoas baseada na exploração ilegal de uma espécie de vegetação que já corre um sério risco de extinção no sul da Bahia.

#### FIGURA 19 - EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA



*Foto: Janaina Leal*

Com relação ao fato, os assentados dizem que conhecem as pessoas e que eles já vinham atuando na exploração ilegal há algum tempo. Mas não se pronunciam muito sobre o caso, apenas se restringem a dizer que discordam com a extração ilegal de madeira e que na área do assentamento ela não acontece, pelo menos não por parte deles.

Voltando ao processo de ocupação do espaço do assentamento, a construção das casas aconteceu da mesma forma que a divisão dos lotes. Aliás, uma das coisas mais interessantes que se observa no local é a forma democrática e organizada com que as coisas são definidas. Então, depois de definidos os locais por cada assentado onde iriam construir as suas casas,

alguns tiveram auxílio de arquitetos através da FETAG e outros puderam ter acesso ao dinheiro do material e construir a sua própria. (FIGURA 20)

FIGURA 20 – PLANTA LOTES DO ASSENTAMENTO DE PANCADA GRANDE



Fonte: INCRA

Estruturalmente, as casas seguem um mesmo padrão (FIGURA 21). São casas simples, na sua maioria de dois quartos, porém já existem assentados reformando, aumentando o tamanho original. Os sanitários são construídos do lado externo das casas, uma vez que a vila ainda não dispõe de rede de água e esgoto, contendo apenas vaso sanitário. Algumas cozinhas também ficam do lado externo, em especial as que possuem fogão à lenha.

FIGURA 21 – UMA CASA DO ASSENTAMENTO



*Foto: Janaina Leal*

A casa de José, presidente da associação de moradores é a antiga sede da fazenda, local onde se instalou quando da tomada da sede e permaneceu até os dias atuais uma vez que não houve objeção por parte dos outros assentados. “Mas a sua casa é diferente da dos outros assentados. Por que?”, indagamos ao assentado. “Porque a minha casa é a antiga sede da fazenda. Eu cheguei ocupei fui ficando, ninguém também achou ruim aí eu fiquei.” (Informação verbal)<sup>6</sup>

Existe em frente à antiga sede da fazenda, uma garagem que serve para guardar um caminhão F-4000 do assentamento, como armazém da produção e ferramentas dos assentados

---

<sup>6</sup> Entrevista feita a um assentado do município de Pancada Grande, Setembro 2003.

e que serve ainda como o local da realização das assembléias da associação e escola.

Existe ainda uma outra escola (FIGURA 22), mais nova, construída com recursos de um convênio firmado entre a CAR e o INCRA, que possui duas salas de aula, dois banheiros, uma cozinha. Sobre a educação oferecida nesta escola iremos tratar mais adiante.

FIGURA 22 – ESCOLA DO PROJETO PANCADA GRANDE



*Foto: Janaina Leal*

Na vila existem ainda algumas barcaças (FIGURA 23) de secar cacau, uma maior e mais antiga que já pertencia à sede antiga da fazenda Nova Esperança e outras improvisadas.

FIGURA 23 - BARCAÇA DE SECAGEM DE CACAU



*Foto: Janaina Leal*



Existe também uma casa de farinha, como pode ser visto na FIGURA 24, que pertence a quatro dos assentados, que produz farinha, goma, beiju e outros derivados da mandioca que abastecem o assentamento.

FIGURA 24 - PRENSA DA CASA DE FARINHA



*Foto: Janaina Leal*

Uma outra curiosidade que percebemos também é a forma como os assentados visualizam a organização espacial da vila. Para alguns assentados, a maioria deles, o centro da vila fica na área da casa do presidente da associação, em frente ao local onde a associação se reúne. Porém para o presidente da associação o centro da vila está localizado no prédio que abriga a escola da área.

Um fato que observamos na última visita feita em setembro de 2003, é que o assentamento já é abastecido de energia elétrica. Uma conquista buscada há aproximadamente três, quatro anos finalmente chega ao assentamento.

Rapaz essa energia é problema, gerou uns 3 anos a 4 anos, aí a gente pagou um projeto pra fazer, esse projeto foi feito, a COELBA aprovou, aí rolou esse tempo viemos pro CDA, depois que viemos pro CDA, o CDA contratou uma empresa de nome MEGA. Com um ano que foi aprovado o projeto, vieram aqui com um caminhão de gente aí, umas doze pessoas, cavaram oito buracos aí, de poste, aí voltaram atrás de novo, disse que o IBAMA tinha impedido, o CRA tinha impedido, aí depois do CRA “desgramou” aí

ninguém teve mais notícia aí fui pra Salvador e lá perguntei o que faltava. Soube que faltava o prefeito da cidade de vocês liberar R\$ 18.000,00 a contrapartida, aí eu falei bem assim : então pode rasgar tudo o que vocês tem feito aí porque o prefeito não vai dar. E foi verdade mesmo. Aí eu disse é porque eu falei com ele várias vezes ele nem me deu satisfação nem disse que tava bom ou que tava ruim [...] Fui lá conversei como superintendente aí ele tá certo eu dou o apoio. Aí não fui tirar satisfação nenhuma dele, ôxe, quando eu cheguei aqui a galera já tava fincando poste. Fiz tudo, pra ligar foi outra confusão, fui lá autorizaram. (Informação verbal)<sup>7</sup>

Segundo entrevistas aos assentados, o projeto feito em 2000, custou cerca de US\$ 50.000 e eles ainda afirmam que o custo foi financiado via Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA e o INCRA.

FIGURA 25 – A CHEGADA DA ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA



*Foto: Janaina Leal*

Com o advento da chegada da energia elétrica percebemos uma mudança significativa no comportamento das pessoas que vivem nesse lugar. Sobre isto estaremos tratando também mais adiante. Além dessa mudança comportamental, podemos observar uma transformação no espaço da vila, onde atualmente nos deparamos com inúmeras antenas parabólicas, aparelhos de televisão e som, geladeiras, além dos postes de iluminação pública que existem por toda a área.

<sup>7</sup> Depoimento de um assentado do Assentamento de Pancada Grande, Setembro 2003.

FIGURA 26 – VISTA DA VILA

*Foto: Janaina Leal*

O consumo de energia elétrica é medido por contadores individuais localizados em cada residência, e a iluminação pública é dividida por todos os assentados. A média das contas de energia residencial é de R\$ 12,00. A iluminação comum inclui os postes da vila, as escolas e o galpão/garagem. As contas chegam ao assentamento através da COELBA de Itacaré que é também responsável pelo fornecimento.

O assentamento está agora se articulando na elaboração de um projeto de instalação de rede de água e esgoto, segundo os assentados, umas das maiores necessidades que o assentamento possui no momento. Atualmente a água utilizada pelo assentamento é retirada de algumas barragens feitas na área, um minadouro que fica próximo à casa de farinha e de uma bica que além de fornecer água possui uma característica social interessante como veremos mais adiante. No entanto esta água não recebe nenhum tratamento e é usada para cozinhar, beber, sendo que as únicas precauções tomadas em alguns casos, são a fervura e utilização de filtros de barro.

O único tratamento de detritos que existe é a presença de fossas em algumas casas ou ainda buracos no chão, que as pessoas costumam fazer para jogar os seus dejetos. Um outro

grave problema para o assentamento é a inexistência de uma estrutura de coleta de lixo. O lixo na área na sua maioria é queimado e existe ainda um lixão onde algumas pessoas costumam jogar o lixo, segundo depoimentos uma minoria, que nos períodos de fortes chuvas causa um mau cheiro e aumento do risco de contaminação das águas e do solo, além da propagação de doenças. A limpeza da vila, no entanto, é mantida através de cada um dos assentados que limpa a frente da sua casa, ocorrendo alguns poucos problemas as vezes com relação às crianças.

Um outro problema grave para o assentamento é o acesso. As estradas que ligam Itacaré, Marau e Ubaitaba à área não são pavimentadas, o que dificulta muito o deslocamento dos assentados, o atendimento a emergências ligadas à saúde, o escoamento da produção, principalmente em períodos de chuva, impossibilitando algumas vezes a saída ou entrada da área. Esta dificuldade de acesso nos remete à observação de um outro fenômeno interessante que é a relação que o assentamento tem com o seu entorno, com as cidades que o circundam.

### 5.3 AS RELAÇÕES NO INTERIOR DO ASSENTAMENTO E COM O SEU ENTORNO

O assentamento de Pancada Grande, oficialmente, pertence ao município de Itacaré. No entanto existem alguns aspectos que estaremos levantando a seguir, que fazem com que as relações entre a área e este município seja restrita.

Um dos principais motivos que os assentados alegam sobre a dificuldade que possuem com relação à sede de Itacaré é o acesso. Como vimos anteriormente, o assentamento está separado da sede do município pelo Rio de Contas, e por isso é necessária a utilização de barcos ou canoas para realizar a travessia. O assentamento não dispõe de barcos e segundo os assentados o trajeto é mais difícil e os custos terminam sendo maiores.

Um outro fator que pode ser observado é uma insatisfação geral demonstrada pelos

moradores do assentamento, uma vez que consideram que a prefeitura de Itacaré não lhes atende da maneira que deveria. Porém é nesta cidade que a maioria dos assentados têm a sua zona eleitoral.

As relações econômicas, principalmente, têm a sua maior incidência com o município de Ubaitaba, que dista aproximadamente 41km do assentamento. A feira em Ubaitaba acontece aos sábados e é lá que a produção é vendida. O carro do assentamento sai toda sexta-feira e sábado para Ubaitaba. Além da venda de produtos, também é lá que os assentados adquirem produtos e serviços dos quais necessitam.

Maraú também a gente vende tem dias de sexta-feira mas é pouco viu, mas o movimento mais em Ubaitaba. Porque em Ubaitaba tem tudo o que a gente precisa, né? Tem do remédio, o adubo, o veneno pra bater na roça, Maraú já não tem...Itacaré já é dispendioso, depende mais de transporte. E Ubaitaba não, em Ubaitaba o que a senhora precisa tem. (Informação verbal)<sup>8</sup>

A relação da área com o município de Maraú, além da participação na feira, existe ainda em função de que os jovens e adultos cursam da 5ª série ao 3º ano do ensino médio na sede deste município. Existe um contrato com a prefeitura municipal, onde é paga uma taxa mensal para que os assentados possam levar os alunos até a entrada do assentamento e deste ponto o ônibus da prefeitura os leva até a escola. A prefeitura também ajuda nos custos do carro nos dias de feira, para que os assentados possam escoar a sua produção na sede do município.

FIGURA 27 – A CHEGADA DA FEIRA

*Foto: Janaina Leal*

Percebemos de forma clara que Ubaitaba é o município mais importante para o Assentamento, em função de o acesso ser o mais viável, já que o assentamento dispõe apenas de uma F – 4000, e devido às condições oferecidas por este município nos sentidos econômico (escoação da produção e compra de alimentos, vestimentas, eletrodomésticos, remédio e gêneros em geral) e social (atendimento médico).

Por se tratar de um assentamento de reforma agrária, inevitavelmente existem relações com diversos órgãos públicos principalmente no que diz respeito ao fomento para o desenvolvimento de projetos de melhoria local. Em especial, podemos perceber claramente a existência de uma relação entre o assentamento e a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura – FETAG, antes mesmo da implantação do projeto de assentamento como foi demonstrado anteriormente.

### **5.3.1 Como Se Vive: As Relações Sociais Na Nova Terra**

Quando tratamos das relações entre o assentamento e o seu entorno, acreditamos ser mister o entendimento da relação legal existente entre essas pessoas e a terra onde vivem.

---

<sup>8</sup> Depoimento de um assentado do município de Pancada Grande, Setembro de 2003.

Para o INCRA existem algumas formas de definição dos assentamentos, de acordo com o grau de desenvolvimento do processo dentro dos estágios definidos por este Órgão como, por exemplo:

Pré-Projeto de Assentamento - Fase em que os imóveis já se encontram selecionados e decretados para a desapropriação, ou pré-selecionados para a aquisição pelos programas de crédito fundiário, sendo preparados sob os aspectos técnicos e jurídicos para receber as famílias classificadas como pré-assentados selecionados para projetos em elaboração;

Assentamento em Criação - Aquele cuja clientela encontra-se já selecionada pelos programas de acesso à terra, aguardando a elaboração da Relação do Beneficiário-RB, para ser assentada em imóvel já devidamente identificado, em vias de desapropriação, arrecadação ou aquisição, cujos cadastros estejam disponíveis nos bancos de dados de identificação do INCRA (SIPRA); BT (SIBT) PCPR(SICPR);

Assentamento Criado - Imóvel já sob o domínio ou posse do INCRA, na condição permissiva de ingresso das famílias selecionadas, para o processo de legitimação das mesmas, com a assinatura de respectivos contratos de assentamento;

Assentamento em Instalação - Projeto criado, cujos beneficiários encontram-se em instalação no imóvel, na fase de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA, de natureza obrigatoriamente participativa, com a concessão dos créditos de apoio à instalação;

Assentamento em Estruturação - Aquele em que se inicia a fase de implantação de infra-estrutura básica: abastecimento de água; eletrificação rural, estradas vicinais e edificação de moradias;

Assentamento em Consolidação - Aquele cujos beneficiários já se encontram instalados, com dotação de infra-estrutura básica, e acesso ao PRONAF - A, estando em fase de titulação definitiva, cujas famílias já possuem condições sócio-econômicas de migrar para as outras linhas de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF;

7. Assentamento Consolidado - Aquele que tenha mais da metade das famílias beneficiárias da concessão de título definitivo de propriedade, estando em fase de transferência de áreas ou imóveis remanescentes, ao Município ou Estado (Núcleos urbanos, etc.). (BRASIL. Portaria...2002)

Pancada Grande é um assentamento, como foi demonstrado anteriormente, criado através da desapropriação de terra. Dentre as definições citadas acima, entendemos que o assentamento encontra-se em uma fase de transição entre um **Assentamento em Estruturação** e um **Assentamento em Consolidação**. Percebemos que na citação anterior, existe todo um processo de desenvolvimento, até mesmo legal, que faz com que a identidade de um assentamento seja construída dentro de uma heterogeneidade de culturas e valores que se convergem em um único ponto em comum – o sonho de poder ser dono do seu espaço.

Porém o que sentimos é que esta relação se faz mais complexa no momento em que a concessão definitiva do título da terra se dá ao fim de um longo processo e que de alguma forma – não que tenhamos percebido isso no objeto em questão – essas pessoas sentem uma possível insegurança com relação à sua permanência definitiva na terra e ainda assim, não páram de lutar por ela.

O que faz do assentamento de Pancada Grande um interessante objeto de estudo, é o modo como pode ser possível perceber a construção e formação conjunta de uma vida em coletividade, com suas formas de organização, a distribuição dos papéis entre os atores sociais, as relações de poder e controle dentro da área, e mais do que isso, a forma como o espaço é interpretado e a relação entre os assentados e o seu pedaço de chão.

Em se tratando desta relação dos assentados com o seu espaço, um fato interessante nos chamou a atenção: os assentados já começam a dar nomes às ruas da área. Em conversas com alguns dos assentados descobrimos que a rua principal onde está localizada a sede da associação e a casa do atual líder-fundador do assentamento foi chamada de Rua Presidente Getúlio Vargas em homenagem ao ex-presidente da República. Já a rua onde está localizado o prédio da escola foi chamada de Rua das Andorinhas, devido à presença desta ave no local. A rua transversal à Rua das Andorinhas foi denominada de rua dos *Velhacos*, por ser um lugar de encontro dos homens para conversas informais. E por incrível que pareça no assentamento de Pancada Grande, existe uma favela, mas não em tom pejorativo associado à pobreza, mas sim pela localização. Em tom de brincadeira, os assentados chamam de favelas os lotes que se encontram à margem da vila e por isso estão localizados mais distantes especialmente do centro das decisões. Mas não sofrem nenhum tipo de preconceito ou diferenciação neste sentido.

Além de percebermos esta relação afetuosa que as pessoas mantêm com suas terras, percebemos ainda uma maneira singular da organização social interna destas pessoas,



representada na forma de uma Associação de Moradores da qual trataremos mais detalhadamente mais adiante. Dentro desta ótica social, podemos perceber claramente a divisão dos papéis dentro do assentamento. Quando tratamos da questão gênero, podemos observar claramente que a organização familiar dos assentados incorpora o modelo de família patriarcal na sua maioria, apesar de que é de fácil percepção – apesar dos próprios assentados não perceberem isso claramente – a forte participação feminina na tomada das decisões importantes para a área.

### **5.3.2 O Ventre Da Terra - Ser Mulher No Assentamento De Pancada Grande**

A rotina das mulheres no assentamento de Pancada Grande se inicia muito cedo. Levantam geralmente as 05:00h da manhã e já começam a cuidar das atividades domésticas de suas casas. Algumas saem com seus maridos para cuidar das roças e outras permanecem na vila cuidando dos afazeres domésticos e das crianças.

Dentre a realização das atividades domésticas, percebemos uma curiosidade que transcende a percepção dos próprios assentados, que é a relação mantida entre todos os moradores e uma bica existente na vila.

No horário entre 07:00h da manhã e o meio dia, as mulheres se “encontram” na bica para lavar roupa e as louças do dia anterior. Neste momento é claro perceber que ali é um território restrito e que os homens – até porque muitos estão na roça neste horário – não costumam freqüentar antes das 17:00h. Mais especificamente das 14:00h às 17:00h é estritamente proibida a presença dos homens na bica, uma vez que neste período as mulheres costumam se banhar. Neste momento as mulheres aproveitam para conversar, algumas mais meninas se banham e esboçam algumas brincadeiras típicas da infância enquanto ajudam suas mães, conversam ainda sobre a realidade de cada uma delas, o que pensam da vida ali no

assentamento, sobre vaidade feminina, novelas e outros programas de televisão e existem ainda momentos de silêncio onde aparentam uma espécie de reflexão acerca de algo. Depois disso, retornam às suas casas e vão cuidar do almoço das crianças e dos maridos que na sua maioria só retornam da roça quase no fim da tarde. Depois de cumpridas as tarefas domésticas, ainda lhes sobram tempo para assistir televisão, ouvir música. À noite, com os maridos em casa, as mulheres cuidam do jantar e se preparam para cumprir a rotina no dia seguinte.

FIGURA 28 – O LOCAL DO ENCONTRO – A “BICA”



*Foto: Janaina Leal*

Existem, no entanto, as mulheres que além de cumprir todas essas tarefas ainda ajudam

os seus maridos na roça e outras ainda exercem atividades laborais diferenciadas como servente da escola e outras que atuam em trabalhos sociais a exemplo da Pastoral da Criança. A elas ainda cabe a atribuição da organização das festas e das missas quando acontecem na área, na produção de farinha na casa de farinha existente no assentamento – apenas para consumo interno – e a venda da produção nas feiras das cidades circunvizinhas.

FIGURA 29 – O TRABALHO NA CASA DE FARINHA



Foto: Janaina Leal

Apesar do que foi descrito anteriormente, segundo as assentadas, o homem do assentamento trabalha mais do que a mulher, fato que percebemos aqui a necessidade de demonstrar a ótica desta afirmação.

É porque os homens eles tem que trabalhar mais porque tem a responsabilidade. E as mulheres não, no dia em que...elas não tem responsabilidade nenhuma, cê não vê mulher dizendo assim: Ah..hoje eu vou ter que trabalhar ! Os homens não...os homens tem que trabalhar, tem que ser esforçado, tem que correr atrás. [...] O sustento da casa depende deles. Eles estão na responsabilidade de manter...e as mulheres vão auxiliar...auxiliar com a coisa da casa, com a roupa, com a comida, né?(Informação verbal)<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Depoimento de um assentado do município de Pancada Grande, Setembro 2003.

FIGURA 30 – O TRABALHO DA MULHER NA HORTA

*Foto: Janaina Leal*

Notamos aí a percepção da responsabilidade como o elo norteador das atribuições dos gêneros no assentamento e percebemos a manutenção de valores familiares típicos das zonas rurais, onde a instituição machista predomina enquanto necessidade de afirmação do sexo masculino como chefe da família e responsável por ela, apesar das mulheres exercerem as mesmas atividades – algumas trabalham muito mais do que os homens – e também se perceberem enquanto coadjuvantes dos processos.

O que também nos chamou a atenção, é a forma como essas pessoas encaram a instituição do casamento e da família dentro deste contexto. Percebemos aqui que a família transcende necessidades pessoais entre os assentados e se representa como mais uma tática de sobrevivência perante a vida.

Percebemos em algumas conversas com os assentados que a maioria das famílias que vivem na área foram concebidas antes do assentamento. Em uma das entrevistas realizadas com os assentados, quando questionado sobre o que o motivou a fazer parte do movimento de ocupação das terras, um dos assentados nos mostra a concepção do modo como a família é constituída dentro deste contexto:

Rapaz, eu participei da ocupação da fazenda porque meu pai já tinha entrada

em uma área, aí eu era de lá da reforma agrária de Santa Maria, aí meu pai falava ‘rapaz isso não é muito bom não, viu. Quem há de invadir terrenos dos outros, você viu como é que deu aqui comigo, a gente saía fora corrido, quando o dono ameaçava atirar e matar a gente, e lá vai está mais pior do que aqui, aqui era mata e lá é negócio de cacau’, ele achava muito difícil a gente ganhar isso aqui né, meu irmão nunca tinha feito um acampamento assim, um assentamento, nunca tinha botado o pessoal assim pra correr. [...] aí eu perguntei ‘rapaz será que isso vai dar certo?’ [...] eu sou solteiro, pra ganhar essa terra vai dar trabalho, você também, vou não. [...] José: ‘rapaz se eu ganhar e se te interessar você ganha, depois a gente pega família, pra gente pegar família a gente tem que ter alguma coisa logo, não é chegar assim pegar uma mulher sem ter nada, fica difícil morar no terreno do pai da gente. (Informação verbal)<sup>10</sup>

O que ainda se pode observar nesta fala é que alguns dos assentados da área já são filhos de assentados, o que podemos dizer que ser assentado no Brasil é uma herança que atravessa gerações e passa de pai pra filho.

Ainda com relação às mulheres, no que diz respeito ao controle de natalidade, percebemos que o número de filhos por mulheres é elevado. A média encontrada é de oito filhos por família, número que nos reporta aos índices encontrados em locais subdesenvolvidos, sendo que existem casos de mulheres que possuem até quinze filhos. Sobre o controle da natalidade e o uso de contraceptivos, percebemos a inexistência de ações mais efetivas deste controle, tendo as mulheres na maioria das vezes que recorrer ao processo de laqueadura de trompas, mas ainda assim quando já possuem um número elevado de filhos. Na verdade não existe a utilização de outros métodos contraceptivos e a laqueadura é utilizada como uma forma de controle de natalidade quando a mulher já se vê com dez, doze filhos para cuidar.

A hospitalidade é um outro fator interessante inerente às mulheres da área – aos homens também, mas em especial às mulheres – quando da presença de visitantes ao local. Observando uma mulher assentada enquanto da nossa permanência na área – inclusive enquanto a nossa hospedagem na sua casa – notamos que toda a organização das refeições,

---

<sup>10</sup> Depoimento de um assentado do município de Pancada Grande, Setembro 2003.

providências com relação às acomodações, fica sob a sua responsabilidade. Enquanto conversávamos com seu marido e outros assentados, percebíamos que a mulher subia e descia para bica com latas e mais latas de água na cabeça, servia café, preparava o jantar, se arrumava para a assembléia da associação, e que o fazia com a maior satisfação.

FIGURA 31 – A HOSPITALIDADE NA ÁREA



*Foto: Janaina Leal*

A participação das mulheres nos atos políticos do assentamento é ativa. Elas fazem parte da associação e por isso têm poder de voto, mas na assembléia em que participamos percebemos que as intervenções feitas por elas acontecem ao final da reunião e são feitas paralelamente, entre elas, o que demonstra uma espécie de tentativa de se alcançar um consenso das mulheres.

Uma mulher que nos chamou a atenção na área, que aqui chamaremos de Maria da Pastoral, pela sua atuação em projetos de cunho social e a percepção que a mesma tem da sua realidade. Maria recebeu esse “sobrenome” em função de ter sido durante algum tempo a representante da Pastoral da Criança no assentamento, onde organizava campanhas de combate à desnutrição auxiliando às mães no preparo da multi-mistura e fazendo um acompanhamento do desenvolvimento das crianças. Devido às diversas dificuldades ela nos

relata que não realiza mais este projeto, mas que já está buscando novas alternativas de voltar a trabalhar com algo que, nos salta aos olhos, lhe proporciona tanto prazer. Além disso, é ela também que organiza as missas que acontecem dentro do assentamento, auxilia na organização das festas da escola e tem uma enorme preocupação com o desenvolvimento do lugar em que vive. Quando da nossa conversa em assembléia com os assentados acerca do turismo para área, ela nos conta um fato interessante que demonstra a sua percepção do espaço e da atividade turística dentro dele: por seu lote estar localizado próximo à cachoeira do assentamento – local de maior visitação da área – ela nos relata que uma certa vez enquanto tomava banho com suas filhas, um homem de uma área próxima veio também se banhar e percebeu a existência de pedrinhas que expostas ao sol brilhavam. Automaticamente após elogiar tais pedras, o homem pegou algumas e colocou no seu bolso, no intuito de levar como recordação. Maria nos conta que nesta hora foi tomada por uma inquietação que a fez refletir que se todo mundo que chegasse ali levasse uma pedrinha daquelas como lembrança, possivelmente em pouco tempo ela não poderia mais ver as pedrinhas que para ela e as filhas eram objeto de contemplação. Percebemos com isso que ainda de forma intuitiva, a assentada nos demonstra a consciência local de preservação dos seus recursos, muitas vezes inexistentes em diversas comunidades onde existe a prática do turismo.

O que concluímos acerca do papel da mulher na organização social do assentamento é que elas exercem uma importante função enquanto mantenedoras do funcionamento das práticas sociais da área, sendo desta forma, elementos fundamentais na manutenção e fortalecimento dos alicerces de convivência, dando mais leveza a um cotidiano tão árduo com uma forma feminina de ver a vida.

### 5.3.3 O Pulsar Da Terra – O Ser Homem No Assentamento De Pancada Grande

A rotina dos homens do assentamento também começa cedo. Eles geralmente levantam às 05:00h da manhã e seguem rumo à roça. Alguns deles possuem a companhia das esposas, outros contam com alguns filhos ou então se deslocam sozinhos para mais um dia de trabalho na terra.

Como já citamos anteriormente, percebemos que o modelo da organização social da área está baseado nos moldes da estrutura patriarcal, onde o homem ainda é o responsável pelas decisões mais importantes e pelo sustento da sua família.

FIGURA 32 – O HOMEM DA TERRA



*Foto: Janaina Leal*

O assentado de Pancada Grande na maioria das vezes é um homem moreno ou negro, de estatura mediana, com idade entre 30 e 60 anos, casado e que sempre exerceu atividades ligadas à agricultura na região sul da Bahia.

Além de proverem o sustento da casa, os homens possuem ainda a incumbência de tratar dos assuntos da organização política da área, prova disto que a Associação tem apenas homens nos cargos de direção, ou seja, de tomada de decisões.



Porém a principal tarefa do homem no assentamento é lidar com a terra. Possuem uma jornada de trabalho que varia de acordo com as necessidades da produção.

Geralmente retornam da roça entre as 16:00 e 17:00h quando acontece mais um outro fato interessante: agora é a vez do homem utilizar a bica para tomar banho. Percebemos neste horário a movimentação pela vila de homens passando com toalhas no pescoço, em uma espécie de ritual diário. Como neste horário é proibida a presença de mulheres no local, não foi possível presenciar o que acontece neste encontro dos homens de Pancada Grande, mas segundo informações recolhidas entre eles, este momento é também utilizado como um acontecimento social, onde os homens colocam os assuntos em dia e aproveitam para contar da sua rotina diária na roça e socializar alguns problemas com os companheiros. É interessante perceber esta bica dentro do contexto do assentamento, uma vez que ela se tornou um espaço social dentro das relações mantidas entre os assentados e até mesmo com quem os visita, já que é permitida a ida de visitantes no horário adequado. E mais interessante ainda é a forma como uma instituição foi criada, de forma espontânea, baseada apenas em leis de convivência pacífica.

Após um dia de jornada de trabalho, geralmente os homens do assentamento permanecem nas suas casas ou seguem para os *barezinhos* que se localizam na vila mesmo. Uma vez estando nestes bares, jogam sinuca, escutam música, conversam com os companheiros e consomem bebidas alcoólicas. Estas horas ainda são utilizadas para tratar dos assuntos de interesse coletivo, em que freqüentemente acontecem as assembléias da Associação.

Os homens também têm responsabilidades na organização dos eventos realizados no interior da área. Podemos presenciar a organização de um torneio de futebol onde os homens foram os responsáveis por todas as etapas do evento, montagem das barracas, compra dos troféus. Nas demais festas realizadas na área, como veremos mais adiante, o homem também

participa através da realização de trabalhos mais pesados como montagem de barracas, providencia os alimentos e as bebidas da festa, são os responsáveis por manter a ordem durante os eventos.

O homem assentado de Pancada Grande na sua maioria é pacato e nos transmite perseverança, luta, obstinação, amor à sua terra e dedicação ao seu pedaço de sonho, ao seu pedaço de chão.

O que podemos concluir a respeito das relações de gênero na área do assentamento, é que se trata de uma organização patriarcal que nos surpreende pela minúcia com que as instituições são incorporadas ao modo de vida das pessoas e percebemos além: percebemos um sentimento de solidariedade que transcende a barreira do gênero na busca por uma convivência pacífica na tentativa de vencer as adversidades.

#### **5.3.4 Os Filhos Da Terra – A Infância E A Adolescência No Assentamento De Pancada Grande**

Dentro das relações sociais instituídas as quais citamos anteriormente é que são criadas as crianças e os adolescentes da área.

A infância no assentamento também não é fácil. As crianças da área estudam na escola localizada na vila desde a alfabetização até a 4ª série do ensino fundamental, onde a partir daí seguem para outros destinos a fim de concluir os seus estudos. Além disso, as crianças assistem a aulas de catequese, capoeira, todas ministradas na sua maioria por jovens do próprio assentamento.

A partir de aproximadamente 12 anos o labor é introduzido na rotina dessas crianças, que passam a conciliar os estudos com a lida na roça, ajudando seu pai nos trabalhos uma vez que os assentados contam apenas com os filhos para a ajuda no trabalho na roça. Desde cedo

as crianças aprendem a lidar com a terra e a ama-la e respeita-la como um bem valioso.

As brincadeiras que podemos observar na área estão relacionadas a elementos da natureza local como animais, insetos, terra, plantas, além de brinquedos improvisados feitos de pneu, balanços presos em árvores.

FIGURA 33 - A INFÂNCIA DA TERRA



*Foto: Janaina Leal*

Percebemos que a maior parte das crianças do assentamento permanece durante todo o dia, quando não estão na escola, brincando livremente pelas ruas do assentamento e sempre em grupos.

Já a rotina dos adolescentes na área é preenchida por intervalos de tempo intercalados entre a escola e a lida na roça.

O êxodo de jovens para outros lugares é muito pequeno e os assentados recordam de apenas um ou dois casos onde jovens se deslocaram para Ubaitaba para concluir seus estudos. As relações pessoais de namoro, amizade acontecem dentro do próprio assentamento onde já existem duas novas famílias formadas na própria área desde a sua ocupação. Uma está instalada na beira do rio, na parte de baixo do assentamento tomando a vila como referência e

a outra vive na casa dos pais da menina.

Os jovens, em especial os homens, também se envolvem nas decisões políticas da área e alguns já fazem parte da direção da Associação. As mulheres seguem a rotina das mães basicamente cumprindo as atividades domésticas e a realização dos seus estudos.

A rotina dos jovens e crianças acompanha a dos seus pais, uma vez que levantam cedo e quando não freqüentam a escola durante o dia realizam trabalhos na roça ou na própria vila e a sua maioria estuda a noite. Os jovens costumam se reunir nas portas das casas ou ainda nos bares existentes na vila, onde jogam sinuca, damas, baralhos, dominó e escutam música. Participam também de forma intensa dos eventos realizados na área.

Um fator que faz do assentamento de Pancada Grande um objeto de estudo bastante envolvente é a forma como as relações acontecem de forma leve, silenciosa e pacífica. Atribuímos isso ao fato de que talvez por terem ocupado, conquistado as terras através de muita luta, o valor que lhe é destinado transcende as relações biológicas do homem à terra e cria uma série de relações psicossociais de pertencerem àquele lugar, apesar de não haver nascido ali. Procuram fazer do local em que vivem uma representação da heterogeneidade dos seus hábitos e ainda assim mostrar que quando há um fator que move pessoas a um objetivo comum – o de produzir e manter uma vida decente para sua família sendo dono da sua terra – as coisas são menos complicadas, os espaços do outro são mais respeitados e a convivência é pacífica.

### **5.3.5 A Saúde Da Terra – A Manutenção Da Vida No Assentamento De Pancada Grande**

A saúde do assentamento é atualmente um dos fatores mais preocupantes para os moradores da área. Devido à dificuldade de deslocamento para a sede do município ao qual pertencem, Itacaré, os atendimentos de emergência ainda se tornam um acontecimento pelo

qual os assentados aspiram não ter que passar. O atendimento médico-hospitalar é realizado em Itacaré, de forma precária e segundo os assentados os horários de atendimento e de distribuição de senhas geralmente impossibilitam o acesso. Mais uma vez, os assentados recorrem à Maraú, nos casos mais urgentes, ou à Ubaitaba onde consideram ter o melhor atendimento médico da região.

Os assentados sentem uma necessidade de um posto de saúde na área do assentamento, por consideraram que já existe um número significativo de pessoas, 49 famílias, que vivem no assentamento e também por demonstrarem a inexistência de um atendimento adequado por parte da Prefeitura Municipal de Itacaré.

As maiores incidências levantadas na área estão relacionadas a doenças como diabetes, hipertensão principalmente dos adultos e verminoses e problemas de pele mais comuns em crianças e jovens.

Não existe ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis, mas isso também pode estar relacionado ao fato de que as pessoas só procuram atendimento médico em casos extremos. Ainda assim existem campanhas internas realizadas pelos professores da escola de prevenção e uso de preservativos.

A taxa de mortalidade infantil é pequena, onde em seis anos de existência do assentamento morreram apenas duas crianças nascidas e houve o registro de um natimorto, este em função da mãe ter entrado em trabalho de parto e não ter conseguido chegar a tempo em um hospital. Os outros dois óbitos aconteceram em crianças de uma mesma família. A causa da morte não foi identificada pelos assentados que apenas dizem que a criança apresentou inchaço e veio a falecer e a outra morreu enquanto dormia. Ambas tinham idade inferior a 1 ano de vida.

As campanhas de vacinação, segundo os assentados, raramente chegam até a área e não existe o relato de visitas de agentes de saúde municipais.

As mulheres não possuem um acompanhamento pré-natal o que fica a cargo de cada uma delas realizarem exames, na sua maioria em Ubaitaba. Percebemos que muitas engravidam e não fazem este acompanhamento durante a gravidez.

Não percebemos a presença de muitos idosos na área, tendo a sua população maior formada por jovens e crianças, o que reforça a necessidade de um posto de atendimento na área, posto este que os assentados já começam a se articular para consegui-lo.

Não é possível dentro das nossas limitações de formação, um julgamento no que diz respeito à subnutrição de crianças, mas aparentemente de forma geral elas não se desenvolvem muito e pela própria alimentação local podemos perceber a ausência de alguns nutrientes essenciais para o crescimento. Mas também não percebemos crianças doentes, são bastante ativas e felizes. É necessário um maior aprofundamento nestes aspectos de desnutrição e análise das *causas mortis* das duas outras crianças por equipes especializadas para que se possa traçar um diagnóstico e começar a montar um histórico de doenças do assentamento. Mais um motivo da necessidade de se ter um posto médico no local.

Um outro fator que nos chamou a atenção é com relação ao tratamento odontológico dos assentados. Percebemos que existem muitas pessoas com problemas dentários, na sua maioria relacionados à falta de informação de hábitos básicos de higiene bucal. Percebemos inclusive que crianças bem pequenas na faixa de 4 a 6 anos já possuem os seus dentes de leite comprometidos, podendo causar problemas na sua dentição definitiva futuramente. O tratamento odontológico também é realizado em Ubaitaba, mas com uma frequência mínima.

### **5.3.6 Os saberes da terra – a educação no Assentamento de Pancada Grande**

O assentamento dispõe de uma escola que está localizada dentro da vila e foi construída através de recursos de um convênio entre o INCRA e a CAR. O prédio da escola

possui amplas salas de aulas, quatro banheiros além de uma copa. Além deste prédio, o assentamento ainda dispõe de duas outras salas em uma das construções da antiga sede da fazenda, também utilizadas para as reuniões da associação.

O ensino oferecido no assentamento vai desde a alfabetização de adultos e crianças, até a quarta série do ensino fundamental.

FIGURA 34 – SALAS DE AULA DO PROJETO PANCADA GRANDE



*Foto: Janaina Leal*

Existem atualmente na área três professores que trabalham na escola, que são contratados pela prefeitura de Itacaré. Nenhum dos três professores são assentados da área, vivem em um assentamento vizinho o de Santa Maria, que inclusive mantém uma relação importante com Pancada Grande.

Esses professores ainda estudam e dos três, apenas um conclui o curso de magistério ainda neste ano de 2003.

Além dos professores, a prefeitura de Itacaré é responsável por fornecer a merenda escolar para os alunos, apesar de que os assentados relatam atrasos e às vezes até a não entrega da merenda que vem de barco de Itacaré e o caminhão do assentamento leva da beira do rio até a vila.

Depois de concluída a 4ª série, os alunos passam a dar continuidade aos seus estudos

na sede do município de Maraú, onde a prefeitura assinou um contrato com o assentamento fornecendo o combustível para que o carro da associação leve os alunos até a entrada do assentamento, na estrada que liga Ubaitaba a Maraú, e a partir deste ponto o ônibus da prefeitura os desloca até a escola.

Além da educação formal, são realizados na área diversos cursos profissionalizantes como de guia de turismo local, guia de turismo rural, encanador, pedreiro, cursos ligados à área de agricultura, na sua maioria desenvolvidos por intermédio da FETAG. Estes cursos geralmente são encaminhados de acordo com a demanda dos assentados e com as necessidades observadas na área.

Os professores que atuam na área possuem uma interessante metodologia de ensino, em que se aproveitam da realidade das crianças, associando o conteúdo à esta realidade e se utilizando dos recursos existentes na área estreitando desta forma a educação formal com o modo de vida. Um exemplo pode ser percebido nos trabalhos realizados pelas crianças onde observamos desenhos da cachoeira do assentamento, além de registros de aulas realizadas em campo.

Percebemos que é clara dentro das perspectivas de melhoria de qualidade de vida vislumbrada pelos assentados, a relação entre a educação e o progresso. Não nos referimos aqui apenas à educação formal que se restringe à reprodução de teorias e socialização de conteúdos, mas também ao aprendizado diário de como vencer as adversidades e como deixar de ser vítima de um sistema para ser parte fundamental e produtiva dele. Pelo menos para nós, o maior aprendizado adquirido com este trabalho, não se mensura em páginas de livros, mas sim em uma história real, com personagens reais, e saberes que transcendem os muros da academia.



### 5.3.7 Os Hábitos Da Terra – O Que Se Come, Se Ouve, Se Vê E Se Vive

No que diz respeito aos hábitos dos assentados, assim como as suas vidas, são simples e alguns ainda em formação. Com a especificidade da formação social deste grupo, percebemos a incorporação de novos hábitos, a manutenção de alguns antigos e o desaparecimento de outros trazidos por cada indivíduo do assentamento, em função da adaptação à nova vida.

No que se refere aos hábitos alimentares, percebemos que os assentados possuem refeições típicas da zona rural da Bahia, que consiste na utilização de grãos (feijão, arroz), macarrão, carne seca – só agora depois da chegada da energia elétrica percebe-se um maior consumo de frango, uma vez que antes a sua conservação era complicada – verduras e frutas (na sua maioria produzidas no local e outras adquiridas em feiras da região), derivados da mandioca (como farinha, beiju, puba, biscoitos de goma).

FIGURA 35 - O QUE SE COME



Foto: Janaina Leal

Já com relação ao que se bebe, percebemos um grande consumo de bebida alcoólica em especial destiladas (cachaça, conhaque) e cerveja.

Percebemos uma mudança no comportamento e nos hábitos dos assentados nos diferentes momentos de convivência entre eles, mais expressiva após a chegada da energia

elétrica. É interessante porque podemos perceber desde a mudança estrutural (as antenas parabólicas já fazem parte do cenário do assentamento) até dos hábitos propriamente ditos.

FIGURA 36 – NOVA VISTA DA VILA: O ANTES E O DEPOIS DA CHEGADA DA ENERGIA ELÉTRICA



2000



2003

*Foto: Janaina Leal*

Na visita realizada no ano de 2000, percebemos que os assentados tinham um

comportamento mais reservado e percebíamos uma espécie de adaptação às novas formas de organização social do grupo. Já no ano de 2001, quando estivemos realizando o curso de capacitação para guia de turismo local, percebemos que já existia uma maior interação entre os assentados e percebemos ainda que eles já se sentiam mais identificados com a terra e entre eles. Porém quando da realização dessas duas visitas percebemos que os hábitos desses assentados eram bastante simples e se resumiam a acordar cedo, ir trabalhar, voltar do trabalho e às 21:30h aproximadamente todos se recolhiam e não se ouvia nenhum ruído que demonstrasse a presença de pessoas nas ruas da vila. Porém a realidade encontrada na nossa última estada no assentamento em setembro do presente ano (2003) nos surpreendeu profundamente. Inclusive acreditamos ser interessante a realização de um estudo mais aprofundado com relação à mudança que a energia elétrica promove no cotidiano de algumas comunidades. O que encontramos foram pessoas muito mais desinibidas, falantes, felizes e que as relações sociais agora incorporam hábitos assistidos em telenovelas, observamos mudanças no vocabulário, no jeito de se vestirem. As pessoas continuam acordando cedo e indo pra lida, mas as noites não são tão longas e não mais destinadas exclusivamente ao sono. Percebemos movimento nos barezinhos da vila até aproximadamente 02:00h da madrugada (em um sábado) com músicas tocando e as pessoas dançando e conversando.

Percebemos ainda a utilização de refrigeradores (apesar de nem todos possuírem ainda) o consumo de água gelada, alimentos que antes não se utilizavam devido à sua difícil conservação. Os aparelhos eletrônicos mais comuns nas residências do assentamento são o televisor e o aparelho de som.

Uma outra percepção, conforme já colocamos anteriormente, está relacionada ao consumo de bebidas alcoólicas que observamos um sensível aumento após a chegada da energia na área. Atribuímos a isso algumas causas: a criação de bares que facilitam os encontros e reuniões informais; o aumento da oferta de bebidas geladas; a disponibilidade de

iluminação para prática de atividades noturnas e a influência dos meios de comunicação, sobretudo da mídia televisiva ao consumo de bebidas alcoólicas.

FIGURA 37 – O LAZER DOS ASSENTADOS DA ÁREA



Foto: Janaina Leal

As músicas ouvidas pelos assentados na maioria das vezes são as músicas mais populares veiculadas nas rádios locais. Os estilos mais comuns são forró, *axé music*, pagode e músicas sertanejas.

A vida no assentamento de Pancada Grande não é só trabalho. A chegada da energia elétrica na área trouxe também um leque de opções de divertimento para os assentados, como shows de artistas das cidades vizinhas (havia acontecido um show no dia anterior à nossa chegada de um cantor de Ubaitaba), além das festas organizadas dentro da vila. As festas ainda começam a se firmar como uma tradição na área. Percebemos um maior destaque para a celebração do dia das mães, dos pais (realizada pela escola), do São João e do que podemos considerar a primeira festa tradicional da área que é a comemoração da chegada da energia elétrica, celebrada pela primeira vez neste ano de 2003, e que segundo os assentados será mantida todos os anos, no dia de São Pedro, 29 de junho dando continuidade às festas juninas.

Os jogos e esportes também fazem parte dos hábitos do assentamento. Andando pela vila, freqüentemente nos deparamos com jovens e adultos reunidos em volta de um tabuleiro, onde se joga dama, dominó.

FIGURA 38 – OS JOGOS DA ÁREA



*Foto: Janaina Leal*

O esporte mais popular da área é o futebol, tendo a área dois campos para a sua realização. Durante a nossa última visita, estava sendo organizado e patrocinado pela associação, um torneio de futebol que teria a presença de times de diversos locais circunvizinhos. Percebemos o futebol neste caso como sendo um importante elo social, uma vez que há toda uma organização e preparativos desde a compra dos troféus, a limpeza do campo, montagem de barracas para venda de bebidas e comidas. O próprio presidente da associação se encarregou de buscar os times. Os juízes são trazidos por cada time e há um revezamento entre eles de forma que a arbitragem seja a mais idônea possível. O presidente do assentamento nos relata que para a associação, este tipo de evento faz com que além do divertimento, as pessoas passem a conhecer a área e se que crie relações amigáveis com a vizinhança.

FIGURA 39 – O CAMPO DE FUTEBOL

*Foto: Janaina Leal*

Os programas de televisão mais assistidos no assentamento são novelas, telejornais e programas de auditório. No rádio – aqui vale chamar a atenção pela manutenção de um hábito do rádio de pilha – os assentados costumam ouvir diariamente o programa “A voz do Brasil” que os mantêm informados dos acontecimentos políticos do país. Vale lembrar que foi através desse programa que essas pessoas ficaram sabendo da desapropriação das terras nas quais vivem atualmente.

As formas de comunicação utilizadas pelo assentamento na verdade estão um pouco restritas aos contornos dos aparelhos de rádio e televisão. O correio não chega até a área e toda correspondência destinada ao assentamento é enviada para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais localizado na sede de Itacaré. O assentamento ainda não dispõe de serviços de telefonia fixo e a cobertura das companhias de telefonia celular não atingem a área.

Uma outra forma de comunicação que observamos no assentamento, é a visita de mascates. Os mascates são homens que percorrem longas distâncias levando consigo um carro cheio de utensílios, principalmente domésticos, com o intuito de comercializar seus produtos em áreas de difícil acesso. Mas, além dessa relação comercial existe uma relação de

comunicação, onde este indivíduo transporta juntamente com seus produtos, informações dos locais por onde passou, a situação das estradas, os acontecimentos importantes, criando uma relação interessante de ser estudada, uma vez que a figura do mascate ainda resiste aos avanços tecnológicos da atualidade.

O que podemos perceber com relação às manifestações religiosas do assentamento de Pancada Grande, é que como em todos os demais aspectos da organização social do grupo, não existe uma homogeneidade quando o assunto é religião.

FIGURA 40 - O CARRO DO MASCATE



*Foto: Janaina Leal*

As representações religiosas mais comuns observadas na área têm relação às práticas da Igreja Católica, uma vez que a única manifestação que acontece é a celebração de missas feitas por padres das cidades vizinhas.

Os assentados marcam o dia – geralmente aos domingos – e o padre vem da sede de Itacaré ou Marau para celebrar missas e realizar batizados. Os casamentos, no entanto, não são celebrados na área, tendo os assentados que se deslocarem para as sedes mais próximas quando da oficialização da união.

As missas são organizadas em sua maioria pelas mulheres, e percebemos uma articulação com o assentamento de Santa Maria em Marau, revezando o local de realização

das missas entre essas duas áreas. Geralmente ela acontece aos domingos, e com frequência de quinze a quinze dias. Não existem rezadeiras, apesar de que os assentados possuem uma relação medicinal com plantas da região, na feitura de infusões, chás e remédios caseiros.

Quando da nossa visita à área em 2001 percebemos uma presença de adeptos de outras religiões, a exemplo da Igreja Evangélica. Neste momento havia diversos adeptos e a possibilidade da construção de uma sede desta Igreja na área. Porém nos dias atuais não observamos mais, tão claramente, a presença de pessoas seguidoras desta igreja – apesar de ainda existir e seus adeptos freqüentarem os cultos nas igrejas de Itacaré, principalmente aos domingos – e o prédio também não foi erguido, assim como não existe nenhum imóvel destinado à práticas religiosas na área.

Percebemos uma organização de um caruru no dia de São Cosme – 27 de setembro – mas quando questionados o assentados nos informaram que se tratava de uma festa em uma propriedade vizinha.

A fé no assentamento de Pancada Grande se representa através de algumas instituições religiosas, mas percebemos que devido às suas convicções políticas e sociais, essas pessoas perceberem que os seus Deuses, independente de qual sejam seguidores, habitam em cada um deles e estiveram presentes em cada luta, cada ocupação, cada despejo e nas dificuldades enfrentadas atualmente, se fazem presente na conquista de cada amanhecer.

Um outro fator curioso são alguns *causos* que escutamos no assentamento, como por exemplo, a estória da mulher que tem dois corações, relatos de burros engolidos por cobras, dentre outras curiosas que são contadas pelos assentados de forma bastante descontraída.

Como já expomos anteriormente, em se tratando de hábitos de um assentamento de reforma agrária, se faz mister uma observação mais criteriosa dos fatos, por se tratar de um espaço em formação, em todos os sentidos, e da convergência de uma heterogeneidade na busca de uma identidade singular.



#### 5.4 O REGULAMENTO DA TERRA - RELAÇÕES POLÍTICAS E DE PODER NO ASSENTAMENTO DE PANCADA GRANDE

Dentro da perspectiva da (re) criação de um espaço social, percebemos que a organização interna do assentamento possui uma forma bastante peculiar de regulação. Os assentados de Pancada Grande estão organizados em uma Associação de Moradores, composta por todos os membros do grupo, e que podemos aqui afirmar, exerce a função do Estado dentro do grupo social.

Percebemos que a Associação é a representação do poder local, uma vez que exerce funções de regulação, organização, e algumas vezes até mesmo de polícia dentro da área. Todas as decisões importantes que dizem respeito à coletividade são socializadas com todos os membros do assentamento através de assembléias.

Entendemos a Associação como o Estado dentro do Estado, uma vez que percebemos uma certa autonomia na organização interna, autonomia esta relacionada apenas às práticas sociais internas que, no entanto, não ultrapassa os limites legais do Estado.

Podemos, em nível de comparação, considerar o sistema político do assentamento como uma democracia direta, uma vez que todas as decisões são tomadas por meio de votos abertos, onde a decisão final é a decidida pela maioria. Neste caso, consideramos a maioria o Estado.

A Associação é composta por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, um secretário e um fiscal. O que nos chama a atenção, é o fato de que todos os assentados de uma certa forma possuem uma relação de respeito com a Associação, que possui o poder de decisão na área.

FIGURA 41 – OS PODERES (ASSEMBLÉIA DA ASSOCIAÇÃO)

*Foto: Janaina Leal*

A Associação é mantida pelos próprios moradores que pagam uma taxa mensal de R\$3,00 (três reais) destinados à manutenção do caminhão, que pertence à Associação, e para custear as viagens do presidente quando da representação dos moradores na resolução dos problemas coletivos do assentamento, tendo este (o presidente) que prestar contas ao tesoureiro no regresso.

A Associação possui ainda o poder coercitivo, uma vez que pode punir um indivíduo por falha na sua conduta, ou até mesmo por não se adequar às instituições da área, com a expulsão do assentamento e ainda pode ser impossibilitado de participar de qualquer outro

projeto de assentamento ou benefício federal.

Tivemos a oportunidade de participar de algumas assembléias da Associação e é impressionante perceber a seriedade com que essas pessoas tratam dos acontecimentos do seu cotidiano, de forma a sempre alcançar a melhoria das relações de convivência e da situação do assentamento como um todo.

As brigas e desentendimentos entre os membros do assentamento são raros, mas quando acontecem as partes vão à Associação e é convocada uma assembléia, onde são expostas as versões de ambas as partes e a partir disso são tomadas as providências de conciliação, tendo a Associação o papel de uma espécie de juiz de paz dentro da área.

A associação possui um estatuto onde estão determinadas as leis de condutas dos assentados dentro do espaço social em que vivem e explicitados os direitos e deveres de cada indivíduo dentro da área. Um exemplo que podemos dar que consta no estatuto, é a proibição da venda da terra sob qualquer hipótese. Se um assentado resolve desistir do assentamento, seu lote é doado a outro indivíduo escolhido pela Associação.

Dentro das relações sociais um fato curioso nos chamou a atenção: a relação que os assentados mantêm com um caminhão velho F-4000, propriedade da Associação de Moradores. Percebemos que o caminhão é o elo de ligação entre o assentamento e o resto do mundo que o cerca. O caminhão possui a função de escoar a produção que é levada para ser vendida nas feiras das cidades circunvizinhas, serve como meio de transporte para jovens e adultos poderem freqüentar a escola em Maraú, serve como ambulância para o deslocamento dos casos de emergência, além de ser o responsável pela comunicação do assentamento com outras pessoas, como foi possível observar que os participantes do torneio de futebol foram trazidos ao assentamento pelo caminhão.

Como descrevemos anteriormente, no assentamento possuem áreas individuais e coletivas. A organização do trabalho nas áreas coletivas também é feita pela Associação, que

instituiu o sistema de mutirão e rodízio entre os assentados para a lida das áreas coletivas. Toda a receita gerada pela venda da produção coletiva é destinada à manutenção do caminhão e dos outros custos da Associação.

FIGURA 42 – O CAMINHÃO



*Foto: Janaina Leal*

Com esta receita, a Associação ainda presta um serviço de empréstimo de capital aos seus membros, sem cobrança de juros, tendo como base da relação a confiança no assentado. Caso este assentado atrase o pagamento, durante a assembléia é divulgada a quantia devida e dado mais um prazo para o pagamento da dívida. Uma vez não cumprido este prazo, o indivíduo tem cerceado o seu direito a outros empréstimos, não há punição para estes casos, uma vez que na maioria das vezes o pagamento é efetuado.

As relações de trabalho dentro do assentamento acontecem baseadas na cooperação, onde não existe a venda de mão-de-obra de um assentado a outro. Cada um cuida do seu lote, revezam nos cuidados com a área coletiva e quando algum assentado necessita de auxílio um outro companheiro vem ao seu auxílio solidariamente.

É dentro desta fascinante forma de organização que estão calcadas as relações de poder dentro do assentamento. Tais relações nos fazem mais uma vez ressaltar a singularidade de

um espaço aqui denominado especial, onde diferentes tipos de culturas se unem através das adversidades, e ainda que de forma simples, nos prova que é possível uma convivência social harmônica, respeitando os direitos dos semelhantes e fazendo das relações sociais do cotidiano uma experiência de crescimento e superação de limites.

#### 5.5 O CIO DA TERRA – AS PRÁTICAS ECONÔMICAS E DE PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO DE PANCADA GRANDE

No que tange às práticas econômicas do assentamento de Pancada Grande podemos considerar que a base da economia local é a agricultura. Atualmente, segundo o depoimento dos assentados, o que sustenta o assentamento é o cultivo e venda de banana-da-terra e do cacau.

Um dos primeiros créditos recebidos pelo assentamento foi para o plantio de coco. Neste aspecto observamos mais um equívoco dos órgãos de fomento uma vez que o pagamento do recurso ao banco já teve início – três anos depois do empréstimo – sendo que a previsão para que o coco comece a produzir de forma satisfatória é de cinco anos após o plantio. Diante disso os trabalhadores rurais tiveram de procurar outras culturas para que pudessem se sustentar e ainda pagar a dívida ao banco. As soluções mais viáveis encontradas foram o plantio de mandioca e banana-da-terra.

Todo o escoamento da produção é feito nas feiras de Marau e principalmente em Ubaitaba.

Os assentados utilizam adubo dos tipos A e B (cloreto de potássio, uréia) e admitem usar veneno para controle da ação de formigas, cupins e outras pragas, mas acreditam que adubam menos a terra do que ela necessita por falta de recursos. Percebemos que a utilização de venenos e agrotóxicos segue uma sistemática intuitiva na sua aplicação, apesar de que não

foram constatados ainda acidentes graves durante a sua manipulação.

Os instrumentos de trabalho utilizados na produção são bastante rudimentares como a enxada, o facão, cavador, visco (uma espécie de pau com um arame amarrado), machado. Alguns poucos assentados dispõem de animais para ajudar no deslocamento da produção da roça até a vila onde é guardada até o momento de ser levada para a feira. Esses animais geralmente são jumentos.

FIGURA 43 - OS MEIOS DE PRODUÇÃO



*Foto: Janaina Leal*

Com relação ao comércio do assentamento, vimos anteriormente que a maioria das relações comerciais são mantidas com a cidade de Ubaitaba. Porém percebemos a existência de três bares na área do assentamento que fornecem bebidas alcoólicas, refrigerantes, água e alguns alimentos. A Associação não restringe a implantação de pontos comerciais como padarias, supermercados, caso o assentado deseje instalá-los em suas casas. Sentimos que com o advento da energia elétrica algumas possibilidades começam a surgir neste sentido por parte de alguns assentados, em desenvolverem negócios próprios dentro da área do assentamento.

Uma outra tendência que sentimos dentro da área após a chegada da energia elétrica, é

a vontade de alguns assentados no desenvolvimento de uma agroindústria. Alguns assentados acreditam que seria importante para a economia local o processamento de alguns produtos a exemplo da banana. Eles vislumbram a possibilidade de produzirem doces e aproveitarem melhor a produção da área. A casa de farinha também poderia ser melhor aproveitada uma vez que é bastante rudimentar, tendo o seu processo que ser feito todo ele manual, e poderia produzir farinha para exportar uma vez que por enquanto satisfaz apenas o consumo interno. Acreditam também que com uma agroindústria poderiam aproveitar ao máximo o coco quando este começasse a produzir satisfatoriamente.

A economia local é toda ela baseada em práticas agrícolas bastante limitadas, onde percebemos que os assentados trabalham de forma bastante rudimentar desde os utensílios que dispõem até as formas de lidar com a terra. Sentimos ainda que falta ao assentamento um apoio técnico mais efetivo para que sejam minimizados erros elementares que muitas vezes comprometem o suor e trabalho despendido por essas pessoas à sua terra.

## 5.6 TERRA À VISTA – O TURISMO DO ASSENTAMENTO DE PANCADA GRANDE

Falar da atividade turística no assentamento de Pancada Grande é no mínimo uma tarefa complicada.

Acreditamos na possibilidade do seu desenvolvimento, uma vez que como vimos anteriormente o fascínio desta área certamente atrairia uma quantidade de pessoas razoável se fossem utilizadas as modernas ferramentas de *marketing* e promoção que existem hoje no mercado. Porém acreditamos ser mister aqui o seguinte questionamento: turismo para quem?

Como vimos anteriormente, a atividade turística ainda é vista dentro de uma concepção equivocada de desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico, sem que para isso existam certos cuidados e reflexões sobre os seus impactos em determinadas áreas e até

mesmo regiões.

Se formos pensar sob a ótica apenas do lucro financeiro, o turismo no assentamento de Pancada Grande já gera receita. No entanto os assentados não são beneficiados como deveriam por este processo. Na sede do município de Itacaré, existem diversas agências de ecoturismo que realizam passeios “exóticos” por toda a região de Itacaré e Maraú. Uma dessas agências resolveu assinar um contrato com os assentados, onde são repassados R\$3,00 (três reais) de cada pessoa que levam para o assentamento. Fomos procurar essa agência como turistas e o valor cobrado para um passeio de quadriciclo (meio de transporte semelhante a uma moto de quatro rodas) que inclui visitas à cachoeiras, trilhas ecológicas e acesso a praias mais distantes é de R\$180,00 (cento e oitenta reais) por pessoa. Então podemos perceber a discrepância que existe entre o valor cobrado e o que é repassado aos assentados, valor este acordado informalmente, onde nem sempre há um controle da visitação da área.

Como é o objetivo fim deste trabalho, tentaremos agora com base em tudo o que foi levantado até agora, delinear as limitações e as possibilidades do desenvolvimento de práticas turísticas na área do assentamento.

Como podemos perceber neste mesmo capítulo, o assentamento de Pancada Grande possui uma forma de organização das suas relações sociais bastante peculiar, que nos reporta à idéia de ser uma área em formação. Por esta razão, percebemos limitações com relação à prática de atividades turísticas, que vão desde aspectos estruturais à aspectos de cunho social.

A infra-estrutura básica do assentamento ainda é bastante precária, uma vez que o acesso é complicado devido à má conservação das estradas e o assentamento ainda não dispõe sequer de saneamento básico (água potável e tratamento de esgoto). Infra-estrutura de apoio turístico não existe na área, uma vez que não encontramos alojamentos ou qualquer outra forma de equipamento destinado ao atendimento do turista.

A visitação do assentamento vem seguindo modelos que já demonstraram ser



ineficientes e estanques, como o da exploração dos recursos naturais isoladamente sem que haja uma interação com a comunidade autóctone, uma vez que neste caso específico, os turistas chegam à área muitas vezes até desconhecendo que ali seja um projeto de assentamento. Não existe qualquer interação entre visitantes e assentados. Atribuímos essa situação ao fato de que talvez haja uma falta de entendimento dos próprios assentados e de quem realiza os passeios turísticos sobre a dimensão das relações proporcionadas pela atividade turística aos atores nela envolvidos.

Percebemos ainda que o turismo atualmente não é a prioridade para os assentados. Como vimos anteriormente à base produtiva da área ainda a agricultura, fato este que de certa forma nos conforta, pois talvez possamos ter aqui uma relação positiva entre as atividades econômicas, no sentido de complementação e não substituição. Falamos isso, pois temos percebido que diversas áreas que resolvem abrir mão de uma atividade estabelecida em detrimento do turismo, não têm alcançado o devido êxito. Podemos dar como exemplo a Vila de Sauípe, localizada no litoral norte de Bahia, onde a instalação de um grande complexo hoteleiro fez com que muitas pessoas que viviam da pesca e da agricultura, vislumbrassem no turismo a oportunidade de melhoria de vida, quando na verdade o que observamos é a ruptura nas bases culturais e econômicas, tendo que haver uma intervenção no intuito de se tentar manter algumas tradições que estavam se perdendo dentro desta percepção equivocada de enriquecimento rápido inerente ao turismo.

Precisamos considerar que para a consolidação do assentamento é importante que haja o entendimento por parte dos assentados de que o turismo não pode ser visto desta forma limitada, uma vez que nesta região a atividade turística sofre os efeitos sazonais que fazem dela uma atividade instável. Há de se ter o entendimento ainda de que o turismo não se resume à vista à cachoeira da área, e que se algum dia eles quiserem ser gestores da atividade deverão ter o conhecimento do seu funcionamento, da sua complexidade e dos graves

impactos que pode causar à área. Porém existem várias possibilidades para o desenvolvimento de práticas turísticas em Pancada Grande. Ressaltamos apenas que para que qualquer uma delas seja bem sucedida é necessário desvincular turismo da idéia meramente econômica do processo.

Para a realização da atividade na área, acreditamos ser mister em primeiro lugar a vontade por parte dos assentados. Percebemos que existe uma motivação, mas ainda muito superficial, que acreditamos ter sido incentivada por meio dos órgãos de fomento através de cursos dentro desta atividade. Não é uma necessidade para os assentados, ao menos não percebemos assim. A visão que possuem da atividade é a do senso comum: que podem ganhar dinheiro usando a cachoeira como atrativo para a exploração turística. No entanto não conseguem ainda perceber que possuem atrativos muitos mais valiosos que e poderiam ser usados como, por exemplo, as suas próprias histórias de vida, sua forma peculiar de organização no espaço, seus modos de produção, agregando valores aos atrativos naturais que já se encontram na área.

Como tratamos anteriormente, as tendências do turismo atual estão ligadas a um turismo mais social, de entendimento da realidade visitada e não mais apenas contemplativo. Os turistas procuram interagir com as comunidades que visitam e certamente esta modalidade de turista é mais interessante para qualquer localidade pelo fato de que nutre um sentimento de troca com essas comunidades e não só de consumo como pode ser visto no turismo de massa.

FIGURA 44 – RELAÇÕES DE TROCA ENTRE OS VISITANTES E OS ASSENTADOS –  
TECNOLOGIA



*Foto: Janaina Leal*

Temos exemplos de assentamentos que desenvolvem a atividade turística no sul do país e são bem sucedidos, a saber:

#### **5.6.1 Assentamento 30 de Maio**

Localiza-se no município de Charqueadas, 56 km de Porto Alegre. Programa de um dia de visita incluindo recepção com roda de chimarrão; palestra e acompanhamento de pessoal especializado nas unidades de produção (lavoura, animais, leite, piscicultura, apicultura, etc) e agrovila; almoço e lanche. Programação diária. Assentamento fundado em janeiro de 1991 é constituído por 44 famílias de agricultores originários da região do Alto Uruguai e 02 famílias da região das Missões, e que ocupam uma área de 850 hectares. A Cooperativa de Produção Agropecuária de Charqueadas (COPAC) é composta por 28 destas famílias. Pela sua importância histórica e excelência da produção, este assentamento chega a receber uma média de 300 visitantes/mês.

### **5.6.2 Assentamento Lagoa do Junco**

Localizado no município de Tapes, 114 km de Porto Alegre. Programa de um dia de visita incluindo recepção com roda de chimarrão; palestra e acompanhamento de pessoal especializado nas unidades de produção (lavoura, animais, leite, etc) e agrovila; roda de chimarrão e almoço; visita à Lagoa dos Patos. Programação diária. Assentados desde 1995, 35 famílias de agricultores ocupam uma área de 1.225 hectares. Estas famílias, na sua maioria oriunda da região norte do Rio Grande do Sul, permaneceram quase quatro anos acampadas antes de serem assentadas na área. A Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes (COOPAT) é constituída por 19 destas famílias que optaram pelo regime de trabalho coletivo. Este assentamento recebeu o Troféu Canudos do MST em 1999, prêmio este concedido pela atuação na área da cooperação e desenvolvimento, além de ter sido o palco da abertura oficial da colheita de arroz, safra 1999/2000 por parte do Governo do Estado.

### **5.6.3 Assentamento Integração Gaúcha**

Localiza-se no município de Eldorado do Sul, 30 km de Porto Alegre. O passeio tem duração de um dia, com almoço incluído e recepção com roda de chimarrão ou café, e palestra. O Assentamento possui 74 famílias assentadas em área que pertencia ao IRGA, Instituto Riograndense do Arroz, em Eldorado do Sul, Região Metropolitana de Porto Alegre. Parte das famílias estão organizadas na Cooperativa de Produção Agropecuária, COOPAEL, que desenvolve diversas atividades de horticultura ecológica produção de ovos caipiras ecológicos, gado de corte e de leite. A comercialização da produção é realizada em feiras ecológicas de venda direta ao consumidor. Além da Cooperativa, o Assentamento conta com outras formas de organização: Associações Grupos de Famílias, bem como um Grupo de

Mulheres que produz pães, cucas e bolachas integrais.

#### **5.6.4 Fazenda Anoni**

Região do Planalto Médio do Estado do Rio Grande do Sul, 350 km de Porto Alegre. Em uma área de 9.200 hectares vivem cinco comunidades de agricultores em agrovilas e organizados em Cooperativas de produção de arroz, gado de leite e de corte, suinocultura, aves e lavouras diversas. O programa inclui visitas às áreas de produção, às comunidades e cooperativas e ao centro de desenvolvimento de tecnologias. A programação inclui hospedagem em alojamentos, refeições (café da manhã, almoço, lanche e jantar) palestras e visitas com acompanhamento de pessoal técnico especializado. A base da programação inicia no CETAP, Centro de Tecnologias Alternativas Populares, Município de Pontão.

#### **5.6.5 Assentamento Capela de Santana**

Município de Nova Santa Rita, 45 km de Porto Alegre. Programa de um dia de visita incluindo recepção com roda de chimarrão; palestra e acompanhamento de pessoal especializado nas unidades de produção (lavoura, animais, leite, etc) e agrovila; almoço e lanche. Programação diária. Assentamento criado em 1994, onde 100 famílias ocupam uma área de 2.100 hectares após permanecerem cerca de cinco anos acampadas. Destas famílias, 33 formam a Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita (COOPAN), além de contar com o trabalho dos Frades Franciscanos que formam uma comunidade dentro do assentamento.

### **5.6.6 ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.**

Município de Veranópolis, 130 km de Porto Alegre. Passeio de um dia, com almoço incluído e recepção com roda de chimarrão ou café, com palestra. A Escola Josué de Castro, sede do Instituto está localizada na Serra Gaúcha, cidade de Veranópolis e atende uma demanda de formação e escolarização de trabalhadores de Assentamentos e Acampamentos de todo o país, através dos cursos em nível médio de: Magistério, Técnico em Administração de Cooperativas, Técnico em Administração de Assentamentos e, na segunda metade de 2001, iniciaram os cursos de Enfermagem e Comunicação. O ITERRA foi fundado em 1995 e sua proposta pedagógica está fundamentada nos princípios educacionais do MST. O Instituto conta, também com uma agroindústria de geléias, pães, doces e salgados, vinculado ao processo de formação e capacitação dos estudantes.

Percebemos que todos os exemplos citados têm em comum o fato de que o que se desenvolve é uma atividade turística baseada na realidade de cada área, utilizando os aspectos da rotina, da produção como atrativos relevantes, destinados a um público específico. Porém percebemos também que os assentamentos acima citados, de alguma forma já possuem suas estruturas produtivas sedimentadas e que o turismo neste caso vem agregar valores à economia local.

Acreditamos ser esta a melhor forma de se trabalhar o turismo nesses espaços. Desta maneira é possível minimizar a tendência de que se pode fazer turismo em qualquer lugar, a qualquer momento bastando para isso existir um atrativo.

Somos favoráveis à realização da atividade turística em assentamentos de reforma agrária, desde que para isso seja percebido que existem muitos aspectos fascinantes nas entrelinhas da formação destas áreas que devem ser respeitados, preservados e mantidos como o resultado de um processo de luta que não pode se perder em meio a práticas mal planejadas

que visam apenas o lucro de poucos na manutenção de um processo excludente.

O Projeto de Assentamento de Pancada Grande para nós, representa muito mais do que uma ferramenta governamental de controle das pressões sociais. Significa uma mostra de que o Brasil tem solução e que ao contrário do que muitos crêem é um projeto que ainda pode dar certo. O que falta são pessoas como tantas *sem-terra* que existem espalhadas pelo país, terem a oportunidade de provar que são capazes e com isso mudarem este sistema excludente que vem sendo mantido pela elite dominadora desde a formação do Brasil, baseado na ganância e ostentação de poucos em detrimento da pobreza de milhares. Mas nosso povo é forte, obstinado e ainda veremos, mesmo que demore, um país mais justo, igual, construído por pessoas que sempre foram mantidas á margem de todo o processo, mas que são as únicas capazes de mudar o Brasil, até porque foram elas que o construiu.

## 6 CONCLUSÃO

Quando foi proposta a análise das possibilidades e limitações do desenvolvimento de atividades turísticas em áreas de assentamentos rurais, não imaginávamos que houvesse questões tão importantes, e que na maioria das vezes são desprezadas por diversos estudos na área de turismo, que fazem com que sejam repensados os modelos existentes de planejamento e gestão local destas atividades.

Acreditamos que, comumente, diversos projetos e estudos realizados no setor de turismo ainda não conseguem atribuir a esta atividade as especificidades regionais e locais, partindo sempre de modelos de planejamento prontos e estanques, que são apenas aplicados à determinadas áreas. O que na verdade tentamos com este trabalho foi partir de uma metodologia inversa, buscando o levantamento da situação real do local para a partir daí, iniciarmos um outro processo, futuro, de construção de um projeto turístico para o Assentamento de Pancada Grande, baseado nas análises das possibilidades efetivas desta área.

O que foi possível concluir, a partir deste estudo, é que a realidade do campo ainda é bastante complexa e que por mais que se tente demonstrar alguma evolução, ainda é muito forte a presença de antigos paradigmas e instituições que emperram todo o processo de “emancipação” da zona rural brasileira.

A mais duradoura destas instituições está relacionada ao processo histórico de formação e ocupação do solo brasileiro, calcado na defesa de interesses de poucos em



detrimento da oportunidade de muitos. Foi possível observar que desde o início da colonização, a legislação destinada às questões da terra não consegue estruturar de forma igualitária a divisão do território brasileiro. Percebemos o deslocamento de sistemas europeus – até aqui podemos perceber que a falha no planejamento estratégico também é histórica – que mantinham uma tradição secular de acúmulo calcado em uma relação paternalista e de exploração, para uma colônia habitada por seres humanos de hábitos simples baseados no extrativismo de subsistência.

É dentro deste contexto histórico que surgem os atores que ainda hoje fazem parte do cenário brasileiro, mesmo após cerca de 503 anos de seu descobrimento. O índio explorado que teve a sua cultura e povos dizimados e até hoje vivem em lutas constantes pela terra, o negro escravizado tolhido de todos os direitos que gozavam nas suas terras natais que com o fim da escravidão se viu sem a menor perspectiva de sobrevivência e os grandes latifundiários donos das Sesmarias, Capitânicas Hereditárias. Com o passar do tempo, as denominações foram mudando para respectivamente, índios “protegidos” (só não se sabe do que e de quem porque os problemas permanecem), camponeses, trabalhadores rurais, proletariado, Sem-Terra e os latifundiários receberam denominações como coronéis, barões, condes, que na verdade se estabeleceram às custas da exploração da força de trabalho e de manobras políticas ilícitas.

No entanto percebemos que esta realidade descrita anteriormente não se encontra tão distante da atual. Ainda permanece vigente um sistema de manutenção de benefícios – que não mais apenas à posse de terra, como todas as outras oportunidades – da elite brasileira enquanto que a maior parte da população permanece à margem nos projetos de desenvolvimento no Brasil.

Foi possível observar após este estudo que o processo de industrialização e urbanização brasileiro foi prematuro uma vez que o país ainda não possuía as suas bases

agrícolas estruturadas fazendo com que o alto desemprego no campo gerasse um acentuado êxodo rural, e desta forma um inchaço populacional nas cidades e o agravamento de problemas sociais.

Vimos ainda que esta realidade fez com que houvesse uma organização social, enquanto classe, por parte destes excluídos, resultado de séculos de lutas e conflitos pela conquista da terra.

Concluimos que o surgimento deste movimento pressiona a mudança das estruturas rurais do Brasil e faz da Reforma Agrária, que durante séculos apenas um conjunto de leis ultrapassadas, uma necessidade para o controle destas pressões sociais. O que ainda consideramos uma política paliativa, uma vez que os problemas de base ainda permanecem sem solução tanto no campo quanto na cidade.

Como resultado de tudo isso surgem os Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária que nem sempre podem ter as mesmas oportunidades, uma vez que verificamos realidades econômicas e políticas distintas em todo o país que fazem com que algumas pequenas e médias propriedades consigam obter êxito e que outras permaneçam no processo de exclusão.

Dentro desta perspectiva, analisamos o Projeto de Assentamento de Pancada Grande que também foi resultado de todo esse processo descrito anteriormente. Pensamos ser necessária uma análise mais detalhada da área para que de alguma forma fosse possível a realização do planejamento de uma atividade, neste caso o turismo, de forma que conhecêssemos a fundo a realidade, necessidades e expectativas das pessoas envolvidas no processo.

Esta tentativa se deu em função de que observamos que os modelos de planejamento turístico vigentes geralmente são destinados a uma exploração equivocada do potencial de determinadas áreas, buscando um retorno financeiro a curto prazo, desprezando aspectos

como a conservação e preservação dos recursos naturais e culturais, a inserção da comunidade local e a visualização de um modelo auto-sustentável para estas áreas.

Percebemos que o assentamento possuía uma atratividade bastante peculiar, mas que não poderia ser explorada sem que haja uma estruturação das suas bases produtivas antes. Isso se deve ao fato de que acreditamos que o turismo deva ser uma atividade complementar ao processo produtivo e não uma atividade de substituição. A base de sustentação do assentamento é a agricultura e acreditamos que a área só poderá ter condições de estruturar e gerir a atividade turística quando já tiver autonomia e condições estáveis de trabalho na terra.

Entendemos que a exploração turística do assentamento possa ser trabalhada, inicialmente, em conjunto com algumas empresas que já realizam visitas à área, desde que haja uma negociação mais justa do que a que atualmente pode ser encontrada. Percebemos que os assentados possuem um certo conhecimento da atividade e sabem que a sua incorporação à economia local é um processo trabalhoso e que exige investimento. Já conseguem perceber que a cachoeira que possuem não é suficientemente capaz de manter um fluxo turístico e sabem ainda que possuem atrativos muito mais interessantes, como por exemplo, as suas próprias histórias de vida e a formação da área.

Concluimos que existem inúmeras possibilidades para a implementação da atividade turística no assentamento de Pancada Grande, mas, só conseguimos visualiza-las a médio e longo prazos, uma vez que ainda se fazem necessários investimentos na infra-estrutura básica e social, no processo produtivo, para que se consiga visualizar o turismo como uma atividade que venha a somar-se às demais e não substituí-las. Tememos isso, uma vez que percebemos ultimamente um aumento de investimentos turísticos em áreas ainda pouco desenvolvidas, fazendo com que as pessoas abandonem a sua atividade tradicional (pesca, agricultura) por acreditarem que o turismo possa trazer retornos financeiros maiores e em menor tempo. Isso tem gerado um processo de ruptura negativo para algumas comunidades, uma vez que há uma

desestruturação social, cultural e um grande êxodo para estes centros turísticos, ficando ainda mais difícil até mesmo a sobrevivência destas comunidades.

No caso do Assentamento de Pancada Grande, percebemos que este processo ainda não acontece. O interesse maior da comunidade é o de estabelecimento da produção agrícola local e ainda vislumbram a implementação de agroindústrias na área para agregar valor à produção. Este é um dos fatores que nos motivou a realizar este estudo, uma vez que visualizamos aqui uma oportunidade de se desenvolver uma atividade calcada no desenvolvimento sustentável aonde o turismo venha complementar as atividades tradicionais.

No decorrer deste estudo, diversas vezes, percebemos que este espaço necessita de um maior cuidado na implementação de atividades como o turismo, uma vez que se trata de uma área conquistada a custa de muita luta e onde observamos que se faz necessário o desenvolvimento de um planejamento específico, já que aqui neste caso, não cabem mais tentativas frustradas e sim a construção responsável de uma atividade que venha a somar na busca por melhorias na qualidade de vida dessas pessoas.

Acreditamos que temos aqui um vasto campo de estudo e uma grande oportunidade de fazer com que seja possível mudar um processo de histórico de exclusão e fazer com que o turismo mostre um lado pouco conhecido de todos que é o de integração social.

Só temos aqui a certeza de que existem nos diversos cantos deste país, pessoas que ainda acreditam em um futuro melhor e que para isso lutam de sol a sol, razão que faz com que acreditemos que seja de extrema importância que elas sejam reconhecidas enquanto cidadãs que produzem, são capazes, pois acreditamos que as verdadeiras mudanças são aquelas que acontecem nas bases e a base de qualquer nação é o seu povo.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; CARVALHO FILHO J.J.; SAMPAIO, P. Lei Agrária: cuidado com o otimismo. **Revista Reforma Agrária**. Campinas, v.23, n.1, p. 100-105, jan./abr. 1993.
- ANDRADE, Rui Otávio B. de; MORETO NETO, Luís. A gestão privada do turismo. *In*: TRIGO, L. G. G. (Org.). **Turismo : como aprender, como ensinar**. São Paulo: SENAC, 2001. vol. 1. p. 135-150.
- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria** : reflexões e cadastro das instituições educacionais do Brasil. São Paulo: Aleph, 2002. 202 p.
- AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Espaço social, campo social, *habitus* e conceito de classe social em Pierre Bourdieu. **Espaço Acadêmico**. Disponível em : <<http://www.espacoacademico.com.br/024/24cneves.htm>> Acesso em : 23 jul. 2003.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **A estratégia turística da Bahia: 1991-2005**. Salvador: O. Gili, 2000. 57 p.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **Bahiatursa 30 anos : 1968-1998**. Salvador: Empresa de Turismo da Bahia, 1998. 95 p.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **Roteiros ecoturísticos da Bahia : Costa das Baleias**. Salvador : Secretaria da Cultura e Turismo, 2002. 103 p.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **Roteiros ecoturísticos da Bahia : Costa do Cacau**. Salvador : Secretaria da Cultura e Turismo, 2002. 103 p.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **Roteiros ecoturísticos da Bahia : Costa do Dendê**. Salvador : Secretaria da Cultura e Turismo, 2002. 176 p.
- BAHIATURSA. **Pesquisa de Demanda Turística** : Itacaré. Salvador, 2002. 235 p.
- BAHIATURSA. **Guia de ecoturismo da Bahia**. Salvador:, 1997. 37 p.
- BENI, Mário C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2001a. 516 p.
- \_\_\_\_\_. A política do turismo. *In*: TRIGO, Luiz G. G. (Org.). **Turismo : como aprender, como ensinar**. São Paulo: SENAC, 2001b. v.1. p. 177-202.
- BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luís A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p.
- BRASIL. Portaria/MDA nº 80, de 24 de abril de 2002. Estabelece denominações e conceitos orientadores dos assentamentos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002, seção 1, p. 127.

BUARQUE, Sérgio C. Desenvolvimento Sustentável: conceitos e desafios. **Bahia Análise e dados**. Salvador, v.6, n.2, set. 1996. p. 5-15.

CAR. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS : Sul da Bahia. Salvador : Companhia de Desenvolvimento Regional, 1997. 217 p.

CARDIM, Elisabeth de C.; VIEIRA, Paulo de Tarso L.; VIÉGAS, José Leopoldo R. Análise da estrutura fundiária brasileira. Desenvolvimento Agrário. Brasília, 1999. Disponível em : <http://www.desenvolvimentoagrario.com.br>. Acesso em : 05 maio 2003.

CHADE, Jamil. MST vira atração turística para estrangeiros. **Estadão**, 28 jul. 2003, [Seção] Turismo. Disponível em : <http://www.estadao.com.br/turismo/noticias/2003/jul/28/83.htm> Acesso em : 30 ago. 2003

COLETTI, Claudinei. MST, luta pela terra e neoliberalismo. Projeto de Pesquisa. Disponível em : <http://www.unicamp.br/cemarx/download/Claudinei1.doc>. Acesso em 07 jun. 2003

CRIANDO o cluster de entretenimento do Estado da Bahia. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2001. 1 CD.

CUNHA, Licínio. **Economia e Política do Turismo**. Lisboa, PT : McGraw-Hill, 1997.350 p.

DENKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998. 286 p.

DONAIRE, José Antônio. La participació de la societat civil en el turismo sostenible. In: CONGRESS INTERNATIONALE DE TOURISME SOSTENIBLE, 1998, Sant Feliu de Guixols, España. **Anales...** 1998. Sant Feliu de Guixols, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Desenvolvimento Agrário. Brasília, 1999. Disponível em : <<http://www.desenvolvimentoagrario.com.br>> Acesso em : 07 jul. 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 197. Verbetes : cultura.

FREITAS, Ronald . **Modernização do campo mudo eixo da reforma agrária**. Revista Princípios. São Paulo, maio/jul. 1998. p. 7-15

FUESFELD, Daniel R. **A Era do Economista**. São Paulo: Saraiva, 2001. 356p..

GIACOMINI FILHO, Gino. Marketing: conteúdo, didática e perspectivas. In: TRIGO, Luiz G. G. (Org.). **Turismo** : como aprender, como ensinar. São Paulo: SENAC, 2001. vol. 1. p. 203-208.

GOELDNER, Charles R. e al. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 478 p.

GUERRA, Rejane. Turismo na Rocinha. **Estadão**. 21/07/2000. Disponível em :  
<<http://www.estadao.com.br/turismo/brasil/riodejaneiro/tu13.htm>> Acesso em : 27/08/2003.

INSTITUTO DA HOSPITALIDADE (BAHIA). Programa de Certificação em Turismo Sustentável. **Meios de hospedagem** : requisitos para a sustentabilidade. Salvador, julho de 2003. Material de curso.

IBGE. **Censo demográfico do Brasil 2000**. Rio de Janeiro, 2001. 583 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Laudo de vistoria e avaliação do assentamento de Pancada Grande. 1997

LAGE, Beatriz Helena G.; MILONE, Paulo C. **Turismo** : teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000. 376 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 238 p.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo ; SABOURIN, Eric. Representação e construção da ação coletiva nos sindicatos rurais In: CONGRESSO DA SOBER, 37, 1999, Foz de Iguaçu-PR. [Anais eletrônico...] Foz do Iguaçu, PR : EMBRAPA, 1999. Disponível em:  
<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab065.pdf> Acesso em : 23 jul. 2003.

LEMOS, Amália. **Turismo e impacto sócioambientais**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 350 p.

MERCER, David. A difícil relação entre o turismo e a população nativa: a experiência da Austrália. In: THEOBALD, William F. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2001. p. 117-144.

MOESCH, Marutschka M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000. 140p.

NEGREIROS, Adriana. Mendigo por uns dias : empresa holandesa tem pacote experimental para quem quer experimentar a vida nas ruas. **Veja**, 31 jul. 2002, p. 52. Disponível em :  
<http://www.veja.com.br>. Acesso em : 27 ago. 2003.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento** : planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2001. 225p.

PEARCE, Philip L. A relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão. In: THEOBALD, William F. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2001. p. 145-164.

PIRES, Paulo dos Santos. Interfaces ambientais do turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godói (Org.). **Turismo** : como aprender, como ensinar. São Paulo: SENAC, 2001. vol.1. p. 229-255.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. São Paulo: Campus, 1989. 897p.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. **Turismo na Bahia**: estratégias para o desenvolvimento. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002. 236p.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço** : rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: HUCITEC, 2001. 158 p.

ROS, César Augusto da. O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo. Ruralidades. Rio de Janeiro: Cpda, UFRuralRJ, n. 4, outubro de 2002. Disponível em : [www.ruralidades.org.br](http://www.ruralidades.org.br) Acesso em : 25 ago. 2003.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento** : crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986. 207 p.

SANTANA, Dalva Garcia ; OLIVEIRA, Maria Tereza Chemaud Sá de ; BERENSTEIN, Symona Gioper. **Gestão participativa para um turismo sustentável** : o caso da Costa do Descobrimento. Salvador : Secretaria da Cultura e Turismo, 2001. 152 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996a. p.83

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1996b.

SILVA, Domingos Nascimento e MENDES, Luiz Gonzaga. Variação da estrutura fundiária do Estado da Bahia. **Revista Bahia Agrícola**, v.2, n° 3, novembro de 1998. Disponível em: <[http://www.seagri.ba.gov.br/revista/rev\\_1198/fundiaria.htm](http://www.seagri.ba.gov.br/revista/rev_1198/fundiaria.htm)> Acesso em : 14 jul. 2003.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP-IE, 1999. 151 p. Coleção Pesquisa, n. 1.

SILVA, José Graziano da. : [depoimentos]. **Revista OPS**, Salvador, inverno 1997. Disponível em : <<http://www.ufba.br/instituicoes/ufba/faculdades/fce/ops/ops8/ops8.html>> Acesso em : 10 maio 2003.

SILVA, José Graziano da ; CAMPANHOLA, Clayton. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. **Desenvolvimento Agrário**. Brasília, 1999. Disponível em : <<http://www.desenvolvimentoagrario.com.br>> Acesso em : 10 jul. 2003.

SILVA, José Graziano da ; DEL GROSSI, Mário Eduardo. A evolução do emprego não-agrícola no meio rural brasileiro, 1992-1995. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 25, 1997 Recife. **Anais...** Recife : ANPEC, 1997. v.2 p. 940-953.

**SILVA**, José Graziano da e **DEL GROSSI**, Mauro Eduardo. O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/>> Acesso em : 13 ago. 2003.

SILVA, Lúcia Maria Osório. Terra, direito e poder : o latifúndio improdutivo na legislação agrária brasileira. **DPH - I de Economia, Unicamp**. São Paulo, 1997. Disponível em : <<http://www.unicamp.br/aba/boletins/b27/04.htm>> Acesso em : 13 jul. 2003

SILVA, Patrícia dos S. M., **Turismo**: uma alternativa para o desenvolvimento para o município de Ilhéus. 1999. 101f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1999.



SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. *In*: RODRIGUES, Adyr A. **Turismo e geografia : reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996a. p. 122-141.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Metropolização e raízes da periferização turística. **Turismo em Análise**. São Paulo, v.7, n.2, nov. 1996b. p.7-16.

SMITH, Valene L. Empreendimentos privados no terceiro mundo: empresas de turismo em pequena escala. *In*: THEOBALD, William F. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2001. p. 219-230.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. **Anuário Estatístico 2002**. Salvador, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO ESTADO DA BAHIA. **Os novos mundos rurais baianos**. Salvador, 1999. 86 p.

TEIXEIRA, Gerson e HACKBART, Rolf. A reforma agrária virtual do governo FHC : uma análise crítica ao caderno de campanha do candidato FHC. Brasília ago.1998. Disponível em : <<http://www.pt.org.br/assessor/contref.htm>> Acesso em : 27 ago. 2003.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 87 p.

WANHILL, Stephen. O papel dos incentivos governamentais. *In*: THEOBALD, William F. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2001. p. 355-374.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade : 1780-1950**. São Paulo: Nacional, 1969. 173 p.